LIGIA CHICARELI KAWATA

Voluntariado e Participação Política: o caso da ONG Teto

LIGIA CHICARELI KAWATA

Voluntariado e Participação Política: o caso da ONG Teto

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Edegar Tomazzoni

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Kawata, Ligia Chicareli

Voluntariado e participação política : o caso da ONG Teto / Ligia Chicareli Kawata ; orientador, Edegar Tomazzoni. – São Paulo, 2015 102 f

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo Versão original

1. Participação política. 2.Trabalho voluntário. 3. Organização não governamental. 4. ONG Teto. 5. Voluntários. I. Tomazzoni, Edegar, orient. II. Título

CDD 22.ed. - 320.019

Participação Política: o cas Humanidades da Universio Ciências pelo Programa de na área de concentração Si	so da ONG dade de São e Pós-gradua istemas de I	reli Kawata, sob o título Volunta Teto, apresentada à Escola de Ar Paulo, para obtenção do título d ação em Mudança Social e Parti Informação, aprovada em pela comissão julgadora const	rtes, Ciências e le Mestre em cipação Política,, de
doutores:		poin comment juigueern comm	peros
	Prof. Prof.	. Dr. Edegar Tomazzoni	
		Presidente	
Escola de	Artes, Ciên	ncias e Humanidades (EACH/US	5P)
Programa de Pós-Gradua	ação em Mu	ıdança Social e Participação Polí	ítica (ProMuSPP)
Prof. Dr			
Instituição	:		
D., f D			
Prof. Dr			

Instituição:

AGRADECIMENTOS

A minha dificuldade de me dedicar a um projeto que exigia longos períodos de dedicação sozinha e reclusão só poderia ser superada com a certeza de nunca estar só. A disposição e ajuda dos professores, dos funcionários da EACH e dos voluntários entrevistados deram sentido à esse trabalho do início ao fim. Do outro lado, os amigos e a família incrível que me cercam ofereceram todo o suporte que eu precisava e muito mais. Eles são o suporte que qualquer pessoa desejaria ter.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Edegar Tomazzoni, que pacientemente me ajudou e encorajou, me dando liberdade e confiança para essa dissertação. Ao Prof. Dr. Alessandro Silva, pela inspiração e por me ajudar, de forma tão apaixonada, a descobrir os caminhos da psicologia política. À ele novamente, pela banca de defesa, e ao Prof. Dr. Agustín Spinosa, que aceitou prontamente essa participação. Às professoras Silvia Zanirato e Andrea Viúde, pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos voluntários entrevistados, que forneceram todo o conteúdo para a análise. À Barbara e ao Julio da ONG Teto, pelas questões esclarecidas.

Meu agradecimento especial ao Gepsipolim, um rico espaço de estudo que não apenas me trouxe contribuições teóricas, mas também muita motivação para recomeçar e continuar. Á Maria Aparecida Malagrino, à Semíramis Chicareli e aos amigos do Promuspp Milena Leão, Thymon Rocha e Cintia Kogeyama.

Nos bastidores, muita gratidão:

Aos meus pais, Adélia e Takayuki, minha irmã Marina, meu sobrinho Felipe e minha tia Kazuê, pelo incentivo, paciência e especialmente por serem a fonte do amor mais genuíno que é motor para tudo o que eu faço.

Às amigas e mulheres maravilhosas que cotidianamente me inspiram. Que estiveram do meu lado nos momentos difíceis destes anos e talvez nem imaginem o quanto contribuíram para essa etapa cumprida. Obrigada Marina Kawata, Francine Menzel, Nathalia Souza, Livia Sitta, Mayra Leão, Elis Ferrante, Milena Leão, Raquel Aguiar, Verônica Stocovick e Carolina Pereira.

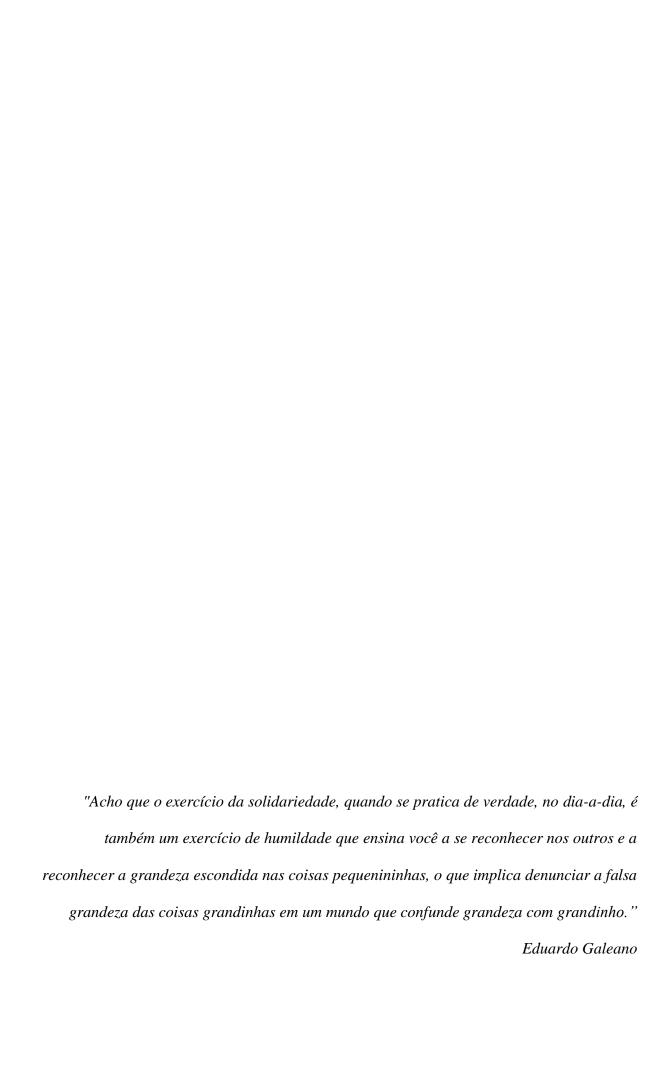
Às amigas irmãs Isabelle Faian, Gisele Meira e Cintia Meira pela amizade de uma vida e pela certeza de que só se fortalecerá.

Aos amigos Bruno Rizzato, Antonio Lovato e Carlos Umilta, verdadeiros e sensíveis. O mundo seria melhor com mais homens como vocês.

Ao querido Bruno Marra, pela parceria de sempre e pela ajuda em todas as etapas. Ao André Halley, pelo carinho e pela revisão. À Ellen Dauerbach, psicóloga, sem ela não teria saído.

Por fim, não poderia deixar de mencionar a rotina do mestrado combinada à nova rotina de um contrato de trabalho *home office*, que se tornou um desafio diário e solitário a ser enfrentado, mas facilitado pelos chefes com quem tenho a sorte de contar. Minha gratidão ao Fabio Rosa, exemplo e inspiração para muito do que eu busco profissionalmente, e ao Marcio Quintino, líder, amigo e grande apoiador das idéias e projetos mais ousados.

Acima de tudo, à Deus, às entidades e a todos os anjos que me protegem, por tanta luz, aprendizado e descobertas prazerosas nesse processo.



Resumo

KAWATA, Ligia C. **Voluntariado e Participação Política:** o caso da ONG Teto. 2015 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo

A prática de voluntariado, embora antiga, tem ganhado espaço de uma forma muito distinta das ações de caridade informais e de matizes religiosas que predominavam há até algumas décadas. Imerso em um complexo processo de institucionalização, o voluntariado ganhou novos valores a partir dos anos 90, relacionados à mudança social e à participação política, ao mesmo tempo em que se distanciou cada vez mais da idéia da caridade e do assistencialismo. Neste trabalho, buscamos entender em que medida o engajamento de indivíduos neste novo modelo de voluntariado, sendo ele uma ação coletiva e focada em mudança social, pode contribuir para uma cultura política mais participativa, a partir da formação da consciência política dos voluntários. Escolhemos como estudo de caso a ONG Teto, presente no Brasil, na América Latina e no Caribe, que atualmente representa bem este novo voluntariado como fenômeno social. Com o foco na questão habitacional e com o objetivo de superar a extrema pobreza, a ONG Teto atrai milhares de jovens universitários como voluntários. Assumimos como referencial as reflexões teóricas dos autores da psicologia política e especialmente o modelo Analítico da Consciência Política de Salvador A. M. Sandoval. Assim, buscamos entender, a partir de entrevistas, as dimensões sociais e psicológicas que constituem a consciência política dos voluntários nessa organização, a disposição deles em agirem de acordo com essa consciência e a relação desta com as atividades sociais que eles exercem na ONG. Como resultados, identificamos que ainda há um forte caráter de caridade e assistencialismo na atividade da ONG, mas com grande potencial de formação política dos jovens voluntários, especialmente a partir das vivências nos assentamentos precários. Por outro lado, identificamos pontos que desfavorecem a constituição de uma consciência política mais crítica e que, portanto, fazem com que aquele potencial não seja explorado de forma eficiente. Esses obstáculos relacionam-se principalmente à falta de posicionamento político da ONG, à falta de orientação política aos voluntários, à ausência de questionamentos mais profundos sobre as questões que buscam combater e também ao desencontro entre o discurso de erradicação da pobreza e as ações propostas.

Palavras-chave: voluntariado. voluntários. ONG Teto. consciência política. participação política

Abstract

KAWATA, Ligia C. **Volunteering and Political Participation:** the case of NGO Teto. 2015 104 f. Dissertation (Master of Science) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo

Volunteering is an old practice that nowadays unfolds in very distinct ways from the informal charity and mostly religious forms which used to prevail until some decades ago. As a contemporary society product, volunteering is now immersed in a complex institutionalization process. It has been redefined and gathered new values, related to social change and political participation while gets increasingly distant from charity speech and assistentialism. In this study, we seek to understand how taking part in this new formal volunteering, as a colective action, can contribute to a more participative political culture, from volunteers' political awareness. NGO Teto is our case study. It is based in Latin America and the Caribbean and best represents the new volunteering as a social phenomenon. Aiming at habitation issues and at overcoming poverty, the NGO has attracted millions of university students. We take as reference the theoretical thoughts of political psychology authors, especially Salvador A. M. Sandoval's Analytical Model of Political Consciousness. This way, we have tried to comprehend the social and psycological dimensions that form the volunteers' political consciousness, their willingness to act in accordance to it and its bonds to the social activities they develop at the NGO. In the analysis, we have found a model of volunteering that is still very close to charity, but with great potential of critical formation, especially as a result of volunteers' experiences in poor communities. On the other hand, we have found out issues that are obstacles to a more critical political sonsciousness, which consequently turns this potential inexplored efficiently. The obstacles are mostly related to the NGO's lack of guidance and political positioning, the absence of deeper questioning about the problems the NGO and volunteers work to solve, as well as the clash between the discourse of poverty eradication and the proposed actions.

Key words: volunteering. volunteers. NGO Teto. political consciousness, political paticipation

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. VOLUNTARIADO: TRAJETÓRIA DO VELHO AO NOVO	15
1.1 História do voluntariado no Brasil e suas influências	16
1.2 O novo voluntariado, o individual e o coletivo	25
2. ONG TETO	30
3. MUDANÇAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	38
3.1 Modelos de classificação e níveis de participação política	43
3.2 Modelo da consciência política	
4. METODOLOGIA	56
4.1 Revisão Bibliográfica	56
4.2 Observação Participante	57
I) Identificação de comunidades	57
II) "Coleta" : divulgação e captação de recursos	58
4.3 Entrevistas	59
5. CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS VOLUNTÁRIOS DA ONG TETO: ANÁLISE DOS RESULTA	DOS .63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
7. REFERÊNCIAS	87
8. APÊNDICES	92

APRESENTAÇÃO

O voluntariado é um fenômeno, uma força social indiscutível que ganhou visibilidade nos últimos 30 anos, suprindo diferentes vontades de participação, cidadania e sentimentos de incômodo com questões sociais e ambientais. Nesse período, a prática do voluntariado passou por grandes transformações.

Nosso interesse pelo tema do voluntariado e seus efeitos na vida do voluntário começou ainda no período da graduação, com participação em atividades de extensão universitária, como o projeto Rondon, que faz uma imersão com intervenções em regiões pobres do país e que não raramente torna-se um importante divisor de águas na vida dos estudantes. Posteriormente, ter coordenado um programa de voluntariado corporativo que levava informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada para jovens em regiões de baixa renda nos mostrou as potencialidades do voluntariado. O trabalho desempenhado pelos funcionários voluntários da empresa multinacional atingia o seu objetivo de informar e sensibilizar o público atendido para o tema, mas o que mais chamava atenção era o impacto da atividade para os próprios voluntários. Especialmente entre os voluntários mais jovens as atividades geravam muito interesse, e estes muitas vezes sugeriam melhorias para o projeto e propunham novas ações para a empresa. Também notamos que muitos deles, passaram a se engajar em outras atividades sociais fora do ambiente da empresa, no seu condomínio, bairro, universidade ou igreja.

Mais tarde, levamos essas experiências para o universo acadêmico e, a partir de uma pesquisa realizada ao final da graduação, identificamos que o voluntariado corporativo aproximava os voluntários dos problemas da sociedade e impulsionava reflexões que levavam a mudanças na própria visão de mundo dos voluntários e ao despertar de sentimentos de maior pertencimento grupal, de comprometimento e realização pessoal (Kawata, 2011). O pertencimento relaciona-se com o reconhecimento da coletividade, e é essencial para a construção da identidade, individual e social.

O mencionado estudo coincidiu com o ano de publicação do primeiro relatório sobre o estado do voluntariado no mundo (ONU, 2011), no qual a ONU considerou o voluntariado

como fundamental para o desenvolvimento humano e comunitário. A publicação comemorava os 10 anos do primeiro Ano Internacional do Voluntariado, quando o tema já se tornava cada vez mais popular com a ascensão de outras novidades do cenário público e privado, tais como o terceiro setor e a responsabilidade social. São hoje milhares de organizações focadas na busca por soluções de conflitos e que atuam praticamente apenas com esse tipo de trabalho, como é o caso da ONG Teto, objeto deste estudo de caso. O voluntariado, que antes era restrito a ações informais e religiosas, hoje coexiste com um novo modelo, que busca dissociar suas atividades daquelas de caridade e vem propor uma ação coletiva formal, organizada, dentro de instituições específicas, regulamentada por normas jurídicas, e acima de tudo, focada em mudança social e com valores de participação e cidadania. Segundo a ONU, o voluntariado se apresenta como um caminho altamente eficaz para construção de sociedades participativas e com esse potencial de progresso (ONU, 2011).

As ações coletivas têm um lugar importante nas ciências atualmente. Diversas áreas do conhecimento voltam seus olhares aos chamados espaços não convencionais de participação política, tendo em vista a emergência destes movimentos sociais desde o final do século XX. Em um momento político crítico em que se misturam desconfiança nas instituições políticas e polarização, as ações coletivas exercem um papel cada vez mais importante para construção de espaços mais participativos, para gerar debate e conscientização. Assim, o tema das mudanças individuais e coletivas frente à participação em ações coletivas e trabalho voluntário nos interessou cada vez mais.

Reconstituindo a trajetória do voluntariado no Brasil, desde o seu forte vínculo com a caridade cristã, identificamos que ocorreram poucas mudanças até o século XX, quando ocorreu sua transformação. No Brasil, o processo de consolidação do voluntariado tal como é hoje esteve ligado tanto às tendências internacionais mencionadas, como à impulsos locais, como por exemplo, o fortalecimento da sociedade civil no Brasil e os incentivos do governo para uma cultura voluntária mais ativa. Apesar disso, identificamos que mesmo que o discurso e espaço do voluntariado tenham mudado, ele parece manter suas fronteiras com o assistencial e o religioso. Podemos dizer que o voluntariado se faz hoje imerso em um complexo processo, em que é importante distinguir o voluntariado como prática social e sua institucionalização. O estudo do voluntariado nos revelou um campo contraditório, em que se misturam solidariedade com interesses econômicos e políticos. Um campo difuso e de diferentes

sentidos, no qual ressaltou Landin (2000), "cabe, certamente, investir nas possibilidades positivas".

Analisaremos neste trabalho uma experiência dentro deste que chamaremos de "novo voluntariado", termo que foi utilizado por Cunha (2010) e, também mencionado de maneira distinta por Landin (2000) e Madrid (2001). Com o olhar sobre este contexto de mudanças e sobre as dimensões objetivas e subjetivas que se relacionam a participação no voluntariado, nosso objetivo foi verificar a capacidade desta atividade em contribuir para o processo de formação da consciência e de participação política - uma vez que a consciência é um dos elementos explicativos da ação política - tendo como pano de fundo a ONG Teto, que consideramos ser um exemplo do fenômeno do novo voluntariado.

A ONG Teto é uma associação de origem católica presente em 19 países da América Latina, que tem como proposta trabalhar na superação da pobreza por meio do engajamento de jovens de até 30 anos em ações voltadas a questões habitacionais. No Brasil, a ONG segue a tendência de distanciamento da religião e caridade, tem uma importante manifestação nas redes sociais e enorme capacidade de mobilização: apenas em 2014, 25 mil voluntários participaram em quatro estados brasileiros.

A presente pesquisa foi desenvolvida dentro do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política e se deu a partir da abordagem multidisciplinar proposta tanto pelo Programa como pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. A análise da participação e consciência política aqui pretendida se debruçou sobre um campo de pesquisa ainda novo no Brasil, o da Psicologia política, consolidada como disciplina apenas nos anos 70 e inovadora no sentido de pensar a heterogeneidade de temas que se relacionam com questões psicológicas, sociais e políticas (Silva e Rosa, 2012). Costa (2007) faz referência a outros autores para mostrar a amplitude da disciplina, que abrange desde o estudo das dimensões psicológicas da ideologia política, conduta do voto, a evolução das mentalidades coletivas e processos psicológicos enraizados em instituições, o estudo da personalidade na medida em se relaciona à conduta política até a aquisição da cultura política através de ações coletivas e processos de socialização. Nesta última encontra-se o interesse da nossa pesquisa multidisciplinar.

Este estudo de caso se dividiu em três etapas: revisão bibliográfica e análise documental, observação participante e entrevistas. Para Yin (2001), um importante elemento no estudo de caso é a estruturação para a sua constituição, isto é, a construção da teoria e do conjunto de hipóteses sobre o que se espera encontrar. Essa teoria será apresentada nos capítulos 1 e 3 deste trabalho, com os aspectos teóricos e conceituais de voluntariado e participação política.

No primeiro capítulo apresentamos a trajetória do voluntariado no Brasil e suas influências, buscando entender o seu novo lugar com as transformações que levaram ao novo voluntariado. Buscamos também discorrer sobre a relação do novo voluntariado com o contexto capitalista e as implicações disso na atenuação de valores antigos do voluntariado, mas também no surgimento de novos valores que podem representar elementos constitutivos de noções de coletividade e de preenchimento de vazios participativos. No segundo capítulo, descrevemos a ONG Teto, sua história e os trabalhos desenvolvidos no Brasil.

No terceiro capítulo, apresentamos um conjunto multivariado de possibilidades e teorias que existem no campo da participação política. Por "participação política" entendemos um fenômeno multidimensional, que contempla uma série de envolvimentos nos assuntos políticos desde os mais simples, como debates familiares, até mais evidentes como atuação política profissional. A partir desse levantamento de possibilidades, chegamos ao modelo da consciência do Salvador Sandoval, utilizado para análise das entrevistas feitas neste trabalho. O modelo traz as dimensões sociais e psicológicas que constituem a consciência política de um indivíduo em relação a sociedade e a si mesmo como um membro da sociedade, e que, consequentemente, representa sua disposição em agir de acordo com essa consciência.

A metodologia utilizada é descrita no quarto capítulo, em que apresentamos as etapas da pesquisa e as entrevistas. A análise das entrevistas foi feita de forma integrativa com outras percepções que apareceram com os levantamentos e com a experiência de observação participante. Seu resultado é apresentado no capítulo cinco. Por fim, fechamos este estudo com as considerações finais sobre o tema.

1. VOLUNTARIADO: TRAJETÓRIA DO VELHO AO NOVO

Segundo a ONU (2001), uma atividade voluntária atende os seguintes critérios: 1. Não é realizada por fins de ganho financeiro (pode haver reembolso de despesas, porém se houver pagamento pelo trabalho igual ou acima do "valor de mercado" não pode ser considerado voluntariado). 2. É realizada por interesse pessoal e espontânea vontade. 3. Traz benefício para terceiros, bem como para as pessoas que dela participam¹. (ONU, 2001).

Uma rápida pesquisa nos sites de busca na internet sobre voluntariado evidencia a quantidade de organizações que oferecem esse tipo de trabalho de forma estruturada em ONGs, hospitais, fundações, associações e espaços religiosos, entre outros, além de muitos websites que vão desde campanhas de sensibilização até manuais de capacitação. Na pesquisa, dez anúncios são apresentados para quem deseja tornar-se voluntário, todos eles oferecidos por ONGs, nacionais e internacionais. O voluntariado, embora seja uma prática antiga, apresenta-se hoje de forma muito distinta das ações de caridade feitas a convite das instituições religiosas que predominavam até algumas décadas. A recente variedade de modalidades, de espaços e de interesses tornou-o difuso, contraditório e daí resultando na dificuldade da sua compreensão e definição. Grande parte da literatura atual a respeito do tema aponta para a existência de um novo voluntariado, que se deslocou especialmente do ambiente religioso para as ONGs e assumiu uma proposta de transformação social no lugar do assistencialismo. O que chamamos aqui de novo voluntariado é um fenômeno da cena contemporânea: é qualificado, formal, tem regulação jurídica específica, valor econômico e político, além de carregar um discurso de cidadania e participação social.

Entender o novo voluntariado, seu processo de emergência e seus conceitos implica em entender também o contexto e as instituições que abrigaram essa transformação. O nosso objetivo neste capítulo é recuperar brevemente a trajetória do trabalho voluntário e suas características hoje. Consideramos aqui "voluntariado formal" o resultado do seu processo de institucionalização, que acontece no âmbito das organizações que o estrutura e que, portanto, propõe estímulos específicos e estabelece relações formais, diferentemente do informal, que

¹ "1. It is not undertaken primarily for financial gain. If the monetary reimbursement that people receive for the work they do is equal to, or greater than, the 'market value' of the work, this cannot be regarded as volunteering.

^{2.} It is undertaken of one's own free will. 3. It brings benefits to a third party as well as to the people who volunteer."

se assemelha a comportamentos individuais de solidariedade, como, por exemplo, ajudar o vizinho ou doar tempo para ajudar alguém de forma independente.

1.1 História do voluntariado no Brasil e suas influências

São amplamente reconhecidas como os primeiro núcleos de trabalho voluntário no Brasil a Santa Casa de Misericórdia de Olinda e a Santa Casa de Misericórdia de Santos, ambas fundadas pela coroa portuguesa em 1539 e em 1543 respectivamente. Segundo alguns autores (CVSP, 2007; Silveira, 2002), esse é o início do período correspondente ao voluntariado antigo, de cunho religioso e assistencialista. De fato, ainda antes de ser reconhecido como voluntariado, sua história tem como origem as práticas de caridade da Igreja Católica. Segundo o Dicionário Cultural da Bíblia, a caridade² é a maior das três virtudes, depois da fé e da esperança (Ortiz, 2007). Por ser a caridade um dos preceitos básicos do cristianismo, há também autores que a associam às primeiras atividades desenvolvidas desde a instalação da Igreja Católica no Brasil com a ocupação do país, como as missões e os trabalhos de catequese pelos jesuítas. Com os valores da caridade cristã, as Santas Casas de Misericórdia Portuguesas constituíram-se como unificadoras de toda a política assistencial no Brasil Colônia, oferecendo não só atendimento médico, mas também outros tipos de assistência, como esmolas amparo aos presos pobres e a suas famílias.

Com o passar do tempo, os exercícios de caridade passaram a envolver instituições de assistência financiadas pela ação filantrópica das elites, com a participação de leigos religiosos que, mesmo não pertencendo ao clero, dedicavam-se voluntariamente a cuidarem de terceiros. Exemplo disso é a Sociedade São Vicente de Paulo, "um movimento leigo, ligado à Igreja Católica, mas não submetido à autoridade eclesiástica e voltado fundamentalmente para a assistência material e espiritual aos mais carentes" (Lanza e Silva, 2010). Fundada em Paris em 1833 por estudantes de Direito, chegou ao Brasil em 1872 para

² A palavra caridade foi usada para traduzir a palavra grega "ágape" no Novo Testamento, e deriva da latina "caritas", que significa amor ou afeto (Ortiz, 2007). No Dicionário Michaelis (2015), caridade significa "amor de Deus e do próximo" além de "Benevolência, bondade, bom coração, compaixão" e "Beneficência, esmola". A caridade é uma palavra cristã. Fora do espaço religioso, é com frequência associada à esmola e assistencialismo este em seu sentido pejorativo, de um auxílio paliativo e estabelecido por meio de relações de dependência e poder. O assistencialismo, conforme afirma Sposati (1993), é diferente da assistência. Enquanto a assistência é uma forma de subsídio, de transferência dinâmica, seja ela técnica, financeira, material ou psicológica, o assistencialismo é o "resultado da difusão do imaginário conservador" e "supõe fazer desta transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem necessidade: ele passa a dever um favor ao intermediador" (Sposati, 1993 apud Yasbek, 1993, p.11)

exercer o exercício da caridade cristã³, e seu trabalho é reconhecidamente vinculado ao voluntariado.

De acordo com Ortiz (2007), essas obras de caridade, ainda que baseadas em princípios religiosos, assumiram caráter cada vez mais leigo com a ascensão da burguesia, resultando no que passou a ser denominado de filantropia. Entre as organizações filantrópicas fundadas no período, estavam as religiosas, as de saúde, os educandários e as instituições de assistência aos imigrantes. Ao mesmo tempo, segundo a autora, os setores mais politizados da Igreja passaram a se organizar cada vez mais e a contar com a participação de voluntários não religiosos. As funções filantrópicas podiam ser consideradas funções de apoio, não especializadas e não qualificadas.

Cunha (2010) revisa as pesquisas sobre as instituições de assistência social no Brasil e aponta a década de 1880 como o período em que o Estado entrou pela primeira vez no terreno destas instituições com recursos para suas ações, a pedido delas. Apenas em 1935, com a "Lei de Declaração de Utilidade Pública⁴, as instituições filantrópicas (sociedades civis, associações e fundações) foram regulamentadas. Foi nesta época que diversas relações estabeleceram-se em torno das questões sociais, envolvendo novos atores: empresários e entidades de assistência social, o que deu mais espaço às práticas de filantropia e ao voluntariado. A forma como isso se deu fez com que a coexistência de garantias sociais por meios legais e filantrópicos, hoje tão naturalizada, fosse legitimada:

Em 1930, o discurso vigente da colaboração entre todos os componentes da sociedade para a superação das desigualdades sociais colocava a Igreja, empresários, profissionais da Assistência e Estado em relações estreitas e de aparente harmonia. Quando direitos sociais foram atrelados ao mundo do trabalho, uma dicotomia foi estabelecida no campo das garantias de assistência: de um lado, os trabalhadores gozavam do amparo legal oferecido pela legislação trabalhista; de outro, os não trabalhadores podiam contar apenas com a assistência privada, oferecida por instituições filantrópicas. (...) Na medida em que uma demanda é garantida como direito, a responsabilidade por ela encontra respaldo numa instância que está além do âmbito exclusivamente individual, o mesmo valendo para o sentido inverso: o que não é garantido publicamente como direito diz respeito a assuntos e capacidades particulares e individuais. (Cunha, 2010 - p. 24)

17

³ Conforme o artigo 1º da Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil "A Sociedade de São Vicente de Paulo, conhecida no Brasil pelas iniciais SSVP, está colocada sob a proteção espiritual da Bem-aventurada Virgem Maria (tal como foi proposto pelos fundadores Antônio Frederico Ozanam e seus companheiros) e suas atividades se destinam a prática da caridade cristã, buscando, através da oração e ação, diminuir o sofrimento e

restituir a dignidade humana" (SSVP, 2009). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0091.htm

O atendimento das demandas provenientes dessa situação ficou a mercê da filantropia e o voluntariado cada vez mais importante dentro destas instituições.

Neste mesmo contexto, foi criada, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência, responsável por ações de assistência e convênios com instituições privadas e sob a forte influência da primeira-dama, Darcy Vargas (Ortiz, 2007).

No ano de 1967 foi lançado o Projeto Rondon pelo governo federal, regido por militares, e que por quase 20 anos levou universitários voluntários para áreas isoladas do país com o foco em serviços na área de geografia, educação e saúde, desenvolvendo atividades como mapeamento, vacinação, combate a epidemias, cursos e outros trabalhos de assistência. Acredita-se que entre os interesses deste projeto, houvesse o estratégico interesse de canalizar o movimento estudantil e aproximá-lo do governo militar. O projeto, que foi reformulado e retomado em 2005, tinha como slogan "Integrar para não entregar". Sob o novo slogan "Lição de vida e cidadania", o relançamento evidenciou o aspecto principal da mudança no voluntariado, o direcionamento de seu propósito à participação do voluntário.

Os traços que constroem as características do voluntariado tal como é descrito atualmente surgiram nos anos 80 com a expansão do terceiro setor, representado por todas as organizações sociais, como as ONGs, as associações, as fundações, as antigas entidades de atuação filantrópica, os institutos, entre outros, que trabalham com o enfrentamento de problemas sociais. O terceiro setor tem como principal alicerce as ONGs, o campo no qual o voluntariado tem maior força hoje e do qual sua nova "roupagem" não pode ser desvinculada. Isso que nos leva à importância de sua revisão.

As ONGs caracterizam-se por seu propósito de interesse público e por sua finalidade não lucrativa, assim como todo o Terceiro Setor, que corresponde a um setor híbrido entre o Estado (que utiliza recursos públicos para fins públicos) e o mercado (recursos privados para fins privados).

O surgimento das ONGs na América Latina é controverso. Para alguns autores (Thompson, 2010, Gohn, 2008) elas nasceram no contexto da luta dos movimentos sociais e populares contra os regimes militares e em defesa dos valores democráticos, que viabilizou a

entrada de novos atores sociais. Essa orientação associa as ONGs ao momento de fortalecimento da sociedade civil como unidade em um período que as lutas sociais ganharam destaque. Outros autores (Coelho, 1999) identificam sua origem nas próprias instituições assistenciais que, com o tempo, passaram por um desenvolvimento profissionalizante até o momento em que passaram a se autodenominar ONGs.

Apesar de as ONGs terem se desenvolvido de forma particular no Brasil, elas fazem parte de um movimento global de redefinição do papel do Estado. Vale lembrar que "ONG" e "terceiro setor" são termos internacionais, sendo o primeiro, procedente de uma nomenclatura do sistema de representações das Nações Unidas, e o segundo de procedência norte-americana, país onde o contexto de voluntariado e de doação de dinheiro a causas sociais fazem parte do ideário e cultura política, e que também influenciou o voluntariado no Brasil neste contexto da expansão das ONGs.

No Brasil, sob a mesma nomenclatura de ONG, desenvolveu-se uma infinidade de entidades com histórias, tamanhos, missões, modelos organizacionais e mecanismos de sustentabilidade completamente diferentes umas das outras (Gohn, 2008). Para Cunha (2010), o voluntariado atual, que emerge da década de 80 e ganha força nos anos 90, partilha com o terceiro setor algumas das suas formulações mais características, como a potencialidade de ação dos indivíduos, a celebração das virtudes de uma sociedade civil forte e atuante, e a relação de complementaridade quanto à atuação estatal.

Landim (2003) afirma que o terceiro setor compreende um conjunto diferenciado de organizações sociais e também um espaço de afirmação de valores, que compreendemos serem os mesmos do novo voluntariado: "o terceiro setor, segundo concepções gerais de seus principais ideólogos, seria lugar não apenas da autonomia organizativa, mas também da atualização de valores e práticas sociais incapazes de se realizarem no terreno do mercado, como altruísmo, compromisso social, laços comunitários, militância, solidariedade, ambientalismo, etc.".

Há um consenso de que, a partir dos 90, as instituições fortaleceram-se sob a identidade de ONG e com uma enorme diversidade de propostas, de forma que não foi mais possível limitá-las a um ou outro papel e, por isso, passaram a ser definidas a partir de um

contexto amplo e heterogêneo, mas com foco de atuação nas esferas sociais, ambientais e culturais. Apesar dos níveis diferentes de capacidade de intervenção no plano político, os objetivos das ONGs são de participação e mudança. Esse fortalecimento de identidade aconteceu no Terceiro Setor como um todo e foi especialmente viabilizado mediante o envolvimento de empresas, da indústria, de bancos, do comércio, das fundações, de pessoas famosas e da responsabilidade social empresarial.

A participação das instituições de origem empresarial em ações sociais apareceu como novidade nos anos 90, uma vez que nenhuma tradição a esse respeito teria sido mencionada antes. A responsabilidade social é o que prevê que as empresas tenham uma postura mais ética com os públicos que se relacionam, promovendo ações e projetos em dimensões ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas que costumeiramente não entravam na agenda empresarial. Ela certamente contribuiu e ainda muito contribui para a construção do voluntariado de hoje. Dentro das competências da responsabilidade social, é comum que sejam encontrados programas de voluntariado que busquem o engajamento dos funcionários e que sejam estruturados na lógica corporativa de qualificação, metas e resultados, especialmente dentro de grandes empresas e multinacionais (Kawata, 2011). Um programa de voluntariado empresarial pode tanto surgir da iniciativa dos funcionários, que se juntam para organizar as ações e posteriormente a empresa abraça a causa e investe, ou da própria decisão dela. Fala-se inclusive em voluntariado como estratégia corporativa para estreitar o relacionamento com os chamados stakeholders⁵, que são os diversos públicos que podem afetar ou são afetados pela organização. O voluntariado corporativo pode melhorar o relacionamento da companhia primeiramente com os seus funcionários, que têm o incentivo da empregadora para atuar em ações sociais e muitas vezes até em horário de trabalho. A atividade incentiva o desenvolvimento de trabalho em equipe, a motivação e o orgulho de trabalhar na empresa. Além disso, aproxima a empresa das comunidades do entorno, de outras empresas interessadas e do governo, mediante as parcerias e os objetivos sociais estabelecidos entre estas partes. Exemplos de ação de voluntariado corporativo são ações em escolas públicas, como aulas e oficinas e intervenções para melhoria de infra-estrutura nas favelas. Segundo o relatório "Estado da Arte do Voluntariado Empresarial":

⁵ O conceito de stakeholders alerta que as empresas fazem parte de um todo maior, de uma rede com a qual devem manter diálogo para que as relações sejam mais justas e eficientes. O termo é mais utilizado em inglês, mas quando traduzido é chamado de "partes interessadas" (Lettieri, 2004).

O voluntariado empresarial varia desde empresas que incentivam seus funcionários a fazer trabalho voluntário por conta própria, até sofisticadas intervenções de voluntários altamente qualificados durante o horário do expediente; desde incentivar atividades locais na comunidade até enviar empregados voluntários para outras regiões do mundo. Pode significar que voluntários individuais empreguem suas habilidades especializadas junto a pessoas necessitadas; que pequenas equipes trabalhem em parceria com ONGs para ajudá-las a cumprir sua missão; que existam mobilizações mundiais durante dias/semanas/meses de ação voluntária em projetos pontuais (AIVE, 2011).

Seguindo a tendência de popularidade, tiveram peso também iniciativas em instâncias oficiais do Estado que, a partir dos anos 90 colocaram no espaço público a idéia de doação de tempo e dinheiro.

No período de 1994 a 2001, por exemplo, teve início o Programa Comunidade Solidária desencadeado a partir de um decreto presidencial que ao mesmo tempo em que extinguiu a Legião Brasileira de Assistência, manteve um conselho que reunia representantes da sociedade civil e ministros de Estado para propor e opinar sobre as ações prioritárias na área social. Em 1997, o Comunidade Solidária criou o Programa Voluntários para a "valorização do voluntariado como expressão de uma ética de solidariedade e participação cidadã". Com o objetivo de impulsionar e mobilizar recursos para o trabalho voluntário, o Programa trabalhou na criação e manutenção de mais de 40 centros de voluntariado no Brasil. Atualmente há 109 centros de voluntariado espalhados pelo país, todos com o objetivo disseminar projetos e engajar voluntários. Estes centros integram hoje a Rede Brasil Voluntário, uma ONG que tem a função de incentivar e aumentar o impacto das ações voluntárias, guiar ações e discussões e também possibilitar a troca de informações sobre o tema (Rede Brasil Voluntário, 2012).

Em 1998, depois de algumas iniciativas municipais e estaduais, a Lei Federal nº 9.608/98 regulou juridicamente as atividades voluntárias no Brasil. Esta lei de abrangência nacional estabelece que o trabalho voluntário deve estar previsto em contrato escrito, formalizado por meio de "termo de adesão", e destaca a não existência de vínculo trabalhista.

Apesar de eventualmente causar estranhamento a aplicação de norma jurídica para uma prática solidária, que se fundamenta em razões morais e sociais, grosso modo, a

_

⁶ https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/146

juridicização aconteceu nessa mesma época em vários outros países e é evidente a sua importância na configuração do novo voluntariado. Tal fenômeno insere-se no processo de institucionalização das atividades voluntárias mencionado anteriormente. A preocupação com a natureza trabalhista é explicada pela profissionalização e especialização do trabalho voluntário. Com o passar do tempo, guiados pela lógica de mercado e pela competição inclusive entre as ONGs, a qualidade dos resultados e a organização de processos tornaram-se preceitos basilares dos programas de voluntariado, e palavras como "qualificação", "resultados' e "eficiência" são hoje freqüentes nestes ambientes.

Cunha (2010) aponta que em diversos programas atuais, os voluntários devem passar por um processo seletivo que se assemelha muito aos promovidos pela área de recursos humanos de qualquer empresa privada, e destaca a descrição apresentada no Curso Básico de Gerenciamento de Voluntários: "O voluntariado contemporâneo busca a eficiência do serviço, a qualificação dos voluntários e da organização social. Além da competência humana e espírito de solidariedade, almeja-se a qualidade técnica da ação voluntária" (Cunha, 2010, p.58).

Percebemos assim a aproximação deste voluntariado ao circuito do mercado, o que faz com que adquira uma importância econômica cada vez mais crescente. Além disso, trata-se de uma atividade valorizada nas contratações em empresas, especialmente as multinacionais, onde ser voluntário é fator de competitividade. Muitos cursos superiores exigem comprovação de horas de voluntariado como formação extracurricular dos alunos. O Linkedin, rede social profissional, criou na sua plataforma um espaço para os usuários destacarem suas experiências como voluntários.

É possível identificar um amplo cenário de mudanças que influenciou a transição do velho ao novo voluntariado. Este foi institucionalizado a partir de sua valorização no mercado de trabalho, de sua regulamentação jurídica, do surgimento de ONGs próprias para esse tipo de atividade, do incentivo governamental e internacional. A essa altura, as instituições de voluntariado falam cada vez menos em caridade e cada vez mais em um voluntariado que sinaliza um momento de amadurecimento e aperfeiçoamento das formas de participação. O novo discurso do voluntariado é, portanto, fruto da sua própria institucionalização.

Ainda que tenham acontecido tantas mudanças, isso não implica em dizer que as razões que levam as pessoas a se engajarem no voluntariado foram alteradas, ou que o voluntariado original tenha deixado de existir. Prova disso é a importância que ainda tem o voluntariado religioso. A Pastoral da Criança, que foi criada em 1983 com o objetivo de formar líderes comunitários para orientar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, de educação, de nutrição e de cidadania, mantém suas crenças e valores na religião e fundamenta nela o voluntariado até hoje: "A missão da Pastoral da Criança é promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres" (Pastoral, 2015). De 2007 a 2013, foram formados 123.361 voluntários e 89.814 passaram pela atualização da formação dentro da Pastoral.

O espiritismo também ocupa papel importante nos trabalhos voluntários no Brasil. Desenvolvidas na França a partir de 1857 com a publicação de uma obra de Allan Kardec, as ideias do espiritismo foram se modificando e se adequando aos países aonde chegavam. Apesar de a caridade ser vista como fundamental à evolução espiritual (a exemplo da expressão kardecista "fora da caridade não há salvação", sempre lembrada pelos espíritas no Brasil), os trabalhos assistenciais vinculados às instituições espíritas são mais comuns no Brasil do que no país de origem. Giumbelli (1998) explica que desde o início da sua introdução no Brasil, o espiritismo enfrentou a oposição eclesial e religiosa, além da de outros agentes leigos e de instituições seculares, o que levou as instituições espíritas a demonstrarem que tinham pretensão de ocupar a esfera religiosa e da caridade como forma de se legitimarem. Tanto nas atividades regulares do espiritismo como nas chamadas "obras sociais", que vão desde escolas e asilos até iniciativas de doação de bens materiais, o voluntariado é peça fundamental para o funcionamento dessas organizações, já que a maior parte de seus recursos humanos é composta por voluntários (Giumbelli, 1998).

Como reconhecimento da importância do trabalho voluntário, a ONU declarou o ano de 2001 como Ano Internacional do Voluntariado, cujo foco era o de divulgar e estimular a sua expansão. Em 2011, comemorou-se o décimo aniversário, que marcou o acontecimento de várias conferências e encontros para discussões sobre o tema, além do lançamento de um relatório sobre o estado da arte do voluntariado no mundo, relançado em 2015 com dados atualizados. Em 2015, o relatório enfatiza que o voluntariado é um canal chave para o engajamento do nível local até o nacional e global, trazendo experiências bem sucedidas de

colaboração social em todo o mundo. Em 2011, o relatório falava em 140 milhões de voluntários contribuindo oficialmente em organizações de 36 países, os quais juntos constituiriam a nona maior nação em termos populacionais, com uma contribuição econômica estimada em 400 bilhões de dólares (ONU, 2011a). Segundo o relatório da ONU, o voluntariado ativo em prol da mudança social "se apresenta como um caminho altamente eficaz para construção de sociedades participativas e com esse potencial de progresso" (ONU, 2011a).

Dentre os aspectos não materiais defendidos pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU em 2010 como essenciais para o desenvolvimento, estão a participação, o empoderamento e a cidadania ativa, dimensões que segundo a publicação são possíveis de ser desenvolvidas por meio do voluntariado. Segundo o Relatório, "colocar as pessoas no centro do desenvolvimento significa fazer progresso equitativo e amplo, permitindo que as pessoas sejam participantes ativas na mudança". Essas publicações oficiais da ONU nos revelam o espaço que ocupa o voluntariado no cenário global e as suas transformações, especialmente no que diz respeito ao discurso institucional, como por exemplo, sua aproximação da noção de engajamento político e mudança social, distanciando-se da caridade. Lançam luz assim à necessidade de ser dada mais visibilidade ao voluntariado atual.

A importância de o presente trabalho focar-se no voluntariado formal está no fato de que este é um fenômeno resultante do contexto capitalista em que se situa e da sua própria institucionalização, a qual possibilitou a expansão e formalização das iniciativas tais como hoje se apresentam.

Apesar disso, são muitas as atividades voluntárias informais, que tendo predominado em grande período da história, persistem até hoje, a exemplo da colaboração social e da cultura de ajuda mútua em comunidades, as quais ainda têm grandes contribuições do ponto de vista das mudanças sociais, mas detém pouca visibilidade.

progress equitable and broad-based, enabling people to be active participants in change and ensuring that current achievements are not attained at the expense of future generations" (ONU, 2010),

^{7 &}quot;Putting people at the centre of development is much more than an intellectual exercise. It means making

Landim faz uma análise da prática de associativismos (excluindo as sindicais e culturais) na população brasileira na publicação "Estatísticas do Séc. XX" (IBGE, 2006), em que descreve as dificuldades e a descontinuidade do monitoramento pelo IBGE desse tipo de atividade, tanto em termos de classificação como de continuidade no decorrer dos anos, especialmente da associação em atividades filantrópicas, o que torna difícil a pesquisa sobre a sua evolução.

1.2 O novo voluntariado, o individual e o coletivo

Como se vê, o voluntariado hoje parece situar-se em fronteiras pouco nítidas entre o público e o privado, o individual e o coletivo. É compreensível que, desde os anos 80, à medida em que cresce o número de organizações e de voluntários quantitativamente e qualitativamente, também ele se torne mais formal, editem-se normas legais, aumentem os recursos destinados a essas entidades, entrem em cena novos atores, reforcem-se as políticas de fomento e transforme-se o seu papel social, político e econômico.

A essas mudanças, acrescenta-se a contradição entre o ideal do voluntário, que seria a colaboração social despretensiosa e baseada apenas em valores morais ou também religiosos, e um voluntariado que se transformou e ganhou novos valores no contexto da redefinição do papel do Estado com as políticas sociais, como os de expressão da cidadania, de participação social e de importância no mercado de trabalho.

Buscamos aqui discorrer sobre as implicações dessas mudanças na caracterização do voluntariado tanto entendido como uma atividade individual como coletiva, e na sua representação como um elemento constitutivo de noções de coletividade e de preenchimento de vazios participativos.

Para Madrid (2001), o processo de institucionalização do voluntariado dá-se essencialmente quando o Estado passa a utilizar desta colaboração social para renovar seu próprio discurso estatal sobre a responsabilidade dos cidadãos na manutenção do bem-estar social. O autor destaca o preâmbulo da Lei de Voluntariado Social de Madri⁸: "No podemos responder con eficácia desde la Administración Pública a las necesidades sociales sin contar

-

⁸ http://www.madrid.org/wleg/servlet/Servidor?opcion=VerHtml&nmnorma=473&cdestado=P

con un recurso más, con la presencia activa de personas y grupos actuando coordinadamente desde programas de acción voluntária dirigidos al desarollo de la comunidad." (p.46)

Esse modelo de voluntariado voltado a preencher espaços não assistidos pelo Estado é incorporado pelos discursos das ONGs e da população, misturando-se com as formas mais tradicionais de colaboração social. Este modelo tem sua concretização completa na sociedade norte-americana, orientado por valores como a liberdade e responsabilidade individuais, a ideia de que o cidadão é responsável pelo bem-estar de seus semelhantes e pelo bem-comum, além de um medo paranoico do Estado (Landim e Scalon, 2000).

Nos Estados Unidos, o terceiro setor é sinônimo de voluntariado, e as doações em dinheiro fazem parte da cultura política no país. Aqui, o voluntariado sofre estas influências, apesar de diferenciar-se ostensivamente: com exceção da doação por parte de empresas (por meio da já mencionada responsabilidade social empresarial, prática cada vez mais comum no Brasil), a doação individual de dinheiro, por exemplo, não é uma prática tão popular aqui quanto no país norte-americano. Segundo uma pesquisa do ISER (Instituto de Estudos da Religião) feita em 2000 por Landim e Scalon (2000), 70% da população adulta dos Estados Unidos doa dinheiro para instituições, contra 21% no Brasil.

Para Landim e Scalon (2000), o novo voluntariado está, assim como a doação, associado à prática neoliberal. As autoras apoiam-se na opinião de Schrift, para quem o fenômeno da doação de tempo e dinheiro "é uma resposta ao clima político recorrente", sendo parte da lógica contemporânea em uma dinâmica ocidental. Da mesma forma, Madrid (2001) expressa que o novo voluntariado é tão individualizado e instrumentalizado que representa a perda do seu sentido social, e que tais mudanças "fomentam um voluntariado insubmisso com as injustiças do mundo presente". Landin e Scalon destacam ainda as diferentes posições que encontra entre os estudiosos e simpatizantes do tema voluntariado. Eles dividem-se entre os i) "conservadores cívicos", que consideram os grupos voluntários - família, associações, igrejas, empresas - como mais eficazes que o Estado; ii) os liberais, que pensam numa relação de parceria entre os grupos de ação cívica e o Estado; e iii) os mais à esquerda na orientação político-ideológica, que apostam nas organizações voluntárias em termos de geração de movimentos populares e fortalecimento de grupos de base.

Ferreira *et all* (2008) pesquisam a motivação de voluntários que doam seu tempo em diferentes atividades. As motivações mais freqüentes são: ajudar os outros; preencher o tempo livre com qualidade; sentimento de auto-estima, confiança e satisfação; carreira profissional; realização pessoal; ser útil à comunidade; ter contato com pessoas de mesmo interesse; aprender, e ganhar experiência. As respostas dos voluntários variam entre o que seriam motivações de solidariedade e motivações de benefícios e vantagem para si mesmos. Enquanto a motivação "carreira profissional" apresenta um benefício individual, "ter contato com pessoas de mesmo interesse" mostra o caráter de trabalho em equipe, um dos motivos pelo qual o engajamento no voluntariado é um atributo valorizado nas seleções de emprego.

Nesse processo de individualização do voluntariado diante do enfraquecimento das políticas sociais, cresceu seu vínculo com a prestação de serviços e também com os benefícios pessoais perseguidos por voluntários. Ao mesmo tempo, passou a haver um maior incentivo às diferentes modalidades de voluntariado (ambiental, educacional, internacional, etc.) de forma a oferecer mais oportunidades para os interessados. Em suma, a institucionalização do novo voluntariado facilitou o acesso à colaboração que em outros momentos estavam restritos a iniciativas somente religiosas.

Pensando no novo voluntariado, nas organizações e nos grupos que surgiram recentemente com essa proposta de intervenção, como a ONG Teto, que apresentaremos no próximo capítulo, podemos situar o novo voluntariado também no contexto de ações coletivas.

A representação individual-coletivo é tema de discussão em muitos trabalhos acadêmicos. Silva (2006), ao descrever o advento dos fenômenos de ações coletivas, explica que as rupturas recentes — relativas ao plano econômico ou mesmo aos planos cultural, social e político, passando, inclusive pelo psicológico - fomentaram o surgimento, de um lado, do chamado "individualismo moderno", e de outro, da constituição de movimentos coletivos. Segundo o autor, "tais movimentos buscaram estabelecer a construção de identidades coletivas na representação do nós, que pode apontar para uma diferenciação do eu, ou mais vezes, para uma afirmação individual, o que poderíamos entender como sujeitos políticos coletivos". (Silva, 2006, p.103).

Conforme afirma Rafael Cruz (2001, apud Silva, 2006), a ação coletiva é uma das possíveis respostas de ação por parte das pessoas que identificam algum conflito, sendo que essa resposta de mobilização é a mais incomum diante da opção de resignação e resistência cotidiana, individual e anônima. Nesse sentido, a opção de engajar-se em uma atividade voluntária organizada é um trabalho de mobilização importante que se opõe à tendência de valorização da autonomia individual e de resolução de conflitos de forma individualizada e reservada.

Essa perspectiva remete-nos também aos chamados "Novos Movimentos Sociais", ou ações coletivas contemporâneas (Prado, 2001). Diferentemente do que se costuma entender como "Velhos Movimentos Sociais", nos quais a base é classista e a orientação mais voltada para a revolução, poder, controle e violência, a linha teórica dos Novos Movimentos Sociais teve origem na Europa e difundiu-se nos Estados Unidos no contexto da sociedade pós industrial, visando considerar a nova realidade social e superar os limites do modelo materialista para uma orientação centrada na subjetividade, dotada de significados e de identidades psicossociológicas (Silva, 2006).

Trata-se, portanto, de uma evolução dos movimentos sociais que no contemporâneo possuem orientações diferentes. Menos limitados a uma visão macrossocial da sociedade, os novos movimentos se caracterizam pelo pluralismo de ideias e de valores, costumam ter uma orientação pragmática e consideram a práxis política como papel central também na esfera individual, microssociológica.

Silva destaca o papel inovador dessa nova perspectiva, pois ela vê na relação entre indivíduo e sociedade, no retorno e na recriação do ator social a possibilidade de mudança partindo da ação de cada sujeito. Dessa maneira, é possível reconhecer aspectos do político em esferas da vida social outrora não politizáveis, com os exemplos da sexualidade e da vida privada, como cita Prado (2001). Além disso, diante da complexidade da nova realidade, a participação possibilita a estes sujeitos gerarem múltiplas identidades coletivas. Conforme aponta Gohn (1995): "o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não hierarquizado, em lutas contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários" (p. 122).

Podemos refletir sobre o espaço que ocupa o novo voluntariado neste cenário, como fenômeno coletivo contemporâneo cuja ação dá-se em grupo e em resposta ao reconhecimento de conflitos antagonísticos em diversas esferas da vida social. Como uma ação coletiva, pode estimular o estabelecimento de identidades coletivas e da consciência individual em relação à sociedade e a si mesmo como um membro desta sociedade. Conforme Silva (2001), há uma relação de uma via de mão dupla entre a participação em ações coletivas e a constituição da consciência, sendo a primeira entendida enquanto elemento produtor de consciência política, e esta por sua vez, como elemento impulsionador da participação na ação coletiva.

2. ONG TETO

A ONG Teto, ou "Associação Um Teto para o Meu País", foi fundada no Brasil em setembro de 2008 como resultado da expansão da Fundación Um Techo para Chile, por sua vez constituída e pertencente à Orden Religiosa de la Compañia de Jesus, uma instituição regida pelas leis da Arquidiocese de Santiago do Chile, conforme o anexo 1 (Estatuto Social da ONG Teto).

"Associação" é uma das possibilidades que o ordenamento jurídico abre para as pessoas jurídicas que recebem a denominação de ONG, juntamente com a Fundação, pois ainda que elas sejam largamente conhecidas por serem instituições privadas de interesse público e sem fins lucrativos, não existe uma legislação específica para as assim chamadas "organizações não governamentais". Uma associação caracteriza-se como uma pessoa jurídica de direito privado que tem por objetivo a realização de finalidades culturais, sociais, recreativas etc, cuja constituição é regida por um estatuto social e se dá por um grupo de pessoas, os associados, que objetivam um determinado fim não econômico (Rocha e Pessoa, 2003). A fundação é igualmente pessoa jurídica sem fins econômicos e, segundo o Código Civil, "somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência". A diferença principal entre as duas está na possibilidade de a Fundação ser instituída por uma única pessoa física, não sendo necessário um grupo de indivíduos para a sua formação, além de esta última necessariamente possuir um conjunto de bens especialmente atrelados à consecução do seu propósito.

No Chile, os trabalhos da ONG tiveram início em 1997 com jovens que foram a campo para um serviço comunitário em busca de soluções concretas para os moradores de assentamentos. O viés era predominante e declaradamente assistencialista, de construção de casas emergenciais, em um contexto de desigualdade social, de conhecidas políticas neoliberais e de desestatização dos serviços públicos.

Com o sucesso da iniciativa, a proposta evoluiu ampliando seu foco para o desenvolvimento comunitário. Recebeu do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (FOMIN - BID) uma doação de 3,5 milhões de dólares para transferir sua experiência a outros países latinoamericanos e para promover a integração entre eles (BID, 2010).

Assim, a ONG espalhou-se e ganhou popularidade pelo continente. Desde 1997 já contou com a participação de aproximadamente 610.000 voluntários na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. A atuação em cada país é independente, com diferentes avanços nas propostas, parcerias locais, níveis de envolvimento político e religioso.

No Brasil, por exemplo, a ONG não é reconhecida como uma instituição vinculada à Igreja. No Chile, ao contrário existe dentro da ONG a figura do Capelão, líder religioso. Em comum, em todos os países, o financiamento é privado, com exceção do Chile, onde a ONG tem participação política maior e onde adquiriu um status de Entidad de Gestión Inmobiliaria Social (EGIS), outorgada pelo governo, através do Ministerio de Vivienda y Urbanismo. As EGIS são entidades privadas ou públicas que cumprem funções de assistência técnica e social nos programas habitacionais do país. Essas entidades têm acesso ao Fundo de Solidariedade da Habitação e devem apresentar ao governo projetos habitacionais para áreas de baixa renda. Desde 2011, as EGIS do Chile passaram a ser chamadas de Entidades Patrocinantes (EP).

A ONG Techo apoiou países que sofreram catástrofes na América Latina, como o terremoto do Perú em 2007, o do Haití em 2010, o terremoto e o tsunami no Chile e o ciclone que atingiu a Guatemala, ambos em 2010. Neste mesmo ano, ela recebeu o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2010) com 2,6 milhões de dólares para a construção de casas emergenciais para 2 mil famílias afetadas pelo terremoto no Haiti. Essas construções envolvem o trabalho voluntário de jovens haitianos com estrangeiros e a parceria da ONG com associações locais e com o governo. Com relação à isso, Julio Lima, diretor da ONG no Brasil nos informou que a ONG monitora as possibilidades de ações após distintos tipos de catástrofes no país, observando as capacidades internas de intervenção, como nos casos de incêndios em favelas no Estado de São Paulo. No entanto, ainda não tem atuado diretamente após esses acontecimentos.

Nos 19 países onde está presente na América Latina, a Teto destaca-se por sua popularidade e por engajar milhares de jovens voluntários. No Brasil, as ideias de ação coletiva entre moradores e voluntários e a meta de superação da pobreza são as que mais são enfatizadas na proposta de ação da ONG. Conforme a ONG:

Teto é uma organização presente na América Latina e Caribe, que busca superar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas nas comunidades precárias, através da ação conjunta de seus moradores e jovens voluntários. Com a implementação de um modelo de intervenção focado no desenvolvimento comunitário, TETO busca, através da execução de diferentes planos, construir uma sociedade justa e sem pobreza, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de desenvolver suas capacidades e possam exercer plenamente seus direitos. (Teto, 2014)

No Brasil, os recursos são obtidos por meio de parcerias e doações de empresas, pela cooperação internacional, como estas contribuições do BID, ou através de eventos de arrecadação, campanhas de captação feita pelos voluntários nas ruas e taxa de inscrição para os voluntários que queiram atuar na construção. Na construção, a taxa de inscrição tem como valor mínimo R\$30,00, e em algumas vezes o valor sugerido de R\$60,00. Esse valor é destinado principalmente aos custos desta própria atividade, como transportes e camisetas. Em 2014, o principal aporte financeiro veio de empresas, um valor de R\$ 2.356.668,15. A receita líquida naquele ano foi de R\$ 3.925.176,05 (Teto, 2015). Na lista de empresas doadoras estão a GOL Linhas Aéreas, Casas Bahia, Telefônica Vivo, Gerdau e Votorantim.

No início desta pesquisa, a ONG tinha por missão "o comprometimento da juventude universitária para um continente mais solidário, justo e sem exclusão". Determinava seu público alvo como o universitário, focando o ideal no voluntariado, na justiça e na solidariedade, de forma abrangente. Em 2013, como parte de uma reformulação de estratégia da ONG, uma nova missão foi lançada, especificando o foco de atuação em assentamentos precários, mencionando a interação entre os voluntários e moradores para obtenção dos resultados, e ainda reconhecendo seu papel político:

Trabalhar sem descanso nos assentamentos precários para superar a extrema pobreza, através da formação e da ação conjunta de seus moradores e jovens voluntários, promovendo o desenvolvimento comunitário, denunciando a situação na qual vivem as comunidades mais excluídas e incidindo, junto a outros, em política" (Teto, 2015)

A mudança na missão demonstra alteração no discurso da razão de ser da ONG, não mais focada no trabalho voluntário, isto é, nos universitários, mas sim nos resultados deste trabalho (promoção do desenvolvimento, denúncia da pobreza e ação política). A nova missão traz também a noção de uma relação mais horizontal e, novamente menos focada no voluntário, mas que seria criada a partir do trabalho conjunto entre esses jovens e os moradores. A menção à política também passou a compor as perguntas freqüentes do website da ONG, que traz um esclarecimento sobre sua desvinculação de partidos políticos, mas

menciona interesse em "incidir" na política: "O TETO é uma organização apartidária, mas que através de todo o trabalho dos moradores e voluntários busca fazer política e gerar incidência, com o objetivo de mudar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas no continente".

Apesar da abordagem de atuação ampla, a atividade principal pela qual a ONG é conhecida até hoje é a construção de casas emergenciais de madeira de 18 m² de área em locais de pobreza extrema, feitas pelos voluntários em conjunto com moradores da comunidade. A construção é uma atividade de imersão que leva dois ou três dias para ser finalizada e todos devem passar os dias previstos completos na construção. Para a ONG, a participação integral é essencial, pois o "processo de construção é também uma ação formativa" (Teto, 2013).

Os voluntários não precisam participar de treinamentos e para construírem não é prérequisito terem participado das reuniões. No entanto, eles contam com a ajuda de um líder experiente em cada grupo de voluntários. No Brasil, já foram mobilizados mais de 17 mil voluntários e construídas 1.309 moradias de emergência (Teto, 2014). Em 2013, cada casa tinha um custo de cerca de R\$3.500,00. Elas são feitas de painéis pré-fabricados de madeira, com os quais se ergue uma nova casa no mesmo local onde estava situada a antiga habitação do morador, normalmente um barraco de madeira improvisado, que deve ser desmontado por ele na data da chegada dos voluntários. O morador deve pagar uma quantia de R\$200,00, destinada à logística dos produtos. Outra contrapartida do morador é cozinhar o almoço dos voluntários durante os dois dias de construção. Um grupo de voluntários é responsável por ir atrás de doações dos alimentos antecipadamente. Durante a construção, o morador que teve sua casa desmontada deve dormir na casa dos vizinhos ou familiares, enquanto voluntários dormem em uma escola pública da comunidade. Dessa maneira, os voluntários podem discutir o que foi vivenciado durante o dia, trocar experiências e debater sobre a realidade que encontraram (Teto, 2013). Para cada casa, uma equipe de 6 a 12 voluntários atua em conjunto com o morador. As atividades são distribuídas em sub equipes, como a de construção, de logística dos materiais e de organização da escola e refeições. Os jantares são organizados pelos voluntários na escola.

O levantamento inicial e seleção do assentamento onde os voluntários atuam são feitos por indicação, por análise de imagens de satélite e pela visita técnica. Na sequência são feitos

contatos com os moradores e com os líderes comunitários. O foco é em assentamentos cuja condição de vida seja insalubre e cujas moradias sejam, em sua maioria, barracos de madeira e sem saneamento básico. Por assentamentos, Teto define como "espaços que abrigam oito ou mais famílias que vivem em condições precárias, com posse irregular dos terrenos e carência de ao menos um dos serviços básicos" (Teto, 2013).

As atividades, antes centradas principalmente nas tarefas relacionadas à construção e sem pretensão de continuidade, hoje passaram por reestruturação. Atualmente, são divididas em fases, que não necessariamente exigem a continuidade do trabalho dos voluntários.

Na fase de diagnóstico, ou conforme alguns voluntários entrevistados chamaram, ECO (Escutando Comunidades), os voluntários visitam comunidades selecionadas para entenderem quais as condições locais, se há necessidade de atuação da ONG e se há organização por parte da comunidade para desenvolvimento de atividades.

A fase 2 representa uma resposta ao diagnóstico, com a construção das casas emergenciais e, se possível, com a realização das chamadas "Mesas de Trabalho", reuniões entre líderes comunitários e os voluntários para discutir necessidades prioritárias. Ainda nessa fase há implementação de planos de ação identificados como prioritários e que envolvem, por exemplo, a elaboração de hortas e a capacitação em ofícios básicos.

Na terceira fase, chamada de intervenção, há ajuda para articulação dos moradores na busca de seus direitos e para soluções de longo prazo, como instalação de serviços básicos e infraestrutura comunitária. Este formato é mais avançado em países como Argentina e Chile, onde a ONG está presente há mais tempo, e chega a construir sedes dentro das comunidades para um trabalho mais de longo prazo. No Brasil, essas etapas tiveram início em 2013. Há uma clara intenção de aumentar o número das Mesas de Trabalho, com as chamadas equipes de comunidade, que são voluntários que atuam com maior permanência desenvolvendo um trabalho mais próximo às comunidades. Na ocasião desta pesquisa, a Teto conta com 31 equipes de comunidade ativas no Brasil, sendo esse o maior número já alcançado no país de forma simultânea.

A ONG oferece três formas de trabalho, dividindo os voluntários em i) voluntários pontuais, ii) voluntários fixos no escritório e iii) voluntários da "equipe de comunidade".

Os voluntários pontuais são aqueles que participam das chamadas atividades massivas e que não exigem continuidade ou compromisso em médio prazo. Esses voluntários atuam nas construções ou coleta, entram com a mão de obra, e têm um baixo nível de engajamento com a ONG, especialmente considerando que não é necessário participar de treinamentos prévios.

Já os voluntários fixos no escritório atuam nos trabalhos em nas áreas administrativas da ONG, nas quais há o trabalho de administração e finanças, comunicação, captação de recursos, formação e voluntariado, departamento jurídico e departamento de construções. Este subdivide-se nos departamentos de "Detecção e Designação", que compõe as atividades de seleção das comunidades e famílias, e de 'Logística' dos materiais de construção.

Os voluntários de "equipe de comunidade", por sua vez, exercem um trabalho mais permanente, participando em todos os finais de semana ou duas vezes por mês das ações da Mesa de Trabalho e sua continuidade. São voluntários universitários e também voluntários moradores da comunidade.

Entre as duas últimas formas de voluntariado, há 645 participantes ativos no Brasil que, juntamente com os funcionários contratados pela ONG, estruturam todas as atividades da Teto. Espera-se que os voluntários permanentes atuem por pelo menos 01ano em seus cargos. Os funcionários remunerados totalizam 23 pessoas, distribuídas entre as sedes da ONG em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e na Bahia.

A dependência estrutural do trabalho voluntário e os esforços para captação de mais voluntários, mesmo com grandes investimentos que a ONG recebe, nos leva a crer que a razão de ser da ONG reside em oferecer esse tipo de trabalho para jovens, ainda que a nova missão tenha deslocado seu propósito principal de combate à pobreza. Este é um dos aspectos que demonstram sua institucionalização. Além disso, toda a estrutura de funcionamento, a qualidade dos relatórios de atividades e hierarquia das atividades da Teto demonstram a aproximação da ONG à uma lógica empresarial, seguindo a tendência do novo voluntariado.

Recentemente, a ONG participou da pesquisa *Great Place to Work*, desenvolvida pela empresa global de pesquisa, consultoria e treinamento de mesmo nome. Na pesquisa participaram funcionários e voluntários e foram identificadas fortalezas e fraquezas. Entre os principais pontos fortes comparados ao Benchmark - que representa os resultados das 10 melhores empresas avaliadas - estão as afirmações "Tenho orgulho de contar a outras pessoas que trabalho aqui", "Quando vejo o que fazemos por aqui, sinto orgulho" e "Meu trabalho tem um sentido especial. Para mim, não é só 'mais um emprego". Como piores resultados estão "As pessoas aqui são pagas adequadamente pelo serviço que fazem", "Temos benefícios especiais e diferenciados aqui", "Os líderes evitam o favoritismo" e "Acredito que a quantia que recebo como participação nos lucros é justa". Apesar de descobertas importantes como a necessidade de informar melhor os voluntários e funcionários sobre as mudanças e acontecimentos da organização, os resultados da pesquisa apontaram para um tipo de trabalho que não deveria ser avaliado dentro da lógica de motivação do trabalho remunerado. Trata-se de um trabalho gratificante, o que é esperado considerando que é voluntário, mas mal remunerado.

O modelo de trabalho apresentado pela ONG é amplo e com frentes de trabalho variadas, mas que parecem ainda manter um voluntariado com caráter assistencialista, de doação e medidas paliativas. No que diz respeito à atividade de construção, essa condição destacam-se ainda mais. As casas são padronizadas, têm previsão de vida útil de 5 anos e estão distantes de atenderem as condições adequadas de moradia digna, têm um único cômodo e não têm banheiro.

Por outro lado, "a construção gera vínculos de confiança entre os voluntários e a comunidade, por ser uma solução concreta, tangível e realizável em curto prazo" (Teto, 2014). Esse trabalho conjunto entre voluntários e moradores beneficiados e que produz um resultado imediato cria um ambiente rico em cooperação e sentimento de solidariedade, o que, a nosso ver, favorece um sentimento de reivindicação coletiva e de um pertencimento a um ator coletivo por parte dos voluntários, o que nos interessa nesta pesquisa. Por parte dos moradores, o Teto afirma "impulsionar o processo contínuo de fortalecimento da comunidade, considerando o desenvolvimento comunitário como o eixo transversal da intervenção".

Neste estudo, não tivemos como objetivo o aprofundamento nas relações de voluntários com os moradores e tampouco na visão destes sobre o projeto, o que nos impede

de discorrer sobre os efeitos e relações que se desenvolvem do ponto de vista deles a partir dessa intervenção pontual. Porém, a partir das análises do material oferecido pela ONG, dos depoimentos, dos vídeos e da interação que acontece entre voluntários nas redes sociais, é evidente que o compromisso social que se constrói seja o maior benefício para os voluntários. Tal vínculo oferece aos voluntários um espaço de participação e de reflexão que eles não encontram em outros ambientes da sua rotina pessoal e profissional. Conforme afirma a 'carta do presidente' no relatório da ONG de 2012:

No final das contas, a ideia é misturar dois mundos que parecem opostos, mas que quando se encontram, seja martelando juntos ou tomando uma xícara de café, evidenciam que as semelhanças humanas geram um laço mais forte do que qualquer distância geográfica. (Teto, 2012)

As maiores críticas direcionadas à ONG Teto são produzidas pelo fato que ela não poderia alcançar as mudanças que alega ser capaz de fazer e pela superficialidade com que propõe buscar o ousado objetivo de "ter uma sociedade justa e sem pobreza, onde todas as pessoas tenham oportunidades para desenvolver suas capacidades e possam exercer plenamente seus direitos". Questiona-se quais seriam de fato as soluções concretas que a ONG desenvolve para erradicar a pobreza, especialmente considerando as limitações, como as casas que são apenas emergenciais e a atuação de voluntários universitários sem experiência na área social atuando de forma descontinuada. Questiona-se também quais interesses ela atenderia ao receber investimento de grandes empresas da área de construção civil.

A resposta da ONG para essas questões está nos seus esforços em adentrar nas comunidades para começar a desenvolver um trabalho mais contínuo nestas regiões e, assim, distanciar-se cada vez mais da ideia de caridade. Desde as mudanças ocorridas na ONG em 2013, com a reformulação de estratégia, da identidade e da cultura organizacional, parece haver mais orientação no sentido de um aprendizado mútuo com as comunidades e de atividades de intervenção no longo prazo.

3. MUDANÇAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A discussão sobre participação está em trabalhos acadêmicos de diferentes campos científicos com contribuições que fazem referência à participação social, participação cidadã, participação política, movimentos sociais, ação política, ações coletivas, entre outros. Nestas contribuições, é evidente a importância da participação e de suas diferentes abordagens para o exercício da cidadania. No que se refere à idéia de "participação política", a produção acadêmica carregou durante muito tempo uma associação exclusiva com a atividade eleitoral. Essa visão, que popularmente persiste até hoje, coloca a participação política apenas nos espaços tradicionais da política, pelo periódico e espaçado ato do voto, pela candidatura em um cargo político ou pelo envolvimento em campanhas. Costa (2007) faz referência a Montero, que afirma que especialmente na América Latina, isso fez com que a participação fosse um tema pouco explorado como fenômeno social até o final dos 70.

No Brasil, o fim da ditadura militar em 1985 representou um momento de liberdade política e, desde a Constituição 1988, chamada de "Constituição Cidadã", espaços participativos são previstos no planejamento, nos programas e nas políticas governamentais. Apesar disso, a Constituição por si só não assegura a política participativa, os novos espaços não dão autonomia para a participação efetiva (Castro, 2012) e fala-se muito na existência de um vazio participativo e falta de interesse político da população. Avelar (2007) afirma que a população brasileira é desinteressada e conformista, sendo que essa característica estaria relacionada ao ceticismo em relação aos políticos e à descrença de que a política possa trazer algum benefício para o próprio indivíduo.

Para Fernandes (2008), é a herança recebida dos antigos regimes que impactou e continuará a impactar todo o desenvolvimento da política no Brasil porque ela desfavorece a difusão dos ideais de participação. Os legados de autoridade, como a dominação patriarcal, hierarquia social e a estrutura rígida levam tempo para se desfazer na sociedade, e contribuem para manter boa parte da população alheia à política e também para preservar a idéia de que a política seria privilégio dos setores mais ricos. Segundo o autor, isso faz com que a democracia brasileira não alcance uma etapa adiantada de estruturação e participação políticas.

Gohn (1995) explica que no Brasil do período populista, o voto era o lugar de expressão da cidadania. "Este exercício, dos direitos civis, levava ao exercício dos direitos sociais, por meio da pressão organizada, da troca do voto pela melhoria coletiva". A autora recorda que a cidadania não se define em um significado estanque, mas que varia no tempo e no espaço. E os anos 80 marcaram uma nova fase para a cidadania, assim como para a participação política:

Acuados pela conjuntura política do país, vários militantes de lutas sociais no Brasil dos anos 60 e 70, aliados a novos parceiros, sem tradição associativista anterior, iniciaram várias frentes de articulações, fundaram organizações, lideraram movimentos, apoiaram-se em estruturas tradicionais que estavam se renovando em parte, como a Igreja Católica, e foram à luta. Novas bandeiras foram construídas. Direitos sociais tradicionais se misturaram com os direitos sociais modernos, em busca de mudanças sociais. O momento político nacional favoreceu a eclosão das lutas sociais, pois a insatisfação era generalizada. (...) O saldo configurado foi a inscrição em leis, de diversos direitos sociais demandados pelos movimentos sociais. (Gohn, 1995)

Este importante período de reivindicações e lutas por direitos, qualidade de vida e representação decorrentes das mudanças na economia, política, urbanização e reformulação de instituições transformaram também o universo da participação política, especialmente com a consolidação de organizações e movimentos importantes da sociedade civil, como os movimentos sindicais, o das mulheres e o movimento negro (Avelar, 2007). Silva destaca a consolidação da sociedade industrial como o marco para um novo processo social e cultural que, ao mesmo tempo, representou a ascensão da burguesia e o fortalecimento dos grupos sociais que se viram excluídos do processo. Segundo ele,

Estas rupturas não se deram somente no plano econômico e político como pode parecer. Além destas esferas da vida cotidiana, elas também impuseram mudanças do âmbito cultural. (...) Assim, note-se que no instante em que as hierarquias sociais, em virtude das mudanças provenientes do desenvolvimento industrial, surgem novas formas de pensar e entender fenômenos de ordem política, como a participação de indivíduos e grupos em ações coletivas, bem como as formas utilizadas para estes conduzirem suas vidas e suas relações sociais. (Silva, 2006, p.102)

A partir dos anos 90, as lutas sociais ganharam destaque como resposta aos efeitos das políticas neoliberais dos anos 80 e com o avanço da mídia eletrônica. Nas palavras de Costa (2007), a partir deste período "grupos crescentes da sociedade civil passaram a acreditar cada vez mais na sua capacidade de atuação independente, a fazer suas próprias políticas, a partir

da busca da qualidade de vida, não violência, ecologia, paz, não-miséria e outras questões sociais".

A idéia de participação política passou aos poucos a incorporar outras ações para além do voto, e que foram ganhando popularidade, abrangendo aspectos de envolvimento direto ou indireto nos assuntos políticos, desde debates, difusão de informações, engajamento em movimentos sociais, associativismo voluntário, militância, entre outros (Avelar, 2007; Castro, 2007). Para alguns autores, essas novas formas de participação correspondem ao que chamam de participação não-convencional, conforme Barnes e Kaase (1979), que a definem como "modos que não correspondem às normas que regulam a participação política no âmbito de um regime particular⁹", e explicam que esses modos são normalmente associados a atividades que ao menos tentem transcender a estrutura sociopolítica de um dado sistema.

Entendemos a partir desse trabalho que a participação requer um entendimento mais amplo. Como conceito, Pizzorno vê a participação política como "a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e portanto os valores) de um sistema de interesse dominantes" (Pizzorno, 1966 apud Castro, 2007). Seoane (1989) adota a perspectiva de que a participação política está em quaisquer atos que busquem influenciar a tomada de decisões interferindo no modo de vida coletivo, com o foco para a mudança do *status quo*:

Participar políticamente es algo más que votar, es intentar del modo más general influir en las decisiones que afectan a nuestro sistema social y modo de vida colectivo. Participar, por tanto, es querer ser tenido en cuenta en la forma en que se toman las decisiones, en la determinación de quién tomará las decisiones; participar también es querer tener información sobre las decisiones que han sido tomadas; hasta oponerse y resistirse a las decisiones realizadas es un acto de participación. Por el contrario, lo único que no constituye participación en este terreno es obedecer las decisiones ya tomadas; esos son actos de sumisión política, que pueden constituir una virtud o una responsabilidad política, pero no es un acto de participación puesto que no intenta influir en la toma de decisiones. Desde este punto de vista, la conducta de voto es una participación necesaria pero no suficiente, como dirían los lógicos (Seoane, 1989, p. 93)

Para indicar uma visão ainda mais abrangente, Montero defende o uso do termo "ação política" em vez de "participação política", por considerar que a primeira é mais relativista,

40

⁹ We were especially concerned with unconventional political behavior, which can be defined as behavior that does not correspond to the norms of law and custom that regulate political participation under a particular regime.

dinâmica e leva em conta outras possibilidades de ação, enquanto participação política tem muitas vezes um caráter reativo e tradicional. Fica clara a intenção de indicar a importância do indivíduo como cidadão ativo, suas ações individuais e incluir formas de participação não convencionais. Para a autora,

El concepto de acción política indica, en cambio, una toma de posición que considera, en primer lugar, que las personas son seres activos, constructoras de la realidad en la que viven, generadora de los cambios, las tendencias dominantes y las resistencias. (...) De esta manera, la acción política es vista como parte de la construcción social cotidiana de la realidad; como parte del devenir histórico, y como conjunto de fenómenos esencialmente dialéctico y dinámico. En consecuencia, la acción política abarca no solamente los hechos tradicionales considerados como "políticos", sino muchos otros, no menos políticos, pero tradicionalmente dejados de lado, o bien relegados al campo de la patología social o de las "disfunciones sociales. (Montero, 1995, p. 10)

Cabe lembrar que, nesta pesquisa, nos debruçamos em diferentes referenciais teóricos para chegarmos até a psicologia política, que nos pareceu a escolha mais adequada para o objetivo aqui colocado: analisar a constituição da consciência política e, consequentemente a disposição a participação política de indivíduos que atuam em ações coletivas como voluntários da ONG Teto.

Estudar fenômenos através do enfoque psicopolítico traz o desafio de juntar diversos campos disciplinares do conhecimento, mas também a vantagem de entender processos subjetivos individuais e coletivos próprios da psicologia articulando-os com processos políticos. Nesse sentido, a psicologia política exige que se compreenda a sua dinamicidade e interdisciplinaridade, além da pluralidade teórico-metodológica. A variedade de caminhos e possibilidades que a disciplina propõe coloca-a em um lugar de "encruzilhadas do conhecimento", como explicam Costa e Silva:

Pensar a Psicologia Política é um exercício dinâmico e interdisciplinar por natureza. Não se trata de uma disciplina fechada com teorizações e métodos supostamente originais e próprios. Trata-se, mais, de um campo produzido nas encruzilhadas do conhecimento e que tem como preocupação o olhar para o objeto, para temas de interesse, de modo a focar nos encontros entre as dimensões subjetivas e objetivas dos fenômenos políticos. (Costa e Silva, 2012, p. 148)

A ideia de encruzilhada é citada em outros trabalhos da Psicologia Política e não se refere a um lugar de dúvida para o qual se deseja ir, mas sim a espaços de passagem e de encontros, de onde nascem diálogos para produção de respostas em um mundo marcado pela

complexidade (Silva e Correa, 2015). Esse encontro nasce, dentre outras subdisciplinas, da Psicologia Social e Comunitária, que tratam da transformação social e de uma proposta que une saberes às necessidades da comunidade, com caráter político, "ya que el desarrollo y fortalecimiento de las comunidades como colectivos e individualmente, en las personas de algunos (a veces muchos, a veces pocos) de sus integrantes, es una forma de desarrollo y fortalecimiento de la sociedad civil y la ciudadanía.", confome explica Montero. Essa perspectiva vai ao encontro das críticas de Santos (1988) sobre a dicotomia entre senso comum e conhecimento científico. O autor defende uma concepção de um conhecimento como prática científica e prática social, que transforme ciência e senso comum em uma nova forma de ciência, mais reflexiva, prática, democrática e emancipadora. Para Gramsci (2007), o senso comum é a "filosofia cotidiana", inconsciente, propriamente vivida, e possui na linguagem sua primeira e mais importante manifestação. Entende-se que há uma relação dialética entre a situação política objetiva ou histórica e a subjetividade, que por sua vez, se expressa como senso comum.

A psicologia política abrange desde o estudo das dimensões psicológicas da ideologia política, a conduta do voto, a evolução das mentalidades coletivas e processos psicológicos enraizados em instituições, o estudo da personalidade na medida em se relaciona à conduta política até a aquisição da cultura política através de ações coletivas ou processos de socialização, onde reside nosso interesse neste trabalho. Entre os objetivos da psicologia política está a compreensão de "como se desenvolvem os fenômenos políticos e porquê se produzem da forma que se produzem" (Silva e Correa, 2015). Apesar de serem estudos com uma longa história, foi somente na década de 70 que a Psicologia Política adquiriu mais visibilidade social e consciência como disciplina. Para além da diversidade de temas, a variedade de abordagens e de referenciais teóricos deu-se devido às diferentes perspectivas de análise, a partir dos olhares estadunidense, europeu e latino-americano.

Dessa maneira, Costa e Silva (2012) enfatizam que, apesar da influência estadunidense estar presente desde a institucionalização da disciplina, a Psicologia política deve desenvolver-se em correspondência à realidade na qual ela está inserida. Essa é uma relação importante quando pensamos na psicologia política ibero latino americana, que cresce inspirada por grandes nomes como Ignacio Martin Baró e Maritza Montero, e se diferencia da norte-americana em ideologia e modelo de intervenção.

Montero e Dorna (1993) afirmam que nos Estados Unidos predomina o caráter acadêmico a serviço dos partidos políticos e dos processos eleitorais, e Silva recorda a posição de neutralidade que buscam assumir. Nesse sentido, valemos-nos do entendimento de inúmeros autores de que não existe ciência neutra. A psicologia política pode ser voltada a manter o status quo ou objetivar transformação. Conforme afirma Alves (1981), a neutralidade é ilusão pois o trabalho do cientista é movido por inquietações, por perguntas e pela emoção ou pelo amor intelectual. A intenção da psicologia política ibero-latino-americana é clara: seu "eje central se encuentra ubicado en términos de ese compromiso com la transformación social y de la necesidad de aportar respuestas a los problemas de la comunidad y de la sociedad" (Montero e Dorna, 1993, p.11). Sabucedo define a psicologia política como o "estudo das crenças, representações ou sentidos comuns que os cidadãos tem sobre a política, e o comportamento que estes, seja por ação ou omissão, tratem de incidir ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sócio-política".

3.1 Modelos de classificação e níveis de participação política

Uma diversidade de enfoques caracteriza os estudos que analisam a ideia de participação política dos sujeitos. Diferentes autores estudam distintas condutas, tratando de delimitarem as atividades que qualificam como participação política. Alguns autores propuseram modelos de avaliação, tipologias e níveis de participação, com o objetivo de verificar as diferentes contribuições para uma mudança, uma decisão ou uma influência de decisão. Os exemplos aqui reunidos mostram as variações na forma de conceber a participação e de classificá-la, desde formas tradicionais às não convencionais, e nos servem de orientação até o modelo escolhido para análise no presente estudo.

Bobbio (1998) divide a participação em três níveis gradativos: i) presença: caracteriza comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como o comparecimento em reuniões e a exposição voluntária a mensagens políticas; ii) ativação: que caracteriza a execução de atividades pontuais, que lhe foram incumbidas ou que o participante mesmo promove, por exemplo, quando há envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc.; e iii) participação: para situações em que o indivíduo influencia direta ou indiretamente uma decisão política, mais restrita ao "pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e

tomar decisões que vinculem toda a sociedade." Apesar de incluir protestos, a classificação em níveis de Bobbio é bastante concentrada em ações vinculadas ao momento eleitoral. Ainda assim, para o autor, as variáveis que influem no interesse à participação política de forma ampla influem também positivamente na participação eleitoral, mostrando uma tendência de influência e continuidade de participação dos cidadãos de um nível para o outro.

O modelo do norte-americano Milbrath, chamado de "modelo da centralidade" classifica os cidadãos em três tipos: os que não participam, os que tem um envolvimento mínimo e os que são ativistas. Ativistas são os cidadãos do topo da estrutura social e, portanto, os únicos que conseguem atingir as formas mais complexas de participação (Milbrath, 1965), assim divididas:

- 1. expor-se a solicitações políticas
- 2. votar
- 3. participar de uma discussão política
- 4. tentar convencer alguém a votar de determinado modo
- 5. usar um distintivo político
- 6. fazer contato com funcionários públicos
- 7. contribuir com dinheiro à um partido ou candidato
- 8. assistir a um comício ou assembléia
- 9. dedicar-se a uma campanha política
- 10. ser membro ativo de um partido político
- 11. participar de reuniões onde se tomam decisões políticas
- 12. solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas
- 13. candidatar-se a um cargo eletivo
- 14. ocupar cargos públicos

Também para Milbrath (1965), a participação tem continuidade cumulativa na vida de um cidadão, e ela cresce conforme variam as atividades que o autor dividiu em "espectador", "transição" e "gladiador". Gladiador é o cidadão mais ativo e representa o topo da pirâmide, tanto em complexidade como em custo, conforme mostra a figura 1. A pirâmide, além de representar as atividades mais comuns na base, é também metáfora para a participação nos níveis sociais.

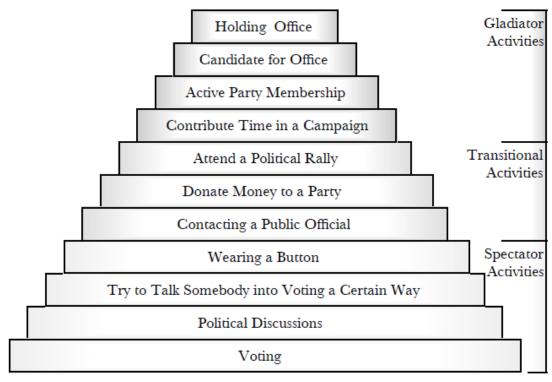


Figura 1: Pirâmide de participação política em níveis, segundo Milbrath (1965). Fonte: Ruedin (2005)

O modelo da "consciência de classe" de Pizzorno (1966) não trata da classificação em níveis, mas inclui uma nova dimensão no âmbito da participação política, os movimentos sociais. De acordo com Lucia Avelar, neste modelo predomina a educação política: "quanto mais o indivíduo participa, mais adquire consciência de sua situação de desigualdade; quanto maior a consciência de sua situação, mais tende a participar" (Avelar, 2007, p. 229).

Na linha de Pizzorno (1966), Verba et al. (1972) defenderam uma abordagem multidimensional de participação política, porém propondo um modelo estruturado de atividades divididas em níveis independentes: voto, participação em atividades de campanha, atividades comunitárias, e contato direto com um político. Os autores argumentam que cada modalidade exige envolvimento psicológico diferente, e por isso não se trata de um contínuo, mas de atividades em níveis independentes, conforme a figura 2. Também defendem o status socioeconômico como determinante para estas atividades de participação.

Verba et al. (1972) aplicaram seu modelo empiricamente em inúmeros locais e grupos. Nos trabalhos mais recentes dos autores, é possível notar que protestos e greves foram inseridos como uma das variáveis.

A dimensão de atividades comunitárias é bastante presente no conceito de Verba et al (1972), o que para outros autores não se constitui como sendo uma categoria de participação.

Na opinião de Sabucedo (1996), se as ações da comunidade não possuem uma clara projeção política, isto é, se carecem de caráter reivindicativo frente às autoridades, não deveriam ser qualificadas como participação política.

Variáveis	Modalidades de participação			
Persuadir outros para votar	Atividades de campanha			
Trabalhar ativamente para partido ou candidato	Atividades de campanha			
Participar de reuniões políticas ou comícios	Atividades de campanha			
Contribuir dinheiro para partido ou candidato	Atividades de campanha			
Membro de clubes políticos	Voto			
Votou nas eleições presidenciais	Voto			
Frequência de votos nas eleições locais	Voto			
Trabalhou com outros para resolver problemas locais	Atividade cooperativa e contato social			
Formou um grupo de trabalho sobre problemas locais	Atividade cooperativa e contato social			
Participou ativamente em organizações comunitárias para resolução de problemas	Atividade cooperativa e contato social			
Manteve contato com lideranças locais – referência social	Atividade cooperativa e contato social			
Manteve contato com lideranças locais – referência personalizada	Contato personalizado			

Figura 2. Modelo de participação política de Verba et al. Fonte: Adaptação de Borba (2012) para Verba et al. (1972)

O modelo divulgado no estudo Political Action, de Barnes e Kaase (1979) foi importante por incluir ações de participação que chamaram de não-convencionais, em que dedicam uma atenção especial a formas não institucionais de participação. Nesse modelo, cada atividade recebe uma pontuação, em escala crescente. De acordo com os pontos, os indivíduos são classificados em uma das modalidades, denominadas: inativos, conformistas, reformistas, ativistas e protesters, conforme figura 3. Na classificação, não apenas a experiência declarada é levada em conta, mas o potencial de praticar uma experiência e também sua percepção sobre a efetividade das ações. Essas três dimensões garantiriam, segundo eles, uma cobertura principal da formulação social e psicológica dos indivíduos, para que o nível de participação fosse identificado.

PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO		
PC = 0 a 1 / PNC = 0 a 1	Inativos		
PC = 2 a 7 / PNC = 0 e 1	Conformistas		
PC = 2 a 7 / PNC = 2 a 3	Reformistas		
PC = 2 a 7 / PNC = 3 a 7	Ativistas		
PC = 0 a 1 / PNC = 2 a 7	"Protesters"		

ESCALA POTENCIAL DE PROTESTO	Nenhuma atividade	Petição	Manifestação	Boicote	Recusa de pagamento de aluguel (Rent Strike)	Bloqueio/ Obstrução de vias	Ocupação de prédios	Greve não oficial
	0	1	2	3	4	5	6	7
ESCALA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	Nenhuma atividade	Ler sobre política	Discutir política com os amigos	Trabalhar em problemas comunitários	Trabalhar para partidos políticos ou candidatos	Convencer amigos a votar como você	Participar de campanhas ou comícios	Contato com funcionários públicos
CONVENCIONAL	0	1	2	3	4	5	6	7

Figura 3. Modelo de participação política de Barkes e Kaase. Fonte: Adaptação de Barkes e Kaase (1979)

Estes pontos de controvérsia entre os autores caracterizam não apenas diferentes pontos de vista, mas momentos e locais. Para Sabucedo (1996), dividir a participação em convencional e não convencional implica em aceitar que ela está sujeita a condicionantes sociais que fazem com que um modo de participação seja considerado não convencional em um momento, mas habitual e aceito um tempo depois. Mais importante do que isso, segundo o autor, para caracterizar a participação política, deve-se atentar a outros pontos: "a questão central a que devemos nos atentar nesse momento é se a atividade de desenvolve dentro de um contexto claramente político e com a finalidade de influenciar, determinar e/ou apoiar determinadas decisões políticas ou estruturas de governo". (p. 89)

Assim como nos modelos citados que tinham como padrão a centralidade ou o status socioeconômico, muitas análises de grau de envolvimento político tratam também das condicionantes e motivações para alguém participar politicamente. No âmbito socioeconômico, aparecem como componentes determinantes o acesso à educação, a idade (em Barnes e Kaase, 1979, os picos de participação estão entre 16 e 25 anos) e a renda (predominante na literatura, uma renda maior favorece a participação). Ruedin (2005) reconhece a importância de aspectos não materiais correlacionados com a participação,

principalmente os fatores sociabilidade, valores pós-materiais, apectos psicoanalíticos e psicoemocionais. Ele afirma que apesar de a influência destes fatores ser sólida e plausível teoricamente, eles não são facilmente capturadas por meio de métodos estatísticos convencionais e há dificuldade de confirmação empírica.

3.2 Modelo da consciência política

Após identificar diferentes teorias, modelos e tipologias, destacaremos um modelo que reúne um conjunto de teorias e que faz uso de questões observadas em muitos dos autores, mas de forma mais flexível, dinâmica e completa, pois permite a interpretação também das dimensões subjetivas relativas à disposição do indivíduo, o que nos parece estar de acordo com a realidade de um fenômeno participativo como o deste presente estudo. Assumimos como referencial as reflexões teóricas de Salvador Sandoval e seu modelo Analítico da Consciência Política (Sandoval, 2001), que traz dimensões psicológicas e sociais consideradas como bases para que um sujeito participe de ações coletivas. Nossa revisão é feita a partir dos textos do próprio autor e de outros autores que têm utilizado esse modelo para fazer suas investigações e que ajudam a pensar a evolução do próprio modelo, como Silva (2006), Costa (2006), Costa (2010) e Ferro (2015).

Sandoval entende por consciência política um processo de elaboração de visão de mundo, que acontece de forma contínua diante de tudo o que é vivenciado. Como já observamos anteriormente, a relação entre ações coletivas e consciência dá-se em uma via de mão dupla, sendo a primeira entendida enquanto elemento produtor de consciência política, e esta por sua vez elemento impulsionador da participação na ação coletiva. Apesar disso, a consciência não se limita nem se refere apenas ao conjunto de elementos que levam um indivíduo a participar politicamente de ações coletivas, uma vez que participar ou não participar é um momento, e não o fim de um processo (Silva, 2006). A consciência é um dos elementos explicativos da ação política. Conforme ressalta Silva,

Parece-nos que, se de um lado, há que se entender os elementos que levam a participação ou não, também há, por outro, que entender como a participação gera pertenças, desfaz pertenças, transforma as consciências individuais e as torna mais coletivas e homogêneas. (...) Por meio da participação, o indivíduo se educa e é educado, portanto adquire consciência política, como aponta Gramsci. E uma vez produzida, essa consciência forja um novo sujeito, um sujeito ativo, um cidadão cônscio de seu lugar no cenário (Silva, 2006 p. 492)

Alessandro (2002) também observa na obra de Sandoval que a consciência política "refere-se a politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político". Assim, mesmo que o processo de estruturação da consciência tenha esse caráter político, isso não implica na necessidade de que o sujeito seja conseqüentemente um sujeito politizado. Essa é mais uma vantagem do modelo: permitir sistematizar as reflexões em torno de temas sociais e políticos a partir da consciência, sendo que essa pode ser ou não politizada e ainda levar, ou não, à participação política.

Sendo um processo contínuo de elaboração de visão de mundo, a consciência de um indivíduo inicia-se a partir de pré-condições materiais, mas se refere à atribuição dos significados para as interações diárias e para os acontecimentos de sua vida (Sandoval, 1994). Assim, Sandoval vale-se da explicação de Giddens de que a consciência não é um espelhamento do mundo material, mas o resultado desta atribuição de significados ao seu ambiente social, sendo que estes significados servem como guia de conduta dos indivíduos e só podem ser compreendidos se contextualizados. No Modelo Analítico, o autor propõe uma apresentação didática para compreendermos como os diferentes elementos objetivos e subjetivos relativos aos sujeitos concorrem no processo de consciência política. Trata-se de sete dimensões, conforme mostra a figura 4: i) crenças, valores e expectativas societais; ii) identidade coletiva; iii) identificação de adversários e interesses antagônicos; iv) eficácia política; v) sentimento de justiça e injustiça; vi) vontade de agir coletivamente e vii) metas de ação coletiva. (Sandoval, 2001).

A construção do modelo de estudo da consciência política por Sandoval aconteceu sob influência dos estudos de Charles Tilly e de Allan Touraine (Silva, 2006; Costa, 2012). É interessante acompanhar a evolução nas análises feitas a partir do modelo, desde as reflexões de Salvador sobre Touraine em 1994, mais relacionados à consciência de classe, até a publicação do modelo em 2001, bem como acompanhar as análises posteriores feitas por Silva (2001, 2006), Costa (2006), Ferro (2015), com diferentes aplicações no que diz respeito às formas de ação coletiva. Ao esquema de Touraine sobre a consciência operária, que considerava 3 aspectos principais, a "identidade", "oposição" e "totalidade", Salvador Sandoval acrescenta "predisposição para intervenção", que posteriormente passou a chamar de "vontade de agir coletivamente".

Observamos que este modelo, ao considerar a consciência, antagoniza-se aos modelos citados anteriormente, como de Barnes e Kaase (1979) e Verba (1972), pois não propõe categorização fechada. Pelo contrário, compreende a pluridimensionalidade da participação e a complexidade de um processo em contínua mudança. Como resultado, podemos avaliar subjetivamente e até construir escalas próprias e tipologias de consciência, e conseqüentemente de participação, segundo a realidade do objeto da pesquisa.

Além disso, a consideração de questões subjetivas e não apenas dos atos de participação em si nos permite analisar os discursos e os comportamentos, sobrepor as dimensões e refletir a consciência e participação política em sua totalidade, não em uma escala única. Dessa maneira, todas as ações podem ser analisadas neste modelo, de forma que não cabe discutir os pontos levantados na apresentação dos outros modelos, como a inclusão ou não de atividades comunitárias, de protestos ou de outras ações coletivas.

Segundo Sandoval (1994), dois fatores importantes influenciam a formação da consciência, a natureza das atividades cotidianas e as instituições com as quais o sujeito entra em contato. Na primeira, o cotidiano e a rotina são os aspectos que mais se prestam à alienação. Apoiando-se nos estudos de Heller (1972), ele explica que a consciência é transformada pela interrupção da rotina diária. Na vida rotineira, a assimilação de comportamentos, crenças sociais, pontos de vista político, modismos etc., é feita de maneira não racional; as ações e significados são expressados sem profundidade, sem reflexão e sem intensidade; o cotidiano impõe uma forma de pensar que é *imediatista e utilitária*, que desencoraja a racionalidade sistemática e a ação refletida e favorece um pensamento superficial; já o imediatismo no pensar torna o cotidiano *pragmático*, pois obscurece a diferença entre o "possível" e o "correto", reduzindo o correto ao possível, e em decorrência, encobre questões de direito de cidadania e de moralidade política.

No que diz respeito às instituições, Sandoval defende que elas ligam o indivíduo à sociedade mais ampla e, assim, funcionam como agentes de socialização política. Na definição de Dawson et. al. (1977 apud Sabucedo, 1996), a socialização política é o processo pelo qual os cidadãos adquirem opiniões políticas que tem conseqüências para a vida política da nação. Sabucedo lista como principais agentes de socialização a família, a escola, o grupo de companheiros e os meios de comunicação em massa.

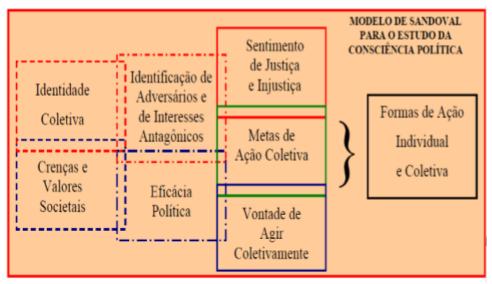


Figura 4. Modelo de Consciência Política (Silva, 2006)

Explicaremos a seguir o modelo mencionado.

A primeira dimensão, denominada Identidade Coletiva, diz respeito à identificação ou ao pertencimento de um sujeito com um grupo social ou uma categoria. Segundo Sandoval, no campo dos movimentos sociais, os estudos tem mostrado cada vez mais que os processos de identificação são um papel chave para determinar a participação. Ele define identidade coletiva como "uma dimensão da consciência política que se refere ao caminho estabelecido pelos indivíduos, como a identificação psicológica com interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento a um ator coletivo" (Sandoval, 2001, p.187). Silva (2001) atribui à construção da identidade coletiva a identificação de interesses comuns, daí então o sentimento de reivindicação coletiva e valorização de metas conjuntas.

No que se refere à identidade individual, Castells (2003) entende que esta seja um processo de organização de significados a partir da vivência e valores adquiridos por um indivíduo. Ele afirma que essa construção vale-se da matéria-prima fornecida pela história, pela geografia, pela biologia, pelas instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e também pelas revelações de cunho religioso. Todos esses materiais são processados pelos indivíduos, que então reorganizam seu significado em função de tendências sociais e de projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como de sua visão de tempo e espaço. Os aspectos individuais e sociais da identidade formam um processo dinâmico. Com o apoio da coletividade, o indivíduo tornase capaz de produzir de forma autônoma o que recebeu do entorno, e a maturação da

identidade pessoal passa a permitir a construção de novas identidades, questionando, reformulando e ressignificando a identidade coletiva e pessoal.

Nesse sentido, Silva (2006) afirma que um sujeito, ao adquirir sua identidade social, adquire junto consciência de grupo e a consciência de que este grupo possui características próprias. Um sujeito pode estar ligado a diferentes grupos que formarão continuamente sua identidade. Cada um destes grupos ou categorias sociais funciona como uma lente, que o fará compreender a si mesmo e o contexto social em que vive e, dessa forma, inserir-se nele. O que o determinará a sua identidade individual é a combinação entre estas lentes e o nível de comprometimento com elas (Silva, 2006).

Conforme afirma Costa (2006), o estabelecimento de uma identidade coletiva permite aos indivíduos atribuírem valor às metas em grupo e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para atingir a mudança desejada.

A segunda dimensão do modelo trata das "Crenças, valores e expectativas societais" que o indivíduo desenvolve com relação à sua sociedade. Essa dimensão expressa mais explicitamente noções de ideologia política na visão de mundo dos indivíduos. São avaliações da sociedade que vão desde os significados que os indivíduos dão às estruturas sociais e às instituições, sua inserção nelas em termos de relação política entre as categorias sociais, até a intenção das pessoas que compõem as categorias sociais. Sandoval aponta que "apesar de estas representações sobre a sociedade serem individualizadas, elas são produto de interações sociais e experiências que os indivíduos tem com os variados grupos, instituições e contextos de vida em sociedade" (Sandoval, 2001, p. 187). Costa (2012) observa que esta categoria relaciona-se com os valores e expectativas impostos socialmente por meio de processos de dominação e que, por sua vez, tem impacto direto na escolha e no agir dos indivíduos.

A dimensão "Identificação de adversários e interesses antagônicos" trata do sentimento de uma relação adversária entre o grupo do indivíduo e o outro, seja este um indivíduo, grupo ou instituição. Ela representa, para Sandoval, um elemento-chave para uma consciência política que apoie a ação coletiva. Refere-se ainda à maneira como os elementos simbólicos e materiais de um grupo se opõem aos interesses de outro grupo, o que

possibilitaria a compreensão da existência de adversários coletivos na sociedade (Costa, 2012).

A quarta dimensão é o "Sentimento de eficácia política", entendido pelo sentimento de um indivíduo sobre sua capacidade de intervir em uma situação política. O autor recorre à teoria de Hewstone (Sandoval, 2001) para explicar que as pessoas podem atribuir as causas dos acontecimentos a um dos três fatores que produzem diferentes níveis de sentimento de eficácia. A primeira seria a interpretação de que os eventos são resultados de forças transcendentais, como tendências históricas, desastres naturais ou força divina. Aos indivíduos que atribuem as causas sociais a esse tipo de força, o sentimento de eficácia política é bem baixo, na medida em que acreditam que suas ações não causam mudanças frente às tendências naturais. A segunda possibilidade é a atribuição ao próprio indivíduo, em uma interpretação de que as causas sociais são resultantes da autodeterminação e da própria capacidade de lidar com situações específicas. Nesse caso, as pessoas buscam soluções individuais ou então se culpam por não ter a habilidade ou capacidade de visualizar uma forma de lidar com os infortúnios sociais. A terceira interpretação é aquela que atribui força de causa às ações de outros indivíduos ou grupos. Esta crença possibilita que as pessoas acreditem também que suas próprias ações individuais ou coletivas podem mudar o curso das situações, e gerar impacto a partir das suas ações contra a origem das questões sociais. Nesta última, a noção de eficácia é a mais forte entre os três, resultando em maior sentimento de coragem para mudança.

Para explicar a quinta dimensão "Sentimento de justiça e injustiça", Sandoval vale-se da definição de Moore (1978) de justiça social: "a expressão do sentimento de reciprocidade entre obrigações e recompensas" (Sandoval, 2001, p.189). Sendo assim, quando o indivíduo acredita que há um desequilíbrio contra ele nestas relações de reciprocidade, passa a haver para ele uma quebra na reciprocidade em termos de injustiça. Sandoval ressalta que tanto o que constitui uma relação de reciprocidade balanceada como os indivíduos percebem a violação da reciprocidade são processos sociais e históricos complexos, e que portanto, a análise da noção de reciprocidade e dos sentimentos de injustiça devem ser determinados histórica e contextualmente.

A percepção de injustiça tem grande importância como impulso para a participação política. Como destaca Silva (2006), observamos que quando as pessoas referem-se à sua participação em movimentos sociais, encontram-se embutidas referências à noções de injustiça, que são utilizadas para legitimar suas reivindicações e responsabilizar os adversários.

A sexta dimensão do Modelo trata da "vontade de agir coletivamente" e tem a ver com a predisposição de o indivíduo engajar-se em ações coletivas como uma forma de buscar reparação para injustiças. Esta foi a dimensão acrescida por Sandoval ao modelo de três dimensões de Touraine, uma vez que ele alega que a compreensão de como as ações individuais ou coletivas ocorrem ou deixam de ocorrer não é apenas questão de circunstância histórica ou percepção do indivíduo sobre sua realidade social, mas também do repertório de ações possíveis e sua legitimidade atribuída por eles, o que impacta a noção de predisposição a intervir (Sandoval, 1994).

Essa dimensão foca em três situações que condicionam a participação coletiva: i) os custos e benefícios dos laços interpessoais resultantes da participação ou não; ii) a percepção de ganhos ou perdas materiais resultantes da participação; iii) a percepção de riscos físicos em uma determinada situação.

Na última dimensão, "Metas de ações coletivas", encontra-se o grau em que os participantes do movimento social percebem a correlação entre: as metas e as estratégias de ação do movimento, e os próprios sentimentos de injustiça, interesses e sentimento de eficácia política. Essa dimensão busca entender em que medida o indivíduo que participa sente que i) os objetivos e propostas do movimento e de suas lideranças estão de acordo com os seus interesses simbólicos e materiais individuais; ii) suas reivindicações no que diz respeito à justiça estão sendo endereçadas; iii) as ações coletivas propostas estão dentro do escopo do seu próprio sentimento de eficácia política naquele determinado momento. "Essa interação proporciona um ambiente psicossocialmente predisposto à ação coletiva" (Silva, 2001).

É importante perceber que as dimensões não correspondem a uma estrutura estanque, e que portanto sua análise permite movimento, mudança e interação entre as partes, como se supõe ser a consciência. Sandoval entende que "a consciência política não é uma mera escala

aleatória de elementos, mas antes organizada em modalidades de percepção da realidade social as quais são passíveis de análise sistemática" (Sandoval, 1994:61).

A aplicação do modelo para análise do voluntariado na ONG Teto e a consciência política dos seus voluntários será apresentada no capítulo 5.

4. METODOLOGIA

Na busca de respostas sobre o processo de constituição da consciência política dos jovens voluntários em ações sociais, este trabalho utilizou como estratégia de pesquisa o estudo de caso único na ONG Teto. O estudo de caso apresenta-se adequado por permitir a interpretação de um contexto ou de uma situação determinada para responder às hipóteses levantadas e considerar as múltiplas perspectivas deste contexto. O estudo de caso é indicado na pesquisa social para quando se deseja estudar fenômenos complexos, conforme explica Yin (2011): "é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites de fenômeno e o contexto não são claramente evidentes".

Para a investigação sistemática deste estudo de caso, a coleta de dados foi feita por meio de procedimentos convergentes: revisão bibliográfica e análise documental, trabalho de campo com entrevistas e observação participante. André (1984) e Yin (2001) defendem a triangulação de dados como uma estratégia lógica importante para coleta de dados no estudo de caso para se garantir um estudo mais convincente e acurado. Com isso, esperávamos compreender, dando voz às questões teóricas estudadas no decorrer do trabalho, em que medida a participação no voluntariado, sendo ele uma ação coletiva, influencia a constituição de uma determinada consciência política ou é influenciada por ela. Segundo Boni e Quaresma (2005), as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças, e respondem assim a noções muito particulares características das Ciências Sociais.

4.1 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica contou com o aprofundamento de questões teóricas sobre os temas de voluntariado, participação política e consciência política, sendo estes últimos a partir do referencial teórico da Psicologia Política, especialmente ibero-latino-americana. A literatura sobre o tema do voluntariado mostrou-se bastante ambígua e difusa, reflexo do que esse fenômeno representa atualmente. A falta de uma orientação clara nos levou a buscar novamente os autores da Psicologia Política para entendermos esse tipo de relação com a comunidade. A revisão bibliográfica contou também com levantamento de documentação e de

notícias sobre a ONG Teto, bem como de postagens nas redes sociais da internet, uma vez que este é o principal meio de comunicação entre a ONG e seus voluntários.

4.2 Observação Participante

Na observação participante há interação do pesquisador com a comunidade ou com a organização pesquisada, de forma que ele pode assumir funções variadas e ser parte de fato do caso estudado. Para Yin (2001), a observação participante tem como principal vantagem ser uma ferramenta perceptiva em relação a comportamentos e a razões interpessoais, além de cobrir os eventos e o contexto do caso estudado em tempo real. Isso leva o pesquisador a visualizar, além do externo, os pontos de vista internos do fenômeno, o que pode trazer enormes contribuições para o trabalho de campo.

A observação participante deste estudo foi do tipo "observador como participante", pela qual o pesquisador participa de situações específicas e pontuais. No presente caso, envolvendo a participação em fases da atuação do voluntariado: identificação de potenciais comunidades aptas a receberem o projeto (dezembro de 2014 e junho de 2015) e a Coleta, mutirão de captação de recursos para a ONG (maio de 2015).

I) Identificação de comunidades

Na identificação de comunidades, uma breve reunião de apresentação acontece na sede da ONG para explicar quais são os objetivos da ação: a aplicação de um questionário de diagnóstico sobre a casa e a família.

As comunidades são divididas por grupos de 4 ou 5 voluntários, que vão de carro fazer as visitas. Os voluntários que optaram por irem de carro levam os outros, e a ONG reembolsa o combustível. A intenção dessa visita é identificar se a comunidade enquadra-se no perfil de assentamento precário que a ONG busca para atuar. No questionário estão questões sobre o tipo de casa (madeira ou alvenaria), quantas pessoas residem e se há saneamento. Se for possível a conversa com o morador, o voluntário deve buscar informações sobre o tempo que está na comunidade, seu trabalho e renda. O modo de abordagem pode variar de um voluntário para o outro, uma vez que não há uma clara formação para isso.

II) "Coleta" : divulgação e captação de recursos

A coleta é uma etapa de divulgação e captação de recursos, na qual os voluntários "vão às ruas com o objetivo de denunciar a realidade que julgamos injusta e que deve ser mudada, tentando encontrar mais e mais pessoas que concordam e se solidarizam através de uma doação." (Teto, 2015). Nesta ação, os voluntários abordam os carros e pessoas nas ruas para pedir uma doação em dinheiro e eventualmente explicar sobre a ONG.

A divulgação da coleta é feita por *e-mail* ao *mailing* cadastrado da ONG e também pelo *facebook*. Na nossa participação como voluntários na coleta, a inscrição foi feita pelo site e em seguida, um coordenador da ONG entra em contato por e-mail. O voluntário pode escolher a região e o horário onde deseja atuar, pega o telefone do coordenador e o encontra na rua agendada. A ONG disponibiliza material online para que os voluntários possam divulgar em suas páginas do facebook e incentiva o uso de imagens e selos de apoio no perfil das redes sociais.

O final de semana da coleta aconteceu nos dias 23 e 24 de agosto simultaneamente em São Paulo, no ABC, Rio de Janeiro, Campinas, Salvador e Curitiba. O evento teve 8300 voluntários inscritos e contou com 3100 voluntários atuantes.

Na ação, os voluntários recebem uma camiseta e um cofrinho em formato de casa e devem abordar as pessoas no semáforo. Em nosso grupo haviam 6 voluntários. O coordenador fez uma reunião rápida de cerca de 5 minutos explicando aos novos voluntários sobre a missão e visão da ONG e também como poderia ser feita a abordagem. A recomendação foi de que não apenas pedissem o dinheiro, mas explicassem o foco do trabalho da ONG, que é o de acabar com a situação de miséria na América Latina e construir casas emergenciais para essa população.

O tempo do semáforo limita a disponibilidade de conversa, portanto, fica a cargo do voluntário passar as informações ou não, sendo que a maioria apenas pedia dinheiro para a construção de casas, sem dar mais detalhes. Algumas vezes, fomos questionados sobre a história da ONG ou sobre os locais onde as casas seriam construídas. No nosso grupo, o

treinamento oferecido aos novos voluntários não ofereceu informações suficientes para responder a essas perguntas.

A ONG tem grande credibilidade na cidade de São Paulo, ao menos na região de Pinheiros, onde atuamos. Os voluntários vestidos com a camiseta da ONG são reconhecidos de longe por muitos motoristas. Aconteceu inúmeras vezes de, não apenas um motorista doar dinheiro sem sequer ser abordado, mas também dizer palavras de incentivo, elogiar e parabenizar o trabalho dos voluntários. Na nossa interpretação, essa credibilidade da ação deve-se também ao apoio voluntário de celebridades, como atores e cantores famosos, na campanha de divulgação prévia à coleta.

Em São Paulo, a região onde a coleta tem mais voluntários e arrecada mais é a Praça Panamericana. Segundo o coordenador da coleta, isso se deve aos muitos semáforos da praça, o que oferece mais chances de abordagens. Além disso, a praça serve como espaço de socialização e por isso há outras atividades em paralelo à coleta, como apresentação da bateria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para incentivar a coleta e animar os voluntários.

Apesar de o trabalho ser individual, é bem forte o espírito de equipe. As equipes de reúnem para cantar músicas e o "grito de guerra" da ONG, há integração entre os voluntários e a atmosfera é festiva. Em 2015, o valor coletado no único fim de semana da coleta foi de R\$ 401.137,99.

4.3 Entrevistas

O trabalho de campo contou com aplicação de entrevistas semiestruturadas, nas quais buscamos colocar no mesmo plano de análise os elementos sociais, psicológicos, objetivos e subjetivos da participação do voluntariado, além de avaliar como e o quanto esta participação orienta a participação política como um todo, tendo como subsídio de análise o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores.

A entrevista foi o elemento essencial para a produção da análise deste trabalho, pois nelas estão as percepções que as pessoas têm das experiências que lhe foram significativas e

guardadas na memória. As entrevistas semiestruturadas combinaram perguntas abertas e fechadas e houve a possibilidade de o entrevistado discorrer mais abertamente sobre o assunto. Neste tipo de entrevista, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas pode manter o aspecto de conversa informal e também pode fazer perguntas adicionais para ajudar na compreensão das informações, segundo Boni e Quaresma (2005).

Na elaboração das entrevistas deste trabalho e visando organizar e estruturar a análise dos dados coletados, procuramos nos orientar a partir do Modelo de Consciência Política de Sandoval já usado por Costa (2008) e por Costa (2012) para entender o caminho da participação política e constituição da consciência coletiva em outras situações. Categorizamos as perguntas das entrevistas dentro das dimensões já explicadas no Capítulo 3: i) crenças, valores e expectativas societais; ii) identidade coletiva; iii) identificação de adversários e interesses antagônicos; iv) eficácia política; v) sentimento de justiça e injustiça; vi) vontade de agir coletivamente e vii) metas de ação coletiva. No entanto, as perguntam extrapolam os limites dessa divisão em dimensões, visto que as categorias analíticas articulam-se e dialogam entre si - como propõe o próprio autor - o que nos levou a determinar mais de uma dimensão para um quadro de perguntas.

Tabela 1: Roteiro de entrevista com os voluntários

"Crenças, valores e expectativas societais"

"Vontade agir coletivamente"

- 1. Como soube da Teto?
- 2. Porque você decidiu participar?
- 3. Você participa atualmente ou já participou de outras associações, entidades ou grupos? Exemplos: Associação comunitária, associação estudantil, grupo cultural, grupo religioso, outros trabalhos voluntários, Movimento sociais, Partido Político, voluntariado.
 - Se sim, voluntariado teve alguma relação com a participação nestas atividades?
- 4. Há quanto tempo é voluntário da Teto? Quantas vezes já participou e em quais fases?

"Identidade coletiva",

"Crenças, valores e expectativas societais"

- 5. O que mais te marca nas ações?
- 6. Há diferença entre homens e mulheres na atuação da ONG? Se sim, quais?
- 7. Quais são os objetivos da Teto?
- 8. Qual o papel dos voluntários nos processos de tomada de decisão das ações da ONG Teto?/
 Os voluntários são a Teto?

Sentimento de eficácia política

- 9. Porque a ação da Teto é necessária ?
- 10. Como você avalia a participação dos voluntários na ONG?
- 11. Como é a relação entre voluntários e os moradores das comunidades?

"Identificação de adversários e interesses antagônicos"

"Sentimento de justiça e injustiça"

- 12. A que se devem os problemas de moradia que temos no Brasil? Alguém ganha ou alguém perde?
- 13. Existem conflitos nas ações desenvolvidas pela Teto?
- 14. Quais as dificuldades e limites das ações voluntárias na Teto?/ Falta alguma coisa para que o trabalho da Teto seja mais eficaz?
- 15. Para você, qual a relação entre voluntariado e política?
- 16. Onde você se informa sobre questões da atualidade?

"Metas de ações coletivas"

- 17. Desde que começou a participar como voluntário, você avalia que sua visão sobre TETO e voluntariado mudou ou permaneceu igual?
- 18. Qual a importância do voluntariado para a transformação do quadro de déficit habitacional?
- 19. Algo mudou depois que você passou a participar do voluntariado (em você, sua visão sobre as questões sociais)?

As entrevistas foram feitas com dois coordenadores da ONG e seis voluntários, sendo três mulheres e três homens. A escolha dos voluntários entrevistados foi feita aleatoriamente entre os que participaram das atuações. O acesso aos entrevistados deu-se mediante indicação, busca e primeiros contatos pelas redes sociais. As entrevistas aconteceram na cidade de São Paulo, tiveram consentimento dos entrevistados para sua reprodução e foram gravadas em arquivos digitais de áudio. Todos os entrevistados assinaram um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo está anexo neste trabalho no apêndice 1. Para não expor a opinião dos entrevistados de forma identificada, seus nomes não serão divulgados neste trabalho.

Os entrevistados têm entre 25 e 30 anos. Todos tem curso superior completo e possuem emprego fixo em áreas variadas, como em veterinária, construção civil, vendas, marketing e captação de recursos. Um dos voluntários atua na área social com catadores de rua, exercendo função de técnico formador em economia solidária.

Sabemos que não há representatividade estatística desta dada amostra da população de voluntários para se chegar a resultados absolutos. Em vez disso, buscamos analisar, ainda que de forma limitada, os elementos que constituem a consciência política - dinâmica - a partir da participação de jovens neste fenômeno social que é o voluntariado dentro de uma única ONG. Com a atenção voltada a múltiplos comportamentos e interesses e a partir de uma análise psicopolítica, buscamos com isso aumentar a confiabilidade das evidências deste estudo.

Ainda que parecessem interessantes e importantes a análise do ponto de vista da comunidade atendida e a análise da interação entre voluntários e comunidade, a limitação de tempo não facilitou este tipo de investigação.

5. CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS VOLUNTÁRIOS DA ONG TETO: ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem como objetivo analisar as entrevistas de forma integrativa com outras percepções que surgiram com os levantamentos, com a literatura especializada e com a experiência de observação participante. Com relação à entrevista, vale relembrar que nossa análise é feita a partir das dimensões de consciência política do modelo proposto por Salvador Sandoval, por nós apresentado no capítulo 3 e cujas categorias são divididas em i) crenças, valores e expectativas societais; ii) identidade coletiva; iii) identificação de adversários e interesses antagônicos; iv) eficácia política; v) sentimento de justiça e injustiça; vi) vontade de agir coletivamente; e vii) metas de ação coletiva.

De inicio, é importante relembrar que a escolha da ONG Teto para o presente estudo de caso deve-se ao fato de que ela é para nós a melhor representação do novo voluntariado como fenômeno social: o trabalho voluntário é a sua razão de existir, propiciada pela institucionalização do voluntariado no cenário de expansão e valorização do terceiro setor no mundo, além de um movimento de redefinição da ação do Estado.

Embora tenha surgido como uma instituição de caridade e religiosa, a proposta da ONG é centrada na mudança e na participação sociais, refletindo o que se descreve como o novo voluntariado. Existe uma dependência estrutural dos voluntários para toda e qualquer atividade desenvolvida pela Teto, e sendo essa uma ação coletiva focada na questão social e de habitação, coube a este trabalho analisar sua função na constituição da consciência política desses jovens no que diz respeito a estas questões e a outras mais amplas.

É importante também salientar que os voluntários entrevistados atuaram na ONG em fases diferentes e com níveis diferentes de envolvimento, sendo que nem todos são atualmente voluntários ativos. Apesar disso, todos os nossos entrevistados relataram que a participação lá foi o primeiro contato com trabalhos sociais, o que nos ajudou a chegar em resultados convergentes no que diz respeito à influência dos níveis de engajamento com o processo de constituição da consciência política.

Crenças, valores e expectativas societais

Esta é a dimensão que parece reger todas as outras, pois expressa mais explicitamente noções de ideologia política na visão de mundo dos indivíduos.

Os voluntários da ONG Teto são jovens e normalmente entram enquanto cursam o nível superior, uma vez que esse é o público-alvo da instituição, conforme disposto no próprio recrutamento dos voluntários para a construção: "Nosso foco é o trabalho com jovens com idade entre 18 e 30 anos. Voluntários nesta faixa etária poderão participar da construção" e nas perguntas freqüentes no site da ONG "Quem pode ser voluntário? Mesmo que todas as pessoas que desejam possam ser voluntárias do Teto, nosso foco está nos jovens de até 30 anos. Todas as nossas campanhas de captação de voluntários se realizam em faculdades/universidades" (Teto, 2015).

O foco no nível superior de ensino e a limitação quanto à idade trazem uma clara restrição de classe e de experiência e, portanto, de uma visão de mundo proposta tanto pela própria ONG diretamente quanto pela expectativa que ela tem dos voluntários.

Segundo a ONG, a ideia de trabalhar com o jovem universitário é justamente a de levá-lo a conhecer a pobreza em sua cidade e tentar aproximar essas duas realidades, quase sempre economicamente tão díspares, concebendo, então, que ele não a conhece. Nesse sentido, Teto destaca que os universitários são "os futuros líderes do nosso país" e que é importante que eles tenham uma consciência social e o conhecimento de que a pobreza acontece "por falta de oportunidades, oportunidades que podem ser geradas exatamente pelo trabalho desse voluntário" (Teto, 2015).

No geral, a partir das entrevistas, os voluntários compartilham dessa noção de que serão os futuros líderes e que precisam conhecer a pobreza, conforme afirmou um dos entrevistados:

O objetivo da ONG é dar uma condição de vida um pouco mais digna e formar os indivíduos jovens universitários para essa realidade, sensibilizá-los para essa realidade, para quando tiverem nos posto de comando no futuro levarem essa realidade em consideração. (Voluntário 1)

Entre os nossos entrevistados, apenas um havia tido contato com algum trabalho de voluntariado anteriormente à ONG Teto, mas não se tratava de uma ação social.

São diferentes motivações dos entrevistados para participarem da ONG, mas todas orientadas pela vontade de ser voluntário e ajudar o próximo. Duas voluntárias afirmaram que já queriam ajudar mas não sabiam como, e o que as levou a participar foi a construção, pois elas já atuavam profissionalmente na construção civil: "Eu estava com intenção de ser voluntária, de ajudar de alguma forma, mas fazendo o que eu sei fazer (...) eu queria fazer algo ligado ao que eu estudo, ao que eu gosto e ao que eu trabalho" (voluntária 2). De forma geral, a expectativa é de participação e de mudança, motivada por um incômodo com a situação de desigualdade, o que vai ao encontro da base do "ser voluntário" desde as primeiras práticas, ainda religiosas: a intenção de agir em nome do benefício do outro para superar algum conflito. Um dos voluntários afirma:

Tinha entrado em contato com a periferia e sentia vontade de trabalhar junto, de ajudar a resolver os problemas, sabia que tinha estar próximo, que não era uma coisa que tinha que ser cada vez mais isolado da minha realidade, pelo contrário, tinha que cada vez fazer mais parte (voluntário 1)

Desde os nossos primeiros contatos com a ONG e com alguns dos entrevistados, percebemos que a origem da pobreza não é questionada ou refletida e tampouco o discurso da ONG demonstra interesse em debatê-la ou confrontá-la. Não questionam temas como o crescimento econômico, a concentração de riquezas ou a exploração da força de trabalho, o que afasta a compreensão da pobreza como estruturante e como sendo produto desta sociedade. A ausência de profundidade crítica parece dar sentido à crença que têm os voluntários quando chegam: a da miséria como casualidade que pode ser resolvida com atividades voluntárias e solidariedade. Ao encontro disso, a proposta da ONG é de "envolver todos no combate da pobreza extrema no nosso país. Queremos que distintos setores, como jovens universitários, empresários, meios de comunicação etc., participem da transformação positiva da sociedade em que vivemos". A visão de mundo da ONG parece contemplar a dos voluntários quando chegam na ONG e vice-versa.

Essa crença aparece na fala de um voluntário quando, ao ser perguntado sobre a efetividade do trabalho da ONG para o déficit habitacional, respondeu:

Eu vejo que o Teto ajuda o habitacional muito, ele consegue fazer. Um dia vai ter que terminar. É o que eu falo, o objetivo do Teto é que isso [o problema habitacional] não exista, sabe? É aquele papo clichê que falam por aí, mas é verdade, que pra transformar o macro tem que transformar o micro. E todo mundo fazendo junto, acho que consegue. (Voluntário 4)

Em muitos momentos, nas falas dos entrevistados, notamos o desejo de manifestar a auto-avaliação que fazem a respeito de sua forma de encarar o mundo antes e depois do voluntariado. Isso nos recorda o que explicou Ferro (2015): por meio de processos de internalização das instituições, crenças, da cultura e dos valores constituídos socialmente e mediante diálogo interior vivido por cada sujeito com todas essas instâncias, "a individuação dos sujeitos e de seus discursos sobre a sua realidade demonstram a naturalização de processos e fenômenos sociais vinculando-os ao senso comum" (p.148). Nesse sentido, os relatos mostraram que os voluntários chegam na ONG pautados pelos significados que atribuíram ao seu mundo material até então que, por sua vez, sofre influência dos discursos enraizados pelo senso comum de seu ambiente social de classe média alta. Isso não é facilmente desconstruído e não parece haver uma disposição por parte da ONG em orientar tal desconstrução. Sendo assim, o processo de mudança de visão de mundo só é possível de acontecer à medida que o voluntário vivencia a situação de pobreza, se sensibiliza e se interessa por aquela realidade.

Conforme afirmou Sandoval, as representações dessa dimensão são produtos de interações sociais e experiências que os indivíduos tem com os variados grupos, instituições e contextos de vida em sociedade. Para uma das voluntárias, o primeiro contato com o voluntariado foi uma surpresa, por ter sido o seu primeiro contato com a pobreza e, a partir disso, o processo de mudança de valores foi inevitável:

Na minha cidade não tem favela, e conhecer pobreza era uma coisa que eu não tinha nem sequer noção sabe? Também, meus pais me criaram sempre numa bolha, então a vida inteira estudei em colégio particular e quando vim pra São Paulo, em faculdade particular. Também sempre fui consumista. E foi um super choque minha primeira ida à atividade, eu pensava 'caramba como assim existem pessoas vivendo assim a ponto de eu nem ver?'

(...) Por isso eu gosto muito da ECO, que é a atividade de identificar as comunidades. Você entra na casa da família, conversa com a família, tem família que faz café, te conta as histórias, como a polícia trata eles. Não tem como aquilo não te impactar, não tem como você se fechar praquilo tudo que você viveu, as imagens todas ficam na sua cabeça, a imagem de andar na comunidade, de conversar com criança. Olhando de fora, é muito fácil julgar. Mas a partir do momento que você começa a ir ali, tudo muda. (voluntária 6)

Ela também destaca a diferença de metas entre seus colegas de sala, em uma faculdade particular de São Paulo e os seus colegas de voluntariado:

(...) Às vezes eu pergunto pros meus amigos da faculdade porque eles estão se formando e eles dizem que é porque querem ser ricos, contam o que eles querem comprar, o tipo de mansão que querem morar. Aí eu converso com os amigos voluntários, que também são de classe média alta, mas eles tem outros valores, querem fazer justiça, querem trabalhar com coisas que fazem a diferença, são tranqüilos com relação aos bens materiais, e eu sou mais feliz agora que desapeguei. (voluntária 6)

Outro voluntário fala sobre sua mudança de visão:

Eu aprendi muito também a ser menos preconceituoso. Tenho visto muito hoje em dia a questão do machismo, racismo, essas bandeiras, e isso é uma coisa que passou a me impactar muito. Hoje eu vejo isso, antes era invisível, balela. Pra mim, machismo, racismo eram coisas que não existiam. Agora eu penso toda hora se eu não estou sendo preconceituoso. Atribuo a isso ao Teto complemente (Voluntário 2)

Este voluntário atribui à ONG também sua melhora com preconceitos que antes tinha, como por exemplo com a população do Nordeste do Brasil, um preconceito amplamente disseminado entre as classes mais altas da região Sudeste. Um outro entrevistado, por sua vez, reconhece no contato com a periferia o impulso para outras noções de mundo. Para ele, a participação na ONG "Não foi exatamente um divisor de águas, mas abriu as portas para a periferia. E aí uma pessoa que conheci na primeira construção me abriu as portas pra incubadora da USP, e outros trabalhos ainda. Eu fui conhecendo e indo" (Voluntário 1).

O reconhecimento do seu contexto de vida em sociedade e da alteração na própria visão de mundo cresce com o aumento no nível de engajamento do voluntário. Conforme descreve um dos entrevistados, os voluntários que se mostram abertos para a mudança de visão e para a oportunidade do crescimento pessoal são os que questionam a própria atuação da ONG e que podem promover mudanças no futuro.

Tinha os voluntários que tratavam como experiência pessoal, e acho que essa felizmente era uma maioria lá dentro na época. Então eles tinham um posicionamento crítico com relação a atuação da ONG, sabiam criticar os pontos que a ONG errava e sabiam elogiar e promover os pontos que a ONG acertava, que levavam isso para uma esfera pessoal e aplicavam isso nas suas vidas. Eu acho que essa era a maioria dos que eu tive contato, com quem trabalhei e até hoje eu tenho amizade. Acho que esses caras são os que levaram o Teto pra frente e hoje estão buscando outros caminhos, outros lugares, porque o Teto tem também essa característica de ser um formador de líderes. Por ele ter até um trabalho... ter uma estrutura quase empresarial, uma ONG relativamente grande no Brasil, já está em outros lugares no Brasil, ele tem essa capacidade de gerar liderança" (voluntário 1)

Identidade coletiva

A análise das questões envolvidas na dimensão da identidade coletiva nos relevou que há um conjunto de afinidades e crenças comuns entre os voluntários, constituindo inúmeras identidades coletivas, inúmeras categorias que compõem a identidade de um sujeito e que se fortalecem à medida em que participam mais e se estreitam os laços no voluntariado. A questão identitária que mais se destaca entre os voluntários entrevistados da ONG Teto é a posição social e o laço comum de solidariedade e vontade de ajudar aqueles mais desfavorecidos.

Em primeiro lugar, todos os voluntários entrevistados se identificam como um grupo privilegiado da sociedade e todos vêem na ONG uma oportunidade de sanar o desejo de ajudar a população marginalizada da sua cidade. No entanto, isso não os aproxima totalmente. A partir dos relatos dos entrevistados, parece haver para eles uma clara distinção entre os voluntários interessados em eliminar o distanciamento com os moradores, daqueles interessados em manter uma posição de superioridade com relação à comunidade em que estão atuando.

De forma geral, estas características distanciam os voluntários pontuais, indicados por alguns dos nossos entrevistados como os voluntários mais interessados em "livrar a consciência pesada", "postar fotos como voluntário no facebook" ou "pegar mulher", dos voluntários que atuam com mais freqüência e que, assim, desenvolvem um comprometimento maior, além de mais empatia com a comunidade, o que possibilita uma reflexão mais profunda a partir dos processos de interação social que ali ocorrem.

Chegamos, então, à configuração de dois grupos de identidade principais. No primeiro estão aqueles voluntários que, ao se identificarem como indivíduos de classe alta, reproduzem relações de classe com comportamentos e atitudes de dominação e reforçam suas diferenças com relação ao contexto em que atuam como voluntários. No segundo grupo estão aqueles que, mesmo inseridos em um contexto de privilégio social e econômico, conseguem fazer a imersão de forma mais completa e com isso estabelecer relações diferentes com a comunidade e também entre si mesmos, adquirindo noções de pertencimento e empatia.

Os aspectos do primeiro grupo nos foram apontados pelos voluntários entrevistados como comportamentos com os quais eles não compactuam. Um exemplo da reprodução, no ambiente do voluntariado, da relação de autoridade e também de influência do padrão de consumo, aparece no relato contado pelo voluntário 4, sobre a indignação de alguns voluntários com relação aos bens materiais que os moradores da favela possuem:

Sempre nas voltas da construção tinha pessoas que comentavam sobre a TV das pessoas da comunidade, tipo, 'você viu que a TV é gigantesca?', 'a TV é maior do que a da minha casa' (...) 'Olha o cara, o cara comprou a TV', eles não entendem que ele juntou dinheiro e comprou a TV, ué, e que isso mostra que ele chegou no limite dele. Eu falo pra eles [aos voluntários], ele [o morador] tem a casa, ele precisa trabalhar, ele precisa comer, ele chegou no limite dele, e ele quer comprar a TV, compra em 12 vezes e é o que ele tem pro tempo de lazer dele. Mas sabe? o que impacta é a TV, como se isso incomodasse. Era o que mais se conversava nas rodinhas, quando a gente se juntava depois da construção. (Voluntário 4)

Além disso, há a manifestação de que este grupo tem intenção de atuar como voluntário apenas para se destacar publicamente como solidário:

Tem muita gente que quer fazer pra postar no facebook, eu vejo que os voluntários novos, eu tento não julgar as pessoas, mas eu vejo que eles gostam de postar a foto do perfil de camiseta suja, como se ele fosse um vitorioso. A ONG tentava falar pros voluntários que eles não são super heróis, mas é difícil porque tem gente que entra lá pra isso mesmo. (Voluntário 4)

Nossos entrevistados se reconhecem enquanto segundo grupo. De forma geral, parece que estes voluntários do segundo grupo têm afinidades políticas e criam laços interpessoais entre si que ultrapassam o espaço do voluntariado. Fica mais claro neste grupo a construção de identidades coletivas na representação do "nós" e na afirmação individual, o que entendemos como sujeitos políticos coletivos. Voluntários que atuaram mais vezes mencionam as amizades que fizeram na ONG como um dos pontos mais marcantes da sua atuação. Segundo um dos voluntários, é em decorrência desta rede de contatos que surgem novas ideias, debates, questionamentos e até novos projetos sociais.

Geralmente esse grupo mais engajado é levado coletivamente a discutir questões internas da ONG e a debater a forma de atuar desta. É o momento em que alguns voluntários, insatisfeitos com a ausência de um espaço mais aberto de debate político ou cansados da atuação limitada da ONG, procuram outros movimentos para se engajarem. Isso nos relembra o que afirma Costa (2006) sobre o impulso que a identidade coletiva proporciona ao indivíduo, no sentido de "atribuir valor às metas em grupo e à mudança social como benefício

pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para atingir a mudança desejada". Observamos esse movimento de crítica e a instrumentalização citada por Costa em três falas de voluntários:

A minha visão sobre a ONG mudou depois... porque isso vai minando um pouco a sua motivação, você não ir na raiz daquilo que precisa ser abordado. Mesmo que a gente não fosse lá pra fazer revolução, obviamente, mas que a gente pudesse tratar destes temas, já alivia, né.. Poder conversar a respeito desse cenário maior. Como isso não era possível, foi ficando entalado... e fui buscar outros espaços, a militância (Voluntário 1)

O Teto acaba sendo um catalizador das pessoas com interesse social (...) que desenvolvem um saber e fazer político ali. Só que o Teto não consegue reter essas pessoas por muito tempo (Voluntário 5)

Uma pessoa que conheci na primeira construção me abriu as portas pra outros espaços, a incubadora da USP, e outros trabalhos sociais" (Vountário 1)

Percebemos também que há uma forte tendência de mudança e de reconhecimento no segundo grupo identitário como resultado das interações entre os indivíduos. São mudanças que fazem parte dos processos de construção de identidade pessoal e que são certamente influenciadas por outras dimensões da consciência política. Recordamos o que explica Silva: "como no processo de construção da identidade pessoal está presente o processo de internalização de normas, valores, crenças etc., a participação em grupos pode alterar essa mesma identidade pessoal" (Silva, 2006, p. 421). A identidade é metamorfose e a ação coletiva favorece a construção da identidade coletiva. Um entrevistado faz referência à essas mudanças internas:

[Minha visão sobre as questões sociais] mudou muito. Tentar fazer menos julgamento e ter menos preconceito. Politicamente também mudei também (...), comecei a ter contato com outras pessoas, outras opiniões políticas. Tinha os dias que passavam filme e a gente discutia depois. Isso me ajudou muito com essa visão política. (Voluntário 2)

Outra voluntária destaca a influência do grupo, especialmente daqueles que ela chama de voluntários mais politizados, para avaliação de sua própria postura frente aos conflitos e construção da identidade coletiva.

Eu gosto de ver os comentários das pessoas do Teto, geralmente eles tem posicionamento legal, eles postam coisas interessantes. E não é só jogar um texto do outro ali, eles escrevem e justificam porque têm aquela opinião e porque estão compartilhando aquilo. Aí você vê que elas já são ativas, e isso te influencia também, você começa a também a acabar mudando seu pensamento. A gente acaba discutindo de tudo, não é conversa boba e fútil, como outras que eu tinha antes. Até

no bar a gente fala de coisas mais sérias, isso é muito legal, tem voluntários muito politizados e isso acaba influenciando outros também. Mas é algo mais informal, não do Teto, mas dos voluntários mais ativos mesmo. (voluntária 6)

Essa fala nos recorda o que explicou Silva (2006) sobre a construção de identidade coletiva, que deriva primeiramente da identificação de interesses comuns e assim fortalece o sentimento de reivindicação coletiva. Segundo ele, quanto mais se estabelece essa identidade coletiva, mais forte é sentimento de reivindicação do grupo como um todo. Silva cita o comentário de Sandoval:

Se indivíduos estabelecem uma identidade coletiva com seu grupo que seja consistente, certamente as reivindicações desses se tornam mais amplas e constantes. Todavia, se sua participação se dá pontualmente e tampouco discutem quais são as causas reivindicatórias para a sua comunidade, o que se verifica é a emergência de uma Identidade Coletiva frágil e com pouca capacidade mobilizatória (Sandoval, 2001)

Com relação à pergunta "Há diferença entre homens e mulheres na atuação da ONG?", cinco voluntários trataram especificamente de falar dos trabalhos pesados da construção, que tendem a ficar concentrados entre os homens. A questão da identidade de gênero entre as mulheres foi destaque na fala da voluntária 6. Segundo ela, as voluntárias se incomodam nas construções com essa divisão de trabalhos imposta, tentam mudar, mas não conseguem pois essa é a forma como as atividades já são feitas na ONG há muitos anos.

Se você é mulher, você tem que ir pra cozinha, se você é homem, você vai ser monitor da construção, porque tem mais técnica. Geralmente tem um líder homem e uma líder mulher, mas mesmo assim, o homem controla o terreno, e a líder mulher faz a relação com a família, oferece cafezinho, conversa com os voluntário, vê se todo mundo bebeu água, e isso ficou enraizado no histórico do Teto. Pior que na ONG tem sempre mais mulheres, mas não sei, isso está muito enraizado (Voluntária 6)

Ao final desta pesquisa, uma campanha virtual independente teve grande destaque nas redes sociais no Brasil. Com a *hashtag* "meu amigo secreto", as mulheres denunciaram informalmente violência que sofrem de homens próximos à elas, sem precisar identificá-los. A campanha encorajou muitas voluntárias da ONG Teto a fazerem denúncias de abusos e trazerem o tema à tona dentro da ONG. Uma das denúncias trouxe a declaração "meu amigo secreto não confia nas informações que passo nas construções e recorre ao líder homem ou monitor para ouvir a mesma resposta". A campanha nos levou a entrar em contato novamente com as entrevistadas. Segundo uma das voluntárias, a grande quantidade de denúncias levou as diretoras da ONG a se mobilizarem e criarem grupos de discussão e canais de comunicação

específicos para tratar de temas de abuso ou qualquer incômodo das mulheres na atividade da ONG. Elas trocam textos e informações e a voluntária afirmou que as iniciativas têm promovido debate e empoderamento dentro e fora da ONG.

Identificação de adversários e interesses antagônicos

Quando falamos na questão habitacional é impossível desvinculá-la da urbanização contraditória que se desenvolveu nos países da América Latina. Conforme explica Maricato (2003), a população urbana brasileira passou de 31% na década de 40 para 82% no início do século XXI, em sua maioria buscando melhores condições de vida, mas que se deparou com baixos salários, inviabilidade de acesso ao mercado imobiliário e ausência de políticas sociais e habitacionais. Alvarez (2010) descreve que a cidade, "ao mesmo tempo, absorvia as modernidades possíveis e expulsava para as periferias imensa quantidade de pessoas que, na impossibilidade de viver o urbano, contraditoriamente, potencializavam a sua expansão", uma relação direta entre a modernidade da urbanização e o desenvolvimento do atraso, como afirmou Maricato (2003). Segundo Harvey (2013), isso acontece pois, no urbano, o espaço se destitui de seu valor de uso para se redefinir por seu valor de troca, o que determina então a apropriação da cidade por uma parte da sociedade e a exclusão de outra, que garante sua moradia com ocupação em loteamentos ilegais, invasão e a auto-construção¹⁰.

A bandeira da ONG Teto é a da erradicação da pobreza na America Latina, mas com o reconhecido foco na melhoria das condições de moradia em assentamentos precários e ocupações em grandes cidades (no Brasil, no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Paraná). Consideramos, portanto, que os múltiplos conflitos relacionados à ocupação do solo e urbanização deveriam ser o ponto de partida para a identificação, por parte dos voluntários, de adversários e interesses antagônicos.

-

¹⁰ Sob as leis da propriedade privada, pessoas podem ter monopólio sobre porções do planeta e com poderes de excluir os outros. Uma vez que a terra é monopolizável e alienável, ela pode ser arrendada, alugada e vendida como uma mercadoria. Isso permite que produtores em localizações mais favorecidas ganhem um excedente de lucro e, assim, aqueles que possuem terra em locais favorecidos podem converter os excessos de lucro em renda fundiária. Esses processos só acontecem pois são legitimados pelas normas que garantem os acessos diferenciados aos bens. A cidade torna-se conflituosa por abrigar os interesses da população como um todo, muitos que deveriam ser tidos como direitos, como a moradia digna, e também os interesses do capital. Para saber mais, Harvey (2013).

Na entrevista, a pergunta "A que se devem os problemas de moradia que temos no Brasil? Alguém ganha ou alguém perde?" foi a que mais causou dúvida. Dois dos entrevistados não tiveram resposta. Outro afirmou ser a "Falta de planejamento, desenvolvimento urbano sem controle", mas não identificava algum ganhador ou perdedor em específico.

Outros voluntários deixam claras as diversas inquietações sobre os conflitos envolvidos e os interesses antagônicos. Dois deles são os voluntários que seguiram trabalhando com o tema da habitação depois de saírem da ONG:

Quem perde é quem precisa da casa. Quem ganha são as construtoras, o mercado, o político que mantém o pessoal na desinformação. (Voluntário 1)

A questão das más condições de moradia, ou seja, as pessoas cada vez mais empurradas pras periferias, pras zonas de mananciais, pras zonas ameaçadas ecologicamente e más condições de infra-estrutura é uma construção histórica do Estado brasileiro marcado pela característica de patrimonialismo que a gente tem até hoje. (...) Temos um Estado que se dedica a manter privilégios ao invés de combater desigualdades ou criar o bem-estar social, o que no final é uma construção de um estado capitalista. Independente da aplicação social, e uma estrutura que não visa quebrar o sistema, mas sim consolidá-lo para tentar diminuir as diferenças, as controversas, as desigualdades existentes nesse sistema. Esse é um ponto que o Brasil e America latina tem. (Voluntário 3)

Além de citar os aspectos históricos e ideológicos para apontar os interesses antagônicos, o voluntário 3 identifica como ganhadores da situação de déficit habitacional as grandes construtoras, a especulação e o poder público, com a falta de participação nas decisões relacionadas ao tema:

Quem ganha hoje são as grandes construtoras e a especulação imobiliária que utilizam essas áreas muitas vezes para, utiliza o estado como uma forma.... massa de manobra pra conseguir aplicar os interesses de maior grau, como a ampliação da especulação, da margem de lucro nos preços de imóveis, a gente tem um grande exemplo nas favelas do Moinho por exemplo, no Rio isso também é muito marcante nas favelas... outros ganhadores por exemplo, que ganham com essa situação no Brasil é o próprio poder público. Você também ganha mais com pessoas, com uma massa sem participação, sem demandar voz, porque mantendo esse pessoal à parte você não precisa criar instâncias de participação política. (Voluntário 3)

Outra voluntária lamentou a dependência financeira que a Teto tem de grandes empresas, que acabam orientando os interesses da ONG:

Infelizmente a gente fica sujeito à aceitar doações de quem não tem nada a ver com os nossos valores porque precisamos do dinheiro, como os bancos e as próprias construtoras, que desapropriam áreas que a ONG busca ajudar. Eu entendo, mas não entendo" (voluntário 6)

Considerando nosso pequeno universo de análise e as sete dimensões discutidas a partir do modelo da consciência política, talvez esta dimensão seja a que menos teve envolvimento dos voluntários. Ao falar dos interesses antagônicos, o voluntário 3 afirmou que a ONG é pouco politizada e que não há esse tipo de questionamento formal nos trabalhos e treinamentos. A falta de um trabalho de formação política com os voluntários foi questionado em diversos momentos por alguns dos entrevistados.

Sentimento de eficácia política

Ao analisar a dimensão da eficácia política, percebemos que o sentimento divide-se em dois: aquele referente à eficácia do trabalho da ONG para a comunidade, e aquele referente à eficácia do trabalho para próprio indivíduo que foi voluntário. São sentimentos independentes: mesmo aqueles voluntários que passaram a questionar o quanto sua atividade enquanto voluntário da ONG pode mudar aquela realidade, dão destaque aos resultados do trabalho da ONG para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens voluntários, que é um dos objetivos da ONG, embora não o principal.

No que diz respeito à este segundo, a eficácia política está relacionada à transformação individual que desponta a partir das experiências vividas na ONG, que leva às mudanças já citadas na primeira dimensão "crenças, valores e expectativas societais", mas também uma maior capacidade de liderança e de trabalhar em equipe. Depoimentos de dois voluntários exemplificam essa percepção:

O Teto tem também essa característica de ser um formador de líderes. Por ele ter até um trabalho... ter uma estrutura quase empresarial, uma ONG relativamente grande no Brasil, já está em outros lugares no Brasil, ele tem essa capacidade de gerar liderança. Não apenas foi essencial pra minha formação, mas eu vejo hoje voluntários que estão hoje atuando no poder público, estão atuando em outras organizações maiores e internacionais... um deles está até na ONU hoje, então o Teto tem essa capacidade de formar liderança, e uma liderança comprometidas com o desenvolvimento das comunidades mais pobres (Voluntário 3)

Esse objetivo de levar o pessoal estudado para a comunidade que é uma realidade muito diferente deles, uma realidade que não tem nada a ver com a deles, isso eu

acho que funciona muito bem pra formar esse pessoal, para eles acordarem pra vida, pra se tornarem melhores pessoalmente e também profissionalmente (Voluntário 2)

Já em relação à eficácia política do trabalho da ONG, as falas apontam que os voluntários se sentem eficazes na atividade de construção. Todos os voluntários entrevistados manifestaram-se a respeito da condição emergencial das casas. Essa condição clara para todos é a justificativa para a necessidade das casas de madeira como uma forma de prover alívio ao morador, de oferecer uma condição melhor para que se organize e se dedique à outras esferas da vida. Esse é um dos temas tratados no treinamento antes de ir à ação e onde é claro o sentimento de eficácia:

O discurso, a orientação era para construção de uma casa. É realmente um fôlego para a pessoa que tem preocupação com rato, com a filha, com a ventilação, isso consome o cara. (Voluntário 4)

Quando eu vi a primeira vez uma casa de lona, uma família morando embaixo de uma lona, eu quase não acreditava. A casa de madeira fez uma enorme diferença. Ela era uma catadora de latinha na praia e ficou muito grata. O sentimento de gratidão é enorme por parte dos moradores, mas a gente também tem muita gratidão. Ela entrou na casa como se fosse uma mansão, e são só 18m2. (Voluntário 6)

Eles [diretores da ONG] reúnem o pessoal antes de pulverizar todo mundo nas comunidades e eles deixam claro: vocês estão indo lá fazer uma casa de emergência, pra essa pessoa poder sair de casa, buscar sua vida, seu trabalho, sem ter a preocupação de voltar e pensar 'será que a minha casa está em pé? Quando eu cheguei lá e vi que a casa desmontada era de papelão, eu vi que isso que eles disseram era verdade (Voluntário 2)

A medida que nos aprofundamos no tema dos impactos na comunidade para além da construção, percebemos que o sentimento de eficácia diminui, pois ela está apoiada no resultado mais pontual desta atividade. Sobre este aspecto, dois voluntários apresentaram uma visão mais crítica e levantaram duas questões que pareceram interferir no sentimento de eficácia: 1. os resultados no longo prazo, pois eles não conseguem ver que a atividade pode gerar impacto direto na causa social a partir das suas ações 2. A falta de posicionamento político em assuntos relacionados à pobreza.

Com relação ao primeiro ponto, o questionamento do resultado a longo prazo, um dos voluntários alegou que desde 2013 a ONG tem investido em ações mais contínuas nas comunidades - as chamadas Mesas de Trabalho - buscando atender às necessidades locais, como promoção de oficinas, debates, auxílio na busca por melhor infra-estrutura comunitária.

Observamos que há, portanto, uma perspectiva de melhora no sentimento de eficácia no longo prazo, conforme sua fala:

A gente fica pensando se realmente a gente está fazendo um trabalho de longo prazo, um trabalho que está gerando mudança, ou é só uma casa? e a gente [ONG Teto] acaba não tendo um trabalho de acompanhamento muito forte. Foi só recentemente, em final de 2013, que a gente começou a implementar uma nova fase, que é mais de longo prazo, então demora muito mais pra ver o resultado, ainda nem vimos, e infelizmente muitos voluntários acabam ficando pouco tempo, e nem vêem o resultado direito acontecer (voluntário 6)

O segundo ponto demonstrou uma frustração maior por parte de alguns dos voluntários:

Falta um engajamento político maior, ter uma orientação de base da ONG de tudo o que está envolvido neste cenário onde a ONG está atuando, desde o financiamento privado à orientação política. Tem muita gente na ONG que era muito conservadora politicamente. Isso era estranho, era um paradoxo muito louco. Gente que defende o mercado, empresas, e a exploração, o lucro, mas queria ajudar a galera que não tem casa. Esse é um limite muito claro da ONG: você não muda a realidade, você amortiza o impacto dela. Porque você não vai no cerne, não pega na raiz. Para começar a chegar no cerne, tem que pelo menos não fingir que ele não existe. (voluntário 1, grifo nosso)

(...) Isso vai minando um pouco a sua motivação, você não ir na raiz daquilo que precisa ser abordado. Mesmo que a gente não fosse lá pra fazer revolução obviamente, mas que a gente pudesse tratar destes temas, já alivia, né, já se sente mais útil. Poder conversar a respeito desse cenário maior. Como isso não era possível, foi ficando entalado, e fui buscar outros espaços. (voluntário 1, grifo nosso)

O Teto é uma ONG que ainda tem essa atitude de evitar se posicionar em pontos políticos mais controversos. Não sei se por ser uma ONG que tem desde gente com posicionamento mais de direita, mais de esquerda, e ter também doadores que atuam de todos os lados, ela evita se posicionar em pontos mais polêmicos da política. Isso é um ponto bem crítico que os voluntários, parte dos que eu conheço que ainda estão lá ou que saíram, tem uma crítica bastante forte. Esse é um ponto que deveria ser melhorado, até para própria participação da ONG no cenário brasileiro, cenário político, pra se posicionar realmente como um membro ativo. (voluntário 3, grifo nosso)

Uma limitação na ação é como o Teto se posiciona com relação à outros temas, tipo, o feminismo, será que está relacionado? Tem mulheres apanhando na comunidade. Será que se entrarmos nesse tema, fugimos do foco? Então é muito difícil o Teto se posicionar, quando teve a chacina em Osasco, o Teto acabou não se posicionando. Acho que isso falta, o engajamento político maior, de se posicionar em temas que são relacionados à pobreza, diretamente ou indiretamente. Mas sei que também é muito difícil a gente querer abraçar o mundo, qualquer caso, a gente querer ter um *post* no *facebook*, ou uma reunião pra discutir, é muito complicado. E eles acham que tem ser imparcial, não direcionar as pessoas para esses pontos. Foram poucos os momentos que se posicionou, por exemplo, uma nota de repúdio à tal ação, então sei

<u>lá, os voluntários dispostos acabam discutindo nos grupos, mas não tem um direcionamento.</u> (voluntária 6, grifo nosso)

O que também identificamos é que estes voluntários são os que atuam há mais tempo ou já saíram da ONG, motivados a buscar um trabalho que proporcionasse sensação de eficácia política maior. Conforme a fala do voluntário 1, o sentimento de ineficácia com o trabalho da ONG é agravado com ausência do debate político.

Sobre este aspecto, analisamos as postagens da página da Teto¹¹ no *Facebook* durante o mês de maio de 2015. Foram 63 *posts*, dois um convite para exibição de filme e debate sobre menores infratores, que teve uma repercussão de 73 *curtidas* ao todo e um com um *link* para um artigo do Jornal El País com o título "A busca pelos 'excluídos do Bolsa Família' encontra brasileiros invisíveis"¹², com mil curtidas e 31 comentários de discussões entre os favoráveis e os não-favoráveis ao programa social. Os outros 60 *posts* foram institucionais, convidando para as atividades da ONG, especialmente a coleta, que acontecia naquele mês. O post com maior repercussão no mês teve 6 mil *curtidas*.

Lembramos que até 2013, a palavra "política" não estava presente nos materiais da ONG, o que mudou após a reestruturação de estratégia e de comunicação que aconteceu em 2013, em que procura descrever uma atuação política: "O TETO é uma organização apartidária, mas que através de todo o trabalho dos moradores e voluntários busca fazer política e gerar incidência, com o objetivo de mudar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas no continente".

Tomando em conta o que foi analisado, a interpretação que nos parece possível é a de que dois aspectos principais estão relacionados a aparente neutralidade política na qual a ONG procura se amparar, o da dependência de financiamento privado, com interesses políticos e a dependência estrutural que tem de voluntários de classe média alta com um espectro de ideologia política variado.

Apesar disso, de forma geral, percebemos que há entre os entrevistados uma percepção de alta eficácia com relação a própria ação, o que parece se desenvolver a partir do

_

¹¹ https://www.facebook.com/TETObra

¹² http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411258987_199737.html

contato que tiveram com a atividade de voluntariado, como se depois do voluntariado sua crença para a mudança aumenta, conforme relata um voluntário:

Apesar de todas as deficiências que o Teto tem, foi uma experiência que mudou bastante a minha vida, me fez conhecer e acreditar na mudança. Foi um encontro de acasos, sempre sou grato por esse dia que cruzei com eles na rua. (Voluntário 3)

Vontade de agir coletivamente

Essa dimensão trata de um aspecto mais instrumental, da compreensão que o indivíduo tem sobre o repertório de ações possíveis e o custo benefício delas. Para Sandoval, os indivíduos são mais predispostos a não participar do que participar em ações coletivas já que a participação envolve avaliação dos custos e benefícios, das perdas e ganhos materiais e dos riscos concretos que corre.

Na análise dos elementos que os levam a agir coletivamente, percebemos que os entrevistados não se preocupam com os riscos da ação, que no caso da construção, por ser um trabalho manual pesado, oferece inúmeros, ou com as perdas materiais, como por exemplo, de se dedicar sem remuneração à causa durante um fim de semana inteiro. Justamente essa forma de atuar os atrai, e foi buscando isso que eles se tornaram voluntários. O espírito do grupo, de solidariedade e o sentimento de recompensa dão sentido a esses custos:

É muito gratificante. A gente passa um fim de semana inteiro ali, sujo, sem banho, trabalhando pesado, mas se sente útil, é muito bom. (...) O que mais me atrai é a empatia que se cria, a relação com o morador, trabalhar junto com os outros voluntários, colocar a mão na massa. E depois a emoção de ver ele entrando na casa. (voluntário 5)

A vontade de agir independentemente das perdas e em prol do outro demonstra que os participantes não são desmotivados pelas perdas, pois há um fator emocional muito presente que atua mais fortemente neste custo benefício. Conforme Melucci (2001), algumas ações coletivas são sistemas de relações e, nestas, os indivíduos "também estão buscando solidariedade e identidade, que diferente dos outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados".

Os voluntários se motivam porque acreditam que sua ação individual ou coletiva pode promover mudança, seja dentro da ONG ou fora dela, como citou um dos entrevistados que buscou outros caminhos de militância. Essa vontade de agir está muito relacionada ao contato que tiveram com o voluntariado, o que resultou em um aumento de sentimento de eficácia política com relação ao seu próprio agir, pois eles relatam que a partir daí seu sentimento de coragem pra mudança aumenta: "Mesmo que não atue no Teto, eu sei que vou continuar. É um caminho sem volta, conhecer a realidade para mudá-la" (voluntário 5). Essa motivação é importante pois aumenta a compreensão dos indivíduos sobre o repertório de suas ações possíveis e sobre a capacidade destas ações de gerar resultado positivo.

Observamos que a vontade de agir é muito influenciada pela crença que eles têm de conseguir impactar positivamente a vida de outras pessoas:

A gente sempre fala no Teto, é preciso conhecer a realidade para mudá-la. é muito facil falar, ver na TV, sem nem ter visto. Ai quando você vai lá você vê que a coisa é seria... Ouvir os relatos, de cada família, de cada morador, conversar com os voluntários, a se importar mais com as pessoas... isso te faz querer mudar, a gente passa a entender o nosso papel na sociedade, você acaba pensando mais nos outros e valoriza mais o que você faz, a sua profissão até, porque quer que seu trabalho impacte de forma positiva. (voluntária 6)

Sentimento de justiça e injustiça

Todos os voluntários entrevistados fizeram referencia à noção de injustiça direta ou indiretamente, ao falarem de suas motivações para participar:

Quando eu comecei a procurar o voluntariado foi por um sentimento de inconformidade com, especialmente com as favelas, tanto que é onde sempre tive mais interesse de atuar, e eu estava procurando uma ONG que trabalhasse com isso, ou Instituto que atuasse com isso. Então fui por esse lado e por sorte acabei encontrando o Teto. (Voluntário 3)

Essa referência ganha destaque também em outras falas, ao relatarem as diversas situações degradantes que encontram nas comunidades. Diferente dos movimentos em que o sentimento de injustiça e a identidade estão estritamente ligados e costumam dizer respeito a um conflito do próprio sujeito, no caso do voluntariado, o sentimento de injustiça é orientado para a situação alheia, mas com um sentimento de pertencimento:

Quando a gente conversa com a comunidade, a gente identifica um tratamento diferente da polícia, um tratamento diferente com relação à saúde.. nas escolas não tem infra estrutura suficiente, nas ruas não tem saneamento... e aí você começa a ver como somos iguais, mas nossa vida diferente. Isso é um choque. (Voluntária 6)

A partir da identificação do "somos iguais, mas nossa vida diferente", se constrói também um sentimento de solidariedade e de reivindicação coletiva. Isso, conforme Silva (2006), "possibilita a manutenção de uma cidadania ativa, visto que ela está relacionada ao sentimento de pertencimento grupal que possitilita ao indivíduo participar de ações coletivas nas quais tanto ele quanto seu grupo de pertença são beneficiados".

Metas de Ação Coletiva

Conforme foi explicado no capítulo 3, a última dimensão do Modelo de Consciência Política trata da correlação entre as metas da ONG e as suas estratégias de ação com o sentimentos de injustiça, interesses e sentimentos de eficácia política.

Para essa análise, buscamos saber em que medida os objetivos e propostas da ONG estão de acordo com os interesses simbólicos e materiais individuais do voluntario, e em que medida a atividade da ONG vai ao encontro das suas reivindicações que nascem a partir do seu senso de justiça e injustiça.

No que diz respeito ao primeiro ponto, nota-se que todos os entrevistados tem conhecimento do objetivo da ONG (mudar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas no continente), mas alguns deles destacam que essa é uma ação distante da realidade das ações propostas.

De forma geral, como já foi analisado nas dimensões de eficácia política e sentimento de injustiça, os voluntários acreditam na sua própria ação e também na ação da ONG para a transformação, especialmente a do voluntário, mas também nas comunidades. No entanto, as falas sobre o objetivo específico da ONG foram acompanhadas de uma justificativa que procurava amenizar a amplitude do objetivo e direcioná-lo para a construção, como é possível notar na fala de uma das entrevistadas: "eles falam muito lá que a ONG quer acabar com a

pobreza, né, mas isso indiretamente, o objetivo que eles têm é habitação de emergência" (voluntária 2)

Percebemos que quando falamos de relacionar os objetivos do voluntário com os da ONG, as falas apontam novamente o antagonismo entre os voluntários mais ativos e os mais pontuais. O entrevistado fala de si, mas em muitos momentos aponta o comportamento dos outros, menos ativos, que claramente o incomoda. Um dos entrevistados observa que embora haja predisposição dos voluntários pontuais, ela está mais relacionada a emoção do que a busca por solução.

Às vezes ficava uma troca só de afetos, não tinha uma troca de ideias, saca? uma construção para a mudança, isso nunca rolava, rolava mais uma coisa de emoção, isso era o padrão. Isso tem também seu valor, mas não pode ser só isso, senão é efervescente, acaba rápido, vira fogo de palha, porque os problemas continuam. Por mais que a gente se emocione, a dificuldade continua ali. O lance é conseguir pensar... pensar na solução e não se satisfazer com aquela emoção e tchau, e parece que a vontade de muitos voluntários era essa, aquilo é suficiente para eles. (voluntário 1)

Na análise das reivindicações dos voluntários sobre a injustiça e em que medida essas reivindicações estão sendo endereçadas pela ONG, observamos que, em um primeiro momento de atuação na ONG, todos os entrevistados estavam reconhecendo o sentimento de injustiça que o levou a atuar, e as ações da ONG atendiam todas as suas necessidades relacionadas a esse senso. Isso ainda se manifestava como um mal estar, sem uma clara compreensão de justiça e injustiça, como é percebido na fala da entrevistada:

(...) Conhecer pobreza era uma coisa que eu não tinha nem noção sabe? Também, meus pais me criaram sempre numa bolha (...) e foi um super choque (..) só na ONG que eu comecei a me interessar e entender mais sobre os direitos, sobre as coisas que eu poderia ajudar quando eu percebia coisas erradas nas comunidades (Voluntária 6)

Conforme já identificamos anteriormente, com o passar do tempo, alguns dos entrevistados buscaram elementos fora da ONG para explicar e complementar as sensações e as experiências vividas. É quando notamos que estes voluntários mencionam os conflitos: a própria dificuldade de enxergar melhorias no longo prazo, a dificuldade da ONG de sair do lugar de neutralidade política, os questionamentos na área de formação e a discordância de ideias com os voluntários menos ativos. A correlação entre as metas e estratégias da ONG e os sentimentos e interesses individuais começa a se romper.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos no capítulo 1 como se deu o processo de institucionalização do voluntariado, processo pelo qual esse tipo de atividade passou e que nos levou a chamá-lo de novo voluntariado, como já indicado por outros autores. Este voluntariado não apenas tem novas características que o formalizam e que são inquestionáveis, como as recentes legislações, mas também um novo discurso, pautado pela ideia de mudança social e participação. Esse é o contexto na qual a ONG deste estudo de caso se insere hoje.

Não temos a pretensão de generalizar resultados para o voluntariado como um todo, pois são práticas muito heterogêneas. Muitas delas ainda carregam as características do voluntariado antigo, tradicionalmente religioso, outras acontecem no âmbito privado, tantas outras são independentes. Podemos dizer que, dentro do nosso pequeno universo de análise, no caso da ONG Teto em São Paulo, chegamos a algumas conclusões.

A principal delas é a de que a ONG tem enorme potencial de cumprir um papel na formação crítica e política dos voluntários. Isso porque há a oportunidade de vivência de uma realidade nova, de reconhecimento de espaços marginalizados, de problematização de questões sociais e, com isso, de revisão de significados que os indivíduos atribuem à realidade social. Além disso, a própria ONG é um lugar de socialização onde há a oportunidade de trabalhar formação e debater as questões ali vivenciadas. Vale lembrar que, para todos os voluntários entrevistados, a Teto foi a porta de entrada para ações sociais.

Apesar disso, identificamos a partir das entrevistas dois pontos desfavoráveis a esse potencial: a limitada formação que a ONG oferece aos voluntários e ausência de um posicionamento político claro. Além disso, as metas e propostas da ONG não parecem ir ao encontro da sua ação com os voluntários, o que demonstra desmotivar as metas de ação coletiva. Essa é a única característica na qual a ONG destoa daquelas próprias do novo voluntariado: embora o discurso da ONG esteja focado na mudança social, este parece ser um voluntariado ainda muito próximo da caridade e da doação. Isso comprova a afirmação de Cunha (2012) de que essa mudança do voluntariado para o novo voluntariado é um discurso construído e não um processo natural pelo qual a atividade passou.

Certamente esse é um dos conflito principais que influencia a participação e formação de uma consciência política mais crítica. Institucionalmente a Teto busca reforçar um posicionamento de mudança social e de não-caridade e este discurso foi destaque na fala dos voluntários entrevistados, ora defendendo-o ora questionando-o. Os questionamentos se direcionavam à ausência de uma orientação política mais clara a todos os voluntários e de posicionamento formal da ONG sobre questões atuais que se relacionam direta ou indiretamente com o tema da pobreza nas comunidades. A ONG parece reconhecer essa limitação. A interpretação que nos parece possível é a de que ter uma clara orientação política representaria enfrentar questões estruturais dentro da ONG, como a dependência de voluntários com ideologia política contrárias e de financiamento privado.

Não nos aprofundamos nos resultados do trabalho da ONG com a comunidade, mas seguimos nosso objetivo de nos ater aos resultados desse trabalho em relação à constituição da consciência. A consciência política refere-se à "politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político" (Silva, 2006) e não necessariamente implica em participação política. Por outro lado, conforme afirma Costa (2006), a participação política é "uma via de mão dupla, porque ao mesmo tempo em que participa, incrementa a participação, a auto-estima e autoconfiança e, consequentemente, esses sentimentos incrementam a participação".

As pessoas, ao decidirem participar individual ou coletivamente de um movimento, fazem uma escolha dos elementos significativos que influenciam sua participação e o seu compromisso com este movimento. No caso analisado através do Modelo de Consciência Política, percebemos que o sentimento de injustiça, ainda que não desvelado de forma clara, é o ponto de partida para a tomada de decisão dos voluntários da ONG Teto para a participação. As estratégias de ação da ONG, ao levar os voluntários para comunidades, parecem melhor moldar este sentimento. Isso não parece acontecer de forma tão clara com o sentimento de eficácia política. Os voluntários demonstram forte sentimento de eficácia com relação à atividade de construção e o seu caráter emergencial, conforme proposto pela ONG. O trabalho de um fim de semana e a entrega da casa proporcionam um efeito de mudança social imediato para o voluntário e aumenta sua vontade de agir. Porém, esse sentimento diminui conforme o voluntário se envolve mais e passa a questionar as outras atividades e a sustentabilidade da ação no longo prazo. Apesar da demonstração de frustração, o sentimento de ineficácia, neste

caso, pode levar a constituição da consciência mais crítica, pois o voluntário procura outros espaços de participação em busca de mais eficácia política. Isso remete-nos ao que já foi dito anteriormente: o produzir da consciência política é um processo contínuo de elaboração de visão de mundo e acontece em via de mão dupla com a participação em ações coletivas.

Os valores e expectativas em relação à sociedade são outro ponto importante: os voluntários reconhecem sua posição de privilégio na sociedade e sentem um senso de responsabilidade para a participação por conta disso. Há o sentimento de pertencimento a uma categoria social e, a partir da participação, a construção de novas categorias, novos significados e relações com o mundo. Essas representações mudam notadamente conforme os voluntários participam e conforme têm a capacidade de se envolver e se sensibilizar com as atividades.

Com relação à identificação de adversários, ainda que nem todos os entrevistados tenham respondido claramente, é possível identificar nas falas reconhecimento de um conflito de interesses materiais e simbólico no urbano. A divergência de respostas talvez se deva à complexidade do tema, que não torna a identificação dos interesses antagônicos tão visível. O papel da ONG é fundamental para coordenar as ações em favor de enfrentamentos claros, uma vez que ela tem como objetivo a função formativa de jovens. No entanto, este é apenas um dos elementos enfraquecidos pela limitada orientação política que a ONG oferece aos seus voluntários. A percepção do auto-interesse dos entrevistados frente aos adversários é muito maior entre aqueles que buscaram formação externa e que hoje atuam na mesma causa mas em outras organizações.

Feito um destaque sobre as dimensões que nos pareceram mais relevantes, concluímos que, embora a ação da ONG ofereça um estímulo limitado (diante do potencial) para a formação da consciência para reivindicação e para participação política mais ativa, a ação coletiva por si só o faz. A vivência em assentamentos e áreas de baixa renda proporciona ao voluntário a possibilidade de reflexão, de construção de identidade coletiva e de novas visões de mundo. Vale recordar a explicação de Sandoval a respeito da transformação da consciência pela interrupção do cotidiano e da rotina diária. Segundo o autor,

A característica da vida cotidiana é a sua espontaneidade. O que implica que a assimilação das coisas acontece de maneira não racional, não refletida. A maioria

das atividades acontece assim, o que não poderia ser diferente. O imediatismo no pensar torna o cotidiano pragmático, pois obscurece a diferença entre o "possível" e o "correto", reduzindo o correto ao possível, e em decorrência, encobre questões de direito de cidadania e moralidade política.

A atividade leva os jovens voluntários a entrarem em contradição com os próprios valores, racionalizar e atribuir novos significados para os acontecimentos da sua vida, ponto crucial para a consciência. A partir da percepção dos entrevistados, observamos que a participação no voluntariado é um rompimento com a espontaneidade da vida cotidiana e leva ao questionamento entre o que é "correto" e "possível". O voluntário assim muda crenças sociais, pontos de vista político e comportamentos assimilados que eram feitos de maneira não racional, como preconceitos e dominação. No entanto, só a vivencia nos assentamentos não desconstrói posturas de dominação. Disso também dependem discussões com orientação, formação, a capacidade pessoal de interagir e de se sensibilizar.

Sendo assim, notamos que a consciência política para a participação que se desenvolveu por parte dos voluntários entrevistados é heterogênea. Ela vai desde os que demonstraram reconhecer o impacto de sua ação para uma mudança no âmbito local sem uma visão mais crítica, aos que passam a acreditar no seu poder de mudança e se sentem mais empoderados e, por fim, ao voluntário que desenvolveu uma visão crítica mais revolucionária, e que embora acredite que as mudanças devem ser macroestruturais, valoriza sua experiência como voluntário no seu processo de formação individual. A maior disposição para outras formas de participação convencionais ou não parece ser unânime.

O voluntariado na Teto também parece ser um atrativo para jovens que desejam participar e ele parece preencher estes vazios participativos. Nossa interpretação é de que isso acontece pois o espaço da ONG se destaca com relação a outros por dois motivos principais: a ONG é conhecida nos estados onde está presente e tem credibilidade, como foi evidenciado na etapa de coleta; o momento que vivemos é de crise das instituições tradicionais, de insatisfação com partidos políticos e com o discurso político tradicional. Conforme afirmou o Castells, os espaços tradicionais não parecem mais satisfazer o desejo participativo dos jovens. A ONG aparece como uma alternativa fácil e muito próxima à realidade dos jovens.

Nesse sentido, recordamos a importância que destaca Melucci para as experiências de construção individual e coletiva afim de atingir a transformação que queremos:

A ideia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence a ilusões do passado. Se seremos ou não capazes de fazer também das nossas mentes, dos nossos afetos e emoções, das nossas necessidades espirituais, um terreno de experiência de mudança, este é o desafio que devemos enfrentar. A consciência da não transparência das relações sociais dá à ação por um sociedade mais justa uma forma mais realística que renuncia ao sonho moderno, carregado de onipotência, de um ponto de chegada final da história. Esta consciência, não por isso menos apaixonada, torna mais humano o esforço contínuo e necessário para reduzir a opacidade e diminuir a injustiça, para tornar vivível este planeta e a nossa vida pessoal. (Melucci, 2001)

Retomando o recorte desta pesquisa, é importante lembrar que consideramos apenas a ONG Teto no Brasil, mais especificamente em São Paulo, e um número pequeno de entrevistados considerando o universo todo de voluntários. Esta ONG está presente em 19 países com administração independente e níveis diferentes de engajamento político, o que nos leva a crer que um estudo comparativo desta atuação nos diversos países revelaria resultados interessantes em termos de participação e consciência política. Esperamos que este trabalho sirva para que o voluntariado cumpra a função de ajudar a questionar e promover mudanças através deste terreno fértil que encontrou nas últimas décadas e com a ajuda de jovens com vontade de participação. Os espaços de voluntariado continuarão se transformando e crescendo, o que nos motiva a continuar a investigação em um futuro próximo.

7. REFERÊNCIAS

AIVE. Associação Internacional para Esforços Voluntários. **O Estado da Arte Voluntariado Empresarial,** 2011. Disponível em: www.gcvcresearch.org/v1/images/folder_port.pdf. Acesso em: 16 jun. 2014.

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência, introdução ao jogo e as suas regras. Editora Brasiliense, 1981.

AVELAR, Lúcia. A relação Estado/ Sociedade: a participação política e os atores. In: **Sistema Político Brasileiro: uma introdução/** organizadores: Lucia Avelar e Antonio Octavio Cintra. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BARNES, Samuel H. e KAASE, **Max. Political action: mass participation in five Western democracies.** 1979. Beverly Hills: Sage Publications, 1979

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I** 1909. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11a ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.).

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em www.emtese.ufsc.br. Acesso em: 09 de janeiro de 2015

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. Soc. estado, Brasília, v. 27, n.2. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_a http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_a rttext&pid=S0102-69922012000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 06 maio 2014

CVSP. Centro de Voluntariado de São Paulo. **Ação social transformadora, consciente e solidária**, 2007. Disponível em: www.voluntariado.org.br/biblioteca/img/vols.pdf. Acesso em: 23 abr. 2012.

CASTRO, Monica Mata Machado de. Eleitorado Brasileiro: composição e grau de participação. In: **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**/ organizadores: Lucia Avelar e Antonio Octavio Cintra. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COSTA, Gisele Paim, Cidadania e Participação - Impactos da Política Social num Enfoque Psicopolítico - 1a edição. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA, Guilherme Borges da. Consciência, Participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê.

Dissertação (Mestrado em Ciências) Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

COSTA, Guilherme Borges da. SILVA, Alessandro Soares da. A Democracia no Brasil e os desafios da participação política. In: **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar** / organizadores: Marco Antonio Betttine de Almeida, Alessandro Soares da Silva, Felipe Corrêa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades EACH/USP, 2012. CUNHA, Márcia Pereira. Os andaimes do novo voluntariado. São Paulo: Cortez, 2010 DOWBOR, Ladislau. **Parcerias e alianças: o bom senso na gestão social**, 2002. Disponível

GIUMBELLI, Emerson. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: **Ações em sociedade: Militância, caridade, assistência, etc.** / organizadora: Leilah Landim. Rio de Janeiro: NAU. 1998

em: www.dowbor.org. Acesso em: 24 abril 2014.

GOLD BERG, Ruth. Como as empresas podem implementar programas de voluntariado. São Paulo: Instituto Ethos, Programa Voluntários, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. **O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias** - 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 123)

GOHN, Maria da Gloria. **A história dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. 4ª edição revisada. São Paulo: Global, 2008

HOUAISS. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetiva, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudo identifica 338 mil Fundações Privadas e Associações, 2008. Disponível em http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=1205&busca=1&t=estudo-identifica-338-mil-fundacoes-privadas-associacoes Acesso em: 4 abril 2014.

ALVAREZ, Isabel A. P. Projetos urbanos: alianças e conflitos na reprodução da metrópole. In: Simpósio Ibero Americano Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas, 2010, São Carlos. Disponível em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/02611.pdf Acesso em Junho 2015.

LANDIN, Leila. As ONGs são terceiro setor? In: FIEGE, Hans-Jurgen (Ed). ONGs no **Brasil. Perfil de um mundo em mudança.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003 p. 107 - 133 ONU. Organização das Nações Unidas. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. United Nations Development Programme. Disponível em http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr 2010/ summary/future/ Acesso em 4 abril 2014. , 2011a. State of the World's Volunteerism Report 2011. Disponível em: http://www.unv.org/fileadmin/docdb/pdf/2011/SWVR/English/SWVR2011_full. pdf Acesso em: 28 abril 2014. _____, 2011b. United Nations Information Center. Disponível em: http://unic.un.org Acesso em: 22 abril 2014. ____, 2001. Measuring Volunteering: A Practical Toolkit. http://www.unv.org/en/news-resources/resources/on-Disponível em volunteerism/doc/measuring-volunteering-toolkit.html Acesso em 4 abril 2014.

ORTIZ, Marta Cristina Meirelles. **Voluntariado em hospitais: uma análise institucional da subjetividade.** Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

PRADO, Marco Aurelio M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do "nós". Revista Psicologia Política, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.

REDE BRASIL VOLUNTÁRIO. Disponível em: http://www.redebrasilvoluntario.org.br/co m o-ser-voluntario/ Acessado em: 27 ago. 2014.

RUEDIN, Didier. **A Simulation of Political Participation,** MSc Thesis. Oxford University, 2005

ROCHA, Mariela Gondim; PESSOA, Giogia Patrícia. Aspectos Jurídicos das ONGs. In: FIEGE, Hans-Jurgen (Ed). **ONGs no Brasil. Perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003 p. 153 -217

SABUCEDO, José Manuel. Psicología Política. Madrid: Sintesis, 1996

SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: SPINK, Mary Jane (org.) A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994

_____. The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. In: **Revista Psicologia Política** 1, p.173 - 195. São Paulo: SBPP, 2001

SEOANE, Julio. Sociedad Postindustrial y Formas De Participacion Politica. In M.Villareal, **Movimientos Sociales y Acción Política**; San Sebastian, Universidad de País Vasco, 1989. Disponível em: http://www.uv.es/seoane/publicaciones/Seoane%201989%20Sociedad%2 Opostin ductrial%20y%20formas%20de%20participacion%20politica.pdf Acessado em: 22 abril 2014

SILVA, Alessandro Soares da. Acampados no "Carlos Mariguhella": a formação da Consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema - SP. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, 2002

SILVA, Alessandro Soares da. Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese (Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, 2006

SILVA, Andrea Freitas da. **Trabalho Voluntário: Considerações sobre dar e receber**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2006. Disponível em: http://oatd.org/oatd/record?record=oai%5C:www.bd td.uerj.br%5C:55 Acesso em: 12 mar. 2014

SILVA, Alessandro Soares da; ROSA, Leandro. A Psicologia Politíca: Um breve olhar sobre as Américas. In: Almeida et al. (org.) **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar** – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 247p.

SILVA, Alessandro Soares da; CORREA, Felipe (org). **No Interstício das Disciplinaridades.** Ed. Prismas, São Paulo. 2015. 310 p.

SILVEIRA, Jairton Dimas do N. **Satisfação no trabalho e a realização de trabalho voluntário. Estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1993.

TERRA, Portal. Comparecimento às urnas (2010 x 2006). Disponível em http://eleicoes.terra.com.br/mapa-politico/2010/eleitores/ Acesso em 4 maio 2014

TETO, ONG. Disponível em http://www.techo.org/paises/brasil/teto/o-que-e-teto/ Acesso em: 6 junho 2014

TETO. Relatório de atividades 12'. 2012. Disponível em http://www.techo.org/paises/brasil/wp-content/uploads/2013/12/TETO-2012.pdf Acesso em agosto 2015.

TETO, ONG. "Piloti Mestre" Conceitos mínimos de Indução Teto. 2013. Disponível em http://www.techo.org/paises/brasil/wp-content/uploads/2013/06/Documento-de-indu%C3%A7 %C3%A3o_Mai2013.pdf Acesso em agosto de 2015

VERBA, Sidney Norman; NIE H. Jae. **Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison,** 1978. Disponível em http://migre.me/kaQr3 Acesso em 20 junho 2014
YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

8. APÊNDICES

Apêndice 1. Termo de consentimento livre esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Voluntariado e participação política: o caso da ONG Teto", um estudo de casa com seis voluntários da ONG Teto que resultará na dissertação de Ligia Chicareli Kawata no Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidade da USP.

O estudo tem como objetivo avaliar as dimensões sociais e psicológicas que constituem a consciência política dos voluntários da ONG a partir da sua participação no voluntariado.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a questões abertas (ou mais, caso seja necessário) sobre a sua experiência na ONG Teto e aspectos relacionados a ela. Todas as informações resultantes das entrevistas serão utilizadas somente com finalidade acadêmica e manterão os seus dados pessoais como anônimos.

Manifesto meu consentimento em participar voluntariamente desta pesquisa

О	Paulo,	_ de	de 2015
	Entrevistado:		
		T. ' Cl.' 1' TZ	
	Pesquisador:	Ligia Chicareli Kawata	

Apêndice 2. Estatuto Social ONG "Um Teto para Meu País"



ASSOCIAÇÃO UM TETO PARA MEU PAÍS - BRASIL ("TETO")

CNPJ/MF nº 10.513.214/0001-15 Registro nº 96.866 - 2º RTD

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2013

- Data, hora e loca No dia 30 de outubro de 2013, às 14:00 horas, na sede social, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alvarenga, n°2.140, Butantã, São Paulo – SP, CEP:05509-005.
- Presença e convocação: Presente a totalidade dos associados, que assinam a presente Ata, tendo sido realizada convocação prévia, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social.
- 3. Composição da mesa: associação "Un Techo Para Mi Pais" e associação "Orden Religiosa la Compañia de Jesús", ambas representadas pelo Sr. Mario José Navarro Rodriguez, que assumiu a presidência e para secretariá-lo a Sra. Paula Baptista Jorge Louzano.
- 4. Ordem do dia: (i) reforma no Estatuto Social, conforme indicado a seguir: (a) alteração do artigo 1º para refletir a nova sede social da associação; (b) alteração do artigo 13, i, aumentando o limite de competência para a celebração de contratos do Diretor Presidente de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (c) alteração do artigo 19, i e k, aumentando o limite para celebrar contratos e dispor de bens móveis relacionados ao objeto da associação pelo Presidente de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (ii) proposta de criação de filial no Rio de Janeiro. (iii) eleição do secretário.
- 5. Deliberações: A Assembléia Geral, por unanimidade dos presentes, deliberou:
- (i) Aprovar as alterações no Estatuto Social da Associação;
- (ii) Aprovar a criação de filial no Rio de Janeiro, com sede na Rua Belisário Tavora, 560 -Laranjeiras - Rio de Janeiro- RJ, CEP 22245-070, tendo como Diretor o Sr. Mario José Navarro Rodriguez.

1000

(iii) Eleger, para o cargo de Secretária, a Sra. Paula Baptista Jorge Louzano, brasileira, professora, portadora de RG 19.360.190-4 e CPF 140.0382.008-96, domiciliada Alameda Ibelica, n°285, casa 151, Tamboré 6, Santana de Parnaíba - SP, CEP 06543-502, para complementar o mandato até 14 de março de 2014, passível de reeleição, em acordo com o disposto no art. 16 do Estatuto Social da Associação.

Fica o estatuto consolidado conforme transcrito abaixo:

"ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO "UM TETO PARA MEU PAÍS - BRASIL"

CAPÍTULO I. - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. - Foi fundada, ao 1º (primeiro) dia de setembro de 2008. Com Sede e foro localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alvarenga, nº 2.140, Butantã, CEP 05509-005, a associação sem fins lucrativos, denominada "Um Teto para Meu País - Brasil", inscrita no CNPJ sob n.º 10.513.214/0001-15, com seus atos constitutivos registrados no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob n.º 96.866, em sessão de 02 de outubro de 2008, doravante denominada simplesmente "Associação", regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto Social") e nos termos da legislação vigente, com prazo de duração indeterminado. A Associação foi fundada pela Fundación Un Techo Para Mi País (doravante denominada simplesmente "UTPMP CHILE"), uma entidade sem fins lucrativos, constituída de acordo com as leis do Chile, com sede na cidade de Santiago do Chile, e pela Orden Religiosa de la Compañía de Jesús, uma ordem religiosa constituída sob as leis da Arquidiocese de Santiago, Chile, com sede na cidade de Santiago do Chile ("Compañía de Jesús").

Artigo 2. – A Associação tem como objetivo:

- a. Promover e proporcionar soluções habitacionais às pessoas que se encontrem em situação de extrema pobreza:
- b. Desenvolver de projetos de intervenção nos assentamentos habitacionais mais necessitados, de modo a promover o desenvolvimento integral de seus habitantes;
- c. Dedicar-se à capacitação técnica focada particularmente no desenvolvimento de habilidades práticas ou ofícios;

- d. Promover o voluntariado;
- e. Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- f. Promover o acesso, a manutenção e a integração no mundo do trabalho;
- g. Promover direta ou indiretamente o atendimento, assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social aos beneficiários e usuários da Lei Orgânica da Assistência Social de forma permanente, planejada e contínua, com gratuidade a quem dela necessitar; e
- h. Promover ações de proteção social que visem garantir as seguranças sociais de sobrevivência (rendimento e autonomia), de acolhida, de convívio e vivência familiar.

Parágrafo 1º - Para a consecução dos objetivos mencionados acima, a Associação de maneira nenhuma incentivará, ou de forma qualquer promoverá, a invasão ilegal de terrenos.

Parágrafo 2º - Para a consecução dos objetivos mencionados acima, a Associação poderá:

- Desenvolver projetos de intervenção nos assentamentos, de modo a promover o desenvolvimento integral de seus habitantes;
- Apoiar, formar e capacitar os dirigentes dos assentamentos;
- c. Promover, colaborar e impulsionar técnica e economicamente pessoas;
- d. Prestar assessoria às associações de moradores cuja finalidade seja obter acesso à habitação digna;
- e. Favorecer o desenvolvimento econômico de pessoas que se encontrem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, facilitando a criação de negócios e microempresas, prestando ajuda financeira e fornecendo dinheiro e bens, com a

12 N

finalidade de promover a capacitação dos indivíduos, com o intuito de se ter acesso à habitação e ao aumento de renda;

- f. Impulsionar e facilitar o desenvolvimento produtivo nas populações de baixa renda;
- g. Participar de projetos imobiliários destinados à população de baixa renda;
- h. Adquirir terrenos para construção de habitações para a população de baixa renda;
- Associar-se a instituições e pessoas que persigam metas similares às da organização, visando a cumprir, da melhor forma possível, os objetivos mencionados;
- j. Prestar assessoria jurídica, técnica e financeira aos moradores de baixa renda, visando o acesso à habitação e à melhoria de suas condições de vida;
- k. Promover, perante os órgãos públicos, nacionais ou internacionais, políticas e planos de acesso à habitação adequada e de melhoria das condições de vida da população de baixa renda;
- Formar e educar os moradores de baixa renda e suas famílias;
- m. Proporcionar capacitação técnica para oficios;
- n. Prestar assessoria a pessoas e instituições em matérias relacionadas ao objeto da Associação;
- Celebrar quaisquer contratos com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;
- p. Adquirir ou alienar, a qualquer título, bens móveis ou imóveis;
- q. Criar ou participar da criação de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, destinadas ao cumprimento de funções iguais, similares, conexas ou complementares às

TNA

suas, ou participar delas, sob autorização expressa do escritório central da UTPMP CHILE;

- r. Celebrar e cumprir contratos e convênios nacionais e internacionais;
- s. Adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens móveis ou imóveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu obieto social;
- t. Organizar e convocar seminários, convenções, eventos e todos os tipos de reuniões que tenham por objeto promover as atividades desenvolvidas pela Associação;
- u. Realizar estudos, publicar, editar, imprimir e distribuir folhetos, boletins, revistas, periódicos e livros em geral, produzir e fazer uso de todo tipo de meios audiovisuais destinados a difundir as atividades desenvolvidas pela Associação e
- Em geral, realizar todos os atos e assinar todos os contratos necessários para o desenvolvimento.

Parágrafo 3º - Os serviços de educação ou de saúde a que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Parágrafo 4° - A Associação terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Artigo 3. – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo Único – Para cumprimento de seu propósito, a Associação atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.



CAPÍTULO II. - DOS ASSOCIADOS e ASSOCIADOS COLABORADORES

Artigo 4. – São associados-fundadores da Associação aqueles que, nessa condição, assinaram a ata de constituição e não foram excluídos por força de ocorrências ulteriores.

Artigo 5. – Os associados ou seus sucessores poderão, por maioria simples vetar qualquer resolução ou pessoa indicada pelos demais órgãos da Associação.

Artigo 6. – Serão considerados associados todos aqueles que compartilharem os ideais da Associação e que ingressem na Associação de acordo com o parágrafo seguinte.

Parágrafo 1° - Todas as pessoas interessadas em ingressar no quadro social da Associação na qualidade de associados deverão solicitar sua inscrição mediante apresentação de proposta que será submetida à Diretoria, na qual constará a qualificação, endereço, profissão, se pessoa física, e objeto, se jurídica, a espécie e o valor da contribuição a ser feita, se houver. A incorporação dos associados será aprovada pela Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - A Associação poderá contar com associados colaboradores. Os associados colaboradores são pessoas físicas ou jurídicas que contribuem para a Associação com bens, doações, serviços ou que sejam consideradas relevantes para o cumprimento dos fins da Associação. Estes associados terão o direito de apresentar para o a Diretoria toda classe de projetos e iniciativas para o melhor cumprimento dos fins da Associação, que deverão ser analisados na próxima reunião ordinária da Assembléia Geral. A Diretoria poderá aceitar ou rejeitar os projetos sugeridos. Os associados colaboradores não terão outros direitos ou obrigações que não estejam indicados neste parágrafo.

Artigo 7. - São direitos dos associados:

- a. votar e ser votado para os cargos eletivos;
- tomar parte nas Assembléias Gerais.

My-

Artigo 8. - São deveres dos associados:

- a. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b. acatar as decisões da Diretoria,;
- c. apresentar, por escrito, seu pedido de desligamento à Diretoria; e
- d. prestar à Associação as informações que lhe forem solicitadas.

Paragrafo único – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 9. - O associado que desejar desligar-se da Associação devera fazê-lo mediante o envio de pedido por escrito, dirigido à Diretoria, sendo que o associado será considerado desligado da Associação na data do despacho da Diretoria que conhecer do pedido de desligamento.

Artigo 10. Por decisão da Assembléia Geral poderá ser determinada a exclusão de qualquer associado da Associação, nos casos previstos em lei e nas seguintes hipóteses, desde já conhecidas como correspondentes à justa causa, para fins do artigo 57 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002: (i) descumprimentos de qualquer dos deveres atribuídos aos associados nos termos deste Estatuto Social; (ii) comprometimento, por atos ou omissões, da continuação ou do desenvolvimento das atividades da Associação; (iii) prática de atos não condizentes com os fins da Associação e com os princípios que norteiam suas atividades; e (iv) ocorrência de qualquer outro motivo justo para exclusão.

Parágrafo 1° - Dependerá da aprovação da maioria dos associados, devidamente reunidos em Assembléia Geral, a destituição por justa causa de qualquer associado de seu quadro, em virtude de conduta ou procedimento não condizentes com os princípios que norteiam as atividades da associação.

Parágrafo 2° - O associado a ser destituído será convocado para apresentar a sua defesa em Assembléia Geral, com antecedência mínima de sete dias. Da decisão da Assembléia

Mar-

Geral caberá recurso, a ser analisado e votado em nova Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim em no máximo cinco dias contados da realização da Assembléia Geral relativa à destituição do associado.

CAPÍTULO III. - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. - A Associação é administrada por:

- a. uma Assembléia Geral:
- b. uma Diretoria e
- c. um Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º – A Associação poderá remunerar somente os dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva da Associação, limitando-se a remuneração aos valores praticados em mercado na sua área de atuação. Fica vedada a remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados e associados colaboradores, cujas atuações são inteiramente gratuitas. Os candidatos a qualquer cargo de direção ou fiscalização deverão ser idôneos e absolutamente capazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

Parágrafo 2º – É vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer em benefício dos associados e associados colaboradores que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público na administração da Associação.

CAPÍTULO IV. - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 12. - A Assembléia Geral é constituída por todos os associados que integram a Associação e em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 13. - À Assembléia Geral compete:

700

A

- a. dirigir a Associação em conformidade com o Estatuto Social e zelar pelo cumprimento de suas finalidades;
- b. aprovar a política de administração de pessoal, através da criação de cargos e fixação especifica de remunerações;
- c. emitir os regulamentos internos da Associação;
- d. vigiar o funcionamento da Associação;
- e. interpretar o Estatuto Social com autoridade e propriedade;
- f. eleger e destituir o representante legal da Associação e o seu suplente;
- g. propor os empregos que considerar necessários para o bom funcionamento da Associação;
- h. delegar ao representante legal ou a qualquer outro associado as funções que considerar convenientes;
- autorizar o representante legal e o Diretor Presidente a comprar, vender ou onerar bens e celebrar contratos cujo valor exceda a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato;
- j. examinar, quando disponíveis, os livros e registros contábeis e o caixa da Associação;
- k. aceitar ou rejeitar a entrada de novos associados na associação;
- eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- m. decidir sobre reformas do Estatuto Social; e
- n. desempenhar as demais funções que não tenham sido atribuídas a outra autoridade e aquelas que as disposições legais e o Estatuto Social lhe atribuírem.

TNA

Parágrafo 1° - As deliberações a que se referem as letras "l" e "m" são de competência privativa da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim e demanda quorum de maioria absoluta.

Parágrafo 2º - A Associação adotará praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios.

Parágrafo 3º - Salvo disposição em contrário no Estatuto Social, o *quorum* para aprovação das deliberações da Assembléia-Geral será a maioria absoluta dos associados.

Artigo 14. - A Assembléia Geral, presidida pelo Diretor Presidente e, na sua falta, pelo Diretor Vice-Presidente ou Secretario, reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano para checar as contas, o relatório e o projeto de orçamento, apresentado pela Diretoria da Associação; discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal e eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, quando for o caso, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 15. - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente, e, na sua falta, pelo Diretor Vice-Presidente ou Secretario, ou ainda por 1/5 dos associados. As convocações para as Assembléias Gerais serão feitas por edital, enviados aos associados por fac-símile ou e-mail com confirmação de recebimento. O edital também permanecerá no quadro de avisos e será assinado por toda a Diretoria. A convocação deverá ser realizada com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, e no instrumento constará a ordem do dia e a data, local e hora de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Em caso de urgência que impossibilite a observância do estabelecido no caput deste Artigo, poderá a Diretoria submeter as matérias que deveriam ser deliberadas pela Assembléia Geral aos associados através de fac-símile ou e-mail com confirmação de recebimento, a ser enviada a todos os associados existentes. Nessa hipótese, os associados deverão manifestar-se à Diretoria via fac-símile ou e-mail com confirmação de recebimento, dentro de até 3 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da comunicação da Diretoria, sendo considerada válida a deliberação que contar com manifestação de mais de 2/3 (dois terços) dos associados existentes. A decisão proferida nos termos do presente parágrafo deverá ser confirmada por

Mon

Assembléia Geral a se realizar em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação da Diretoria por todos os associados existentes.

Parágrafo 2° - Independentemente das formalidades de convocação estabelecidas no caput do artigo e no parágrafo 1°, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os associados.

CAPÍTULO V. - DA DIRETORIA

Artigo 16. - A Diretoria é o órgão administrativo e executivo da Associação. A Diretoria é composta por 4 (quatro) cargos, todos efetivos, que podem ser eventualmente acumulados, com mandato de 3 (três) anos, eleitos em Assembléia Geral, os quais poderão ser reeleitos, sendo suas funções administrativas:

- a. Presidente:
- b. Vice-Presidente:
- c. Secretário e
- d. Tesoureiro.

Parágrafo 1° - O registro dos candidatos será efetuado por meio de documento entregue até 5 (cinco) dias antes do pleito , ao Conselho Diretor, devendo necessariamente indicar o nome do candidato e o cargo a qual está concorrendo.

Parágrafo 2º - A eleição será realizada por escrutínio secreto. Cada associado receberá uma cédula contendo todos os candidatos, preparada pelo Secretário e rubricada pela mesa diretora.

Artigo 17. - A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez a cada 4 (quatro) meses, e sempre que os interesses da Associação o exigirem, com a presença de pelo menos 3 (três) dos seus membros em exercício. As deliberações serão tomadas par maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate. Do ocorrido será lavrada ata em livro próprio assinada pelo Presidente e pelo secretario da reunião.

No

Artigo 18. - Compete a Diretoria:

- a. administrar a Associação, cumprir e fazer cumprir os seus estatutos e regulamentos internos;
- reunir-se ordinariamente, ou extraordinariamente sempre que fatos relevantes o exigir;
- receber propostas apresentadas pelos associados colaboradores e considerar suas possíveis aplicações;
- d. contratar e demitir empregados; e
- e. estudar e propor alterações estatutárias que visem assegurar aprimoramentos e a eficiência da Associação.

Artigo 19. - Compete ao Presidente:

- a. representar ativa ou passivamente legalmente a Associação, seja judicial ou extrajudicialmente;
- b. coordenar e dirigir as relações com instituições públicas;
- c. coordenar e dirigir as relações com particulares;
- d. pôr em pratica as decisões da Assembléia Geral;
- e. submeter à apreciação da Assembléia Geral os projetos de planos e programas da Associação;
- f. submeter à apreciação da Assembléia Geral o relatório anual das atividades da administração;

un-



- g. submeter à apreciação da Assembléia Geral o orçamento e relatório anual da Associação;
- h. propor à Assembléia Geral a política de administração de pessoal, através da criação de cargos;
- i. celebrar os atos, contratos e convênios de qualquer espécie, em nome da Associação; celebrar todo tipo de contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, publicas ou privadas. Em caso de contratos e convênios nacionais e internacionais cujo valor exceda a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato, será requerida a autorização da Assembléia Geral;
- j. zelar pela conservação dos bens e pela correta aplicação dos recursos da Associação;
- k. adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens moveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu objeto social. No caso do valor dos bens exceder a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no momento da celebração do ato ou contrato, será necessária a autorização da Assembléia Geral;
- adquirir, alienar, onerar, constituir, administrar e dispor de todo tipo de bens imóveis, direta ou indiretamente necessários para a realização de seu objeto social, com a autorização da Assembléia Geral;
- m. constituir procuradores para todos os tipos de assuntos administrativo, judiciais ou extrajudiciais;
- n. elaborar um inventario de ativos de propriedade da Associação;
- propor ao Conselho Fiscal o orçamento anual;
- p. admitir e dispensar funcionários administrativos;
- q. supervisionar todos os serviços bem como a escrituração contábil da Associação;

Mar -

- r. baixar instruções sobre os serviços da Associação;
- s. convocar e presidir reuniões e Assembléias Gerais;
- t. receber em nome da Associação doações, legados, auxílios e subvenções destinadas à Associação podendo assinar contratos, acordos, convênios, compromissos e recibos;
- u. decidir a votação caso ocorra empate nas decisões a serem tomadas em reuniões da Diretoria e
- v. as demais tarefas que lhe caibam pela natureza de suas funções.

Artigo 20. - Compete ao Vice-Presidente:

- a. substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências;
- b. Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância, até o seu término; e
- c. Assistir, de modo geral, ao Presidente.

Artigo 21. - Compete ao Secretario:

- a. substituir o Vice-Presidente em seu eventual impedimento;
- b. lavrar as atas das reuniões da Diretoria em livros próprios;
- c. fazer toda e qualquer correspondência da Associação;
- d. tomar sob sua guarda o material de expediente da Associação;
- e. redigir um relatório anual das atividades da Associação a ser assinado juntamente com o Presidente e

MN2

11

f. prover o abastecimento de todos os insumos necessários aos trabalhos da Associação administrando os recursos disponíveis de acordo com os demais membros da Diretoria.

Artigo 22. - Compete ao Tesoureiro:

- a. receber e registrar em livros próprios toda e qualquer declaração pecuniária devida à Associação;
- b. apresentar relatórios periódicos do movimento de caixa;
- c. movimentar as contas bancárias, dando também quitações de recebimento, responsabilizando-se pela guarda dos talonários de cheques, controles bancários e documentos patrimoniais;
- d. fazer um balanço anual de todo o movimento da Associação e um orçamento para o exercício futuro, assinado em conjunto com o Presidente;
- e. assinar, endossar, emitir cheques ou ordens de pagamento, contabilizando as contas e demais encargos da Associação, em escrituração organizada e atualizada no livro Caixa da Associação e
- f. facilitar o recebimento de donativos diretos e indiretos através do fornecimento de boletos bancários próprios, ou outras formas.

CAPÍTULO VI. - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 23. - O Conselho Fiscal é integrado por 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, associados ou não, com mandato de 3 (três) anos cada, eleitos em Assembléias Gerais juntamente com a Diretoria, os quais poderão ser reeleitos.

Artigo 24. - Ao Conselho Fiscal compete, como órgão fiscalizador da administração:

a. examinar os livros de escrituração da Associação;

Mrs.

Artigo 26. - O patrimônio social será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Parágrafo Único - O patrimônio social será aplicado exclusivamente no país e no desenvolvimento e manutenção de seus fins sociais.

Artigo 27. - A Associação poderá ser dissolvida e liquidada nas seguintes hipóteses:

- se, transcorridos 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua fundação, não houver dado início às suas atividades;
- se for cancelada a sua personalidade jurídica;
- c. por extinção de seu patrimônio ou dissipação dos bens destinados à sua manutenção, de acordo com a legislação brasileira;
- d. pela vontade dos associados;
- e. por impossibilidade de dar andamento aos seus objetivos e
- f. pelas demais causas previstas em lei.

Artigo 28. - Em caso de dissolução da Associação, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social, devidamente escolhida pelos associados-fundadores ou, na sua impossibilidade, pela maioria dos associados reunidos em Assembléia Geral. O Diretor Presidente é liquidante nato da Associação. Em caso de impedimento, a Assembléia Geral poderá nomear outro membro do quadro social.

Parágrafo Único - A Associação somente poderá ser dissolvida com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral, exigindo-se para sua aprovação, os votos da maioria absoluta dos presentes em primeira convocação, ou com 1/3 (um terço) dos presentes nas convocações seguintes.

Man a

Artigo 29. - O patrimônio social é distinto do dos associados, que não respondem subsidiariamente, tampouco solidariamente, pelas dividas da Associação.

CAPÍTULO IX. - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 30. - A prestação de contas da Associação observará as seguintes normas:

- a. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos os objeto de termo de parceria, conforme previsto em regulamento e
- d. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem publica recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO X. – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. - A Associação não distribui entre os seus associados colaboradores, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social e exclusivamente no território nacional. As subvenções e doações recebidas serão aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

MAR.

Artigo 32. - É vedado ao Presidente e ao Tesoureiro em exercício o uso de assinaturas em nome da Associação para avais ou quaisquer outras garantias em negócios que não sejam do interesse da Associação.

Artigo 33. - A destituição de administradores, a reforma e a alteração do presente Estatuto Social só poderão ser feitas em Assembléia Geral Extraordinária, para este fim convocada, exigindo-se para sua aprovação, os votos da maioria absoluta dos presentes em primeira convocação, ou com 1/3 (um terço) dos presentes nas convocações seguintes.

Artigo 34. - Se a Associação obtiver e, posteriormente, perder a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico, instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período que durou a qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Artigo 35. – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Artigo 36. – A Associação elege o foro da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia porventura oriunda deste Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser."

- Declarações: os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria eleitos neste ato, presentes à Assembléia, declararam não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.
- Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não tendo sido requerida, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

TNA

São Paulo, 30 de outubro de 2013.

Mario José Navarro Rodríguez

Presidente

Paula Baptista Jorge Louzano

Secretária

Associados:

UN TECHO PARA MI PAÍS

p.p. Mario José Navarro Rodríguez

Estado Inesn

R. Civil T. Justica

2º Oficial de Registro de Titulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77 Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP, 01006-010 - São Paulo/SP Rs 191,86 Protocolado e prenotado sob o n. **129.183** em Rs 54,43 **29/11/2013** e registrado hoje, em microfilme Rs 40,48 sob o n. 122.976 , egn pessoa jurídica.

R\$ 10,21 Averbado à margemedo registro n. **96856** R\$ 10,21 São Paulo, 19 de dezembro de 2013

Selos e taxas Recolhidos D/verba

Gentil Domingues dos Santos Cassio Romesz - Escrevente Autorizado

ORDEN RELIGIOSA LA COMPAÑIA DE JESÚS

p.p. Mario José Navarro Rodríguez

14º Tabelião de Notas de São Paulo Rus Antônio Bicudo, 64 | Pinheiros I CEP: 054 I8-010 | São Paulo Fone: (11)3065-4500 | Fax: (11)3088-0292 | www.wampre.com.br

Reconheco por Semelhanca a(s) firma(s) de: Sao Paulo, 12 de Dezembro de 2013.C.Seg:379/8268,16:30:7h

R\$17,88 SELD(S) 1847AA588856 1847AA58885

149 TABELIÃO - V KARINA FUGIMURA FONSEC

1047AA\$00057

1047AA500056

OABISP 331.954 Punatu Brandão Escudiro